

DANIEL COSTA DA SILVA

A NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM ÉMILE BENVENISTE

PORTO ALEGRE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: Estudos da Linguagem
LINHA DE PESQUISA: Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas

A NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM ÉMILE BENVENISTE

DANIEL COSTA DA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
Estudos da Linguagem pelo Programa de
Pós-Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**REITOR****Carlos André Bulhões Mendes****VICE-REITORA****Patricia Helena Lucas Pranke****DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS****Hélio Ricardo do Couto Alves****VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS****Alex Niche Teixeira****DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS****Carmem Luci da Costa Silva****VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE LETRAS****Márcia Montenegro Velho****CIP - Catalogação na Publicação**

Silva, Daniel Costa da

A noção de subjetividade em Émile Benveniste / Daniel Costa da Silva. -- 2021.

103 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de

Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Émile Benveniste. 2. Subjetividade. 3. Intersubjetividade. 4. Não-pessoa. I. Flores, Valdir do Nascimento, orient. II. Título.

Daniel Costa da Silva

A NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM ÉMILE BENVENISTE

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos da Linguagem.

Porto Alegre, 30 de junho de 2021.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Carolina Knack
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Elisa Marchioro Stumpf
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

Prof^a. Dr^a. Gabriela Barboza
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

Prof^a. Dr^a. Heloisa Monteiro Rosário
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)
(orientador)

Para a Professora Marlene Teixeira
(in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao concluir este trabalho, quero agradecer:

À minha família, que me cerca de carinho e de cuidados.

Ao querido professor Valdir do Nascimento Flores, que continua com o mesmo dom de estar em dois lugares ao mesmo tempo: lá no alto, iluminando toda uma legião de seguidores; e aqui ao lado, estendendo a mão.

Às professoras Dra. Carolina Knack (UFRGS) e Dra. Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS), que, generosamente, aceitaram o convite para compor a banca de qualificação de tese, e às quais também agradeço as precisas e fundamentais contribuições.

Às professoras que, gentilmente, aceitaram o convite para compor a banca final de avaliação deste trabalho: professora Dra. Elisa Marchioro Stumpf (UFPEL) e professora Dra. Gabriela Barboza (FURG).

Aos professores do PPG em Letras da UFRGS, em especial, à professora Dra. Carmem Luci da Costa Silva.

Aos colegas do Doutorado, em especial, ao colega Fábio Aresi e à colega Sara Luiza Hoff.

Aos amigos, em especial, à amiga Edna Regina Hornes.

À CAPES, pelo suporte financeiro durante o Doutorado.

Todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida.

Émile Benveniste

RESUMO

Nossa pesquisa tem como objetivo principal investigar como se apresenta a noção de subjetividade na teoria do linguista francês Émile Benveniste (1902-1976). Assim, nossa tese se apresenta dividida em três capítulos, representando, cada um, uma maneira diferente de se chegar até a noção de subjetividade. Realizamos, para isso, um itinerário de leitura dos textos benvenistianos, tomando como guia o artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958. Em um primeiro momento, observamos a maneira como a noção de subjetividade, em geral, é entendida pelos leitores de Benveniste. Em uma segunda etapa do trabalho, procuramos entender qual seria a posição e, sobretudo, a importância do artigo de 1958 para o desenvolvimento da teoria benvenistiana em torno da linguagem. Para terminar, em um terceiro momento, apresentamos nosso entendimento a respeito da noção de subjetividade em Émile Benveniste, destacando a distinção que estamos vislumbrando entre duas maneiras de se entender a noção. Um entendimento elaborado e, praticamente, circunscrito ao texto de 1958; e outro que, de certa forma, acompanha o momento teórico da distinção feita por Benveniste entre pessoa e não-pessoa. Além disso, ao longo do trabalho, fizemos algumas ponderações sobre como se deu nossa busca pela noção de subjetividade em Benveniste. Feito isso, conseguimos concluir que ter em mente as características próprias da distinção que propomos – entre *subjetividade inerente* e *subjetividade enquanto efeito* – é essencial para o entendimento da noção de subjetividade em Émile Benveniste.

Palavras-chave: Benveniste, Émile. Intersubjetividade. Não-pessoa. Subjetividade.

RÉSUMÉ

Notre objectif principal est d'étudier comment la notion de subjectivité est présentée dans la théorie du linguiste français Émile Benveniste (1902-1976). Ainsi, notre thèse est divisée en trois chapitres, chacun représentant une manière différente de comprendre la notion de subjectivité. Pour cela, nous avons réalisé un itinéraire de lecture des textes de Benveniste, en prenant comme guide l'article « De la subjectivité dans le langage », de 1958. Dans un premier temps, nous observons la façon dont la notion de subjectivité, en général, est comprise par les lecteurs de Benveniste. Et dans une deuxième étape du travail, nous essayons de comprendre quelle serait la position et, surtout, l'importance de l'article de 1958 pour le développement de la théorie benvenistienne autour du langage. Pour terminer, dans un troisième moment, nous présentons notre compréhension de la notion de subjectivité chez Émile Benveniste, en soulignant la distinction que nous envisageons entre deux façons de comprendre la notion. Il y a une compréhension élaborée et pratiquement circonscrite au texte de 1958 ; et il y a une autre compréhension qui, d'une certaine manière, accompagne le moment théorique de la distinction de Benveniste entre personne et non-personne. De plus, tout au long du travail, nous avons fait quelques réflexions sur la façon dont notre recherche de la notion de subjectivité dans Benveniste s'est déroulée. Une fois cela fait, nous pouvons conclure qu'avoir à l'esprit les caractéristiques de la distinction que nous proposons – entre la *subjectivité inhérente* et la *subjectivité en tant qu'effet* – est essentiel pour comprendre la notion de subjectivité chez Émile Benveniste.

Mots-clés : Benveniste, Émile. Intersubjectivité. Non-personne. Subjectivité.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo do verbete “<i>objectif</i>”	14
Quadro 2 - Lista de termos de Benveniste no DLE.....	15
Quadro 3 - Corpus de pesquisa.....	29

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Manuscrito do Acervo Benveniste da BNF.....	63
---	-----------

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
<i>Em busca da noção de subjetividade: o que renunciar</i>	26
1 A PROBLEMÁTICA DA SUBJETIVIDADE EM ÉMILE BENVENISTE	31
1.1 A (invisível) noção de subjetividade.....	31
1.2 A (evidente) noção de subjetividade.....	34
<i>Em busca da noção de subjetividade: o que re-enunciar</i>	37
2 O ARTIGO SEMINAL: “DA SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM” (1958)	44
2.1 A publicação do artigo “Da subjetividade na linguagem”	44
2.2 A recepção do artigo “Da subjetividade na linguagem”.....	48
2.3 O tema do artigo “Da subjetividade na linguagem”.....	54
<i>Em busca da noção de subjetividade: o que anunciar</i>	57
3 A NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM ÉMILE BENVENISTE	59
3.1 A subjetividade inerente.....	61
3.2 A subjetividade enquanto efeito.....	78
3.3 A prospecção da noção de subjetividade.....	83
<i>Em busca da noção de subjetividade: o que enunciar</i>	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
BIBLIOGRAFIA	100

INTRODUÇÃO

Nesta introdução, pretendemos apresentar o tema e os objetivos de nossa pesquisa. Buscamos, também, explicitar nossa motivação e, em especial, os estudos que nos servem de guia em nossa caminhada. Pretendemos apresentar também nosso percurso que, como já era de se esperar, sofreria correções de rota ao longo do caminho. E, se nos embrenhamos em uma floresta densa, ao selecionarmos um objeto de estudo bastante complexo, é lógico que buscamos, uma vez que estávamos longe da estrada, algum atalho, isto é, algum caminho na mata aberto por outros pesquisadores. Por fim, apresentamos uma espécie de corte, isto é, aquilo que tivemos de renunciar, de antemão, em nossa pesquisa, estabelecendo, assim, nosso corpus de estudo.

Flores (2013), em uma seção onde sugere temas para debate, diz que:

Outro tema que deveria ser mais desenvolvido pelos estudiosos do campo enunciativo diz respeito ao tema da subjetividade que, em minha opinião, (...) está ligado, intrinsecamente, às noções de locutor e de língua. (FLORES, 2013, p. 116).

Seguiremos, então, precisamente, essa sugestão de Flores (2013), pois, pretendemos, em nossa tese, estudar a noção de subjetividade presente na obra¹ do linguista francês Émile Benveniste (1902-1976). Nosso trabalho pretende oferecer, assim, para os estudiosos de Benveniste, uma reflexão sobre essa noção, que abarque sua complexidade.

Na condição de uma pesquisa sobre a obra de Benveniste, esta tese não pode ser entendida como algo totalmente independente, uma vez que segue as trilhas deixadas por muitos outros pesquisadores que dedicaram estudos à obra deste autor. E segue, principalmente, como já dissemos, os passos do professor Valdir do Nascimento Flores. (FLORES *et al.*, 2009; FLORES, 2013; FLORES, 2019).

Porém, trata-se de uma trajetória pessoal, no sentido de que dá prosseguimento aos estudos que desenvolvemos em nossa dissertação (SILVA, 2015), quando analisamos, por exemplo, a distinção – proposta por Benveniste em seu texto de 1959, “As relações de tempo no verbo francês” – entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*. Não abordamos, na época, a noção de subjetividade em si, mas ela era uma espécie de “pano de fundo”, no qual

¹ A obra de Émile Benveniste, a qual nos referimos, se limita, nesta tese, basicamente a seus estudos teóricos no âmbito da linguística geral (sobretudo, aqueles publicados nos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*). O gigantesco trabalho de Benveniste no âmbito da gramática comparada não nos servirá – já prevendo o tipo de estudo que pretendemos desenvolver nesta tese – de fundamento teórico, podendo ser citado, obviamente, a título de exemplo ou quando for necessário.

nossa pesquisa se desenvolveu. Em razão disso, algumas questões, em torno da noção de subjetividade, precisam, agora, não necessariamente ser reformuladas, mas, sim, aprofundadas. E a única maneira de aprofundarmos essas questões de modo apropriado é fazendo um verdadeiro mergulho na noção de subjetividade em Benveniste.

Além de seguir a sugestão de Flores (2013), nosso estudo, que tem como tema, portanto, a noção de subjetividade em Benveniste, se inspira na tese – realizada pela professora japonesa de Linguística Aya Ono – intitulada *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste*, transformada em livro (ONO, 2007). A escolha, por parte da professora, do tema de seu trabalho, que o título já mostra, não se deu, certamente, pela falta de estudos que abordassem a noção de enunciação em Benveniste. Ono, aliás, ao contrário de dizer que se trataria de uma lacuna nos estudos benvenistianos (o que realmente seria algo absurdo de se dizer), ressalta a importância do termo *enunciação* em Benveniste. Para justificar a escolha do tema de sua tese, a autora cita, então, que a palavra *énonciation*, dicionarizada no *Trésor de la langue Française*, apresenta, em seu exemplo de emprego da palavra, um trecho de um texto justamente de Benveniste, mais especificamente, um trecho do artigo “O aparelho formal da enunciação”, respaldando, assim, a definição do verbete dentro do campo da Linguística.

Seguindo esse mesmo caminho, podemos lembrar que o *Trésor de la langue Française* também cita Benveniste, como exemplo, em duas oportunidades, no adjetivo “*objectif*”; fazendo um contraponto justamente com o adjetivo “*subjectif*” no âmbito da gramática:

Quadro 1 – Resumo do verbete “*objectif*”

OBJECTIF, -IVE, adj. (...)

D. — GRAMM. [Correspond à *objet* II B 3] Qui a rapport au complément d'objet (direct).

♦ *Complément déterminatif objectif, génitif objectif.* Complément déterminatif, génitif équivalent, dans le système nominal, au complément d'objet (direct) dans la phrase verbale active correspondante. *Elle [l'opposition nominatif-accusatif] se reflète dans la distinction logico-sémantique du « génitif subjectif » et « génitif objectif »* (É. BENVENISTE, *Problèmes de Ling. Gén.*, Paris, Gallimard, t.1, 1966, p.147) (...)

♦ *Conjugaison objective, forme verbale objective.* [Surtout dans les lang. finno-ougriennes] Conjugaison, forme verbale, propre au verbe transitif, qui comporte l'addition au thème d'un élément possessif (MAR. *Lex.* 1951, s.v. *conjugaison*). *Que (...) en hongrois, la forme de conjugaison objective varo-m, « je l'attends », soit superposable à la forme nominale possessive karo-m, « mon bras », (...) c'est un trait notable en soi* (É. BENVENISTE, *Problèmes de Ling. Gén.*, Paris, Gallimard, t.1, 1966, p.155).

Fonte: Dicionário informatizado *Trésor de la Langue Française*.²

Podemos ver, a partir dessa citação do *Trésor de la langue Française*, que Benveniste tem também importância quando se trata de considerar a relação existente entre as formas objetivas e subjetivas.

² A versão informatizada do *Trésor de la Langue Française*, dicionário de referência redigido pelo CNRS, está disponível em: <http://atilf.atilf.fr/tlfi.htm>.

Considerando novamente a escolha de Ono pela noção de *enunciação*, podemos dizer que, se a Linguística da Enunciação (cf. FLORES & TEIXEIRA, 2005) compreende várias teorias – construídas principalmente ao longo do século XX por vários linguistas –, conhecemos o papel fundamental de Benveniste na consolidação desse ramo da Linguística. E se Benveniste é, como alguns dizem, o “pai da Enunciação”, podemos afirmar que a noção de subjetividade não é menos importante em sua obra.

Não raras vezes, a enunciação é associada, justamente, ao tema da subjetividade na linguagem. Assim, por exemplo, a própria professora Aya Ono, em sua tese, coloca que:

A relação entre enunciação e expressão da subjetividade na linguagem é, hoje, considerada como evidente pela maior parte dos linguistas. A enunciação, “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, segundo Benveniste, é um marcador da subjetividade do locutor, de modo que estudar a enunciação pode ser sinônimo de estudar a subjetividade. (ONO, 2007, p. 137, tradução nossa).

A importância da noção de subjetividade em Benveniste se explica, portanto, de variadas formas, seja tomada em sua relação com a noção de enunciação, seja em relação a toda outra gama de noções que gravitam em sua volta. Sequer mencionamos tomar a noção de subjetividade de forma isolada, pois realmente não existe possibilidade de se ver, em Benveniste, um conceito fora de sua “rede de primitivos teóricos” (expressão que aparecerá referida e explicada na sequência).

O fato de muitas dessas noções – que gravitam em torno da noção de subjetividade – serem entradas do *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES *et al.*, 2009), doravante DLE, demonstra, também, a importância que esses termos adquirem dentro da terminologia benvenistiana.

Listamos, no quadro abaixo, apenas a título de exemplo, os termos que, em algum momento, acreditamos que teremos de dar conta, pois, de alguma forma, se relacionam com a noção de subjetividade, lembrando que estes não completam a totalidade dos termos benvenistianos presentes no DLE:

Quadro 2 – Lista de termos de Benveniste no DLE

apropriação	língua
atualização	língua-discurso
dêitico	linguagem
discurso	locutor
enunciação	não-pessoa
forma vazia	pessoa
indicadores de subjetividade	signo vazio
instância de discurso	situação de discurso
intersubjetividade	sujeito

Fonte: *Dicionário de Linguística da Enunciação*. (FLORES *et al.*, 2009).

Empreender um estudo sobre a noção de subjetividade em Benveniste se justifica, acima de tudo, pelo simples fato de se tratar de um termo-chave dentro da linguística benvenistiana. E, colocada ao lado de outros termos-chave (como, por exemplo, termos que fazem parte da distinção “pessoa” e “não-pessoa”; ou da distinção “semiótico” e “semântico”; ou a noção de “aparelho formal da enunciação”; ou ainda a própria noção de “enunciação”, tomada como um único termo), a noção de subjetividade é aquela que nos parece mais fecunda, ou seja, aquela que apresenta a maior potencialidade para o diálogo interdisciplinar, no sentido de que a “subjetividade” não fica limitada ao campo linguístico. Em outras palavras, é a noção que atravessa diferentes áreas do saber, podendo propiciar estudos sob o viés não somente da Linguística, mas também da Filosofia, da História, da Psicanálise, ou até mesmo da Antropologia.

À necessidade de melhor situarmos a noção de subjetividade em Benveniste, soma-se ainda outra consideração. Como já apontado em vários estudos (FLORES, 2013, p. 34-44; DESSONS, 2006, p. 66-67), em Benveniste, há termos que sofrem de certa ambiguidade terminológica. É o caso, por exemplo de “discurso”, que, em geral, tem um sentido amplo, mas, em um determinado momento, adquire um sentido bem particular, quando colocado em contrapartida à noção de “história”, especificamente no texto “As relações de tempo no verbo francês”, de 1959. Outro exemplo de termo, em certo sentido, ambíguo dentro da obra de Benveniste é o de “pessoa”, que além de um sentido geral, adquire sentido específico na relação “pessoa” *versus* “não pessoa”. A noção de subjetividade, então, parece também fazer parte desses exemplos, se lembrarmos da distinção que abordamos em nossa dissertação entre “enunciação subjetiva” *versus* “enunciação não-subjetiva”.

Sobre a terminologia de Benveniste, Flores faz a seguinte advertência:

Essa flutuação terminológica é mais um indicador a atestar que a reflexão de Benveniste não é um modelo teórico acabado. O leitor, porém, não deve pensar nisso como um impeditivo de aprofundamento nessa teoria. Basta que a flutuação terminológica seja admitida como uma espécie de advertência da leitura que se pode fazer. (FLORES, 2013, p. 34).

E a respeito do termo “subjetividade” apresentado no DLE, vemos que, na nota explicativa, estão colocadas duas perspectivas de entendimento dessa noção. Uma ligada à categoria de pessoa, considerando o sistema da língua; outra ligada à noção de enunciação, abarcando o exercício da linguagem. (cf. FLORES *et al.*, 2009, p. 219-220).

Ono, por sua vez, além de citar também essas duas perspectivas, coloca uma terceira perspectiva, ou, em suas palavras, uma “terceira instância” (ONO, 2007, p. 162), ainda que, como a própria autora lembra, Benveniste não tenha tratado exatamente desta questão, que seria a de ver o sujeito (e, por conseguinte, a subjetividade) fora da linguagem. Se, por um lado, é difícil tentar elucidar essa questão, bastante controversa em Benveniste, sobre criar a categoria de pessoa fora da língua, por outro lado, mais certo será considerar que, sem dúvida, a noção de subjetividade tem uma existência, se é que podemos colocar assim, para fora do âmbito da Linguística.

Ao falar de subjetividade na primeira instância, Ono coloca que essa noção não é aprofundada enquanto entidade teórica; e que, ainda que possibilite análises linguísticas, a subjetividade na língua, segundo a autora, “não constituiria uma estrutura claramente definida”. (cf. ONO, 2007, p. 138). A autora conclui, então, que a subjetividade da primeira instância se definiria simplesmente por sua natureza virtual.

Como já se percebe nesse rápido levantamento, a ambiguidade, a ambivalência e as diferentes perspectivas e instâncias de análise pairam sobre a noção de subjetividade em Benveniste. Isso nos leva a ressaltar, uma vez mais, a importância de um estudo que aborde, da forma mais detalhada possível, esse tema, tal como é a proposta de trabalho que estamos nos colocando a realizar.

Enfim, ainda que muitos outros trabalhos abordem a questão da subjetividade em Benveniste, não encontramos um estudo dedicado exclusivamente à noção, tal como feito por Ono sobre a noção de enunciação (ONO, 2007); trabalho que, como já dissemos, nos serve de inspiração. E se, de certo modo, nosso estudo pode ser entendido como um passo para trás, na medida em que busca os fundamentos da noção de subjetividade, ou melhor, na medida em que tomará essa noção em todos seus possíveis entendimentos dentro da obra de Benveniste, acreditamos que, uma vez feito esse percurso, daremos passos à frente.

E nosso desejo de aprofundar esse tema em Benveniste parte de algumas questões – mais apropriado seria dizer que parte de algumas inquietações – que merecem e propiciam uma maior investigação. Por exemplo, uma indagação inicial buscaria saber de qual tradição, seja ela filosófica ou não, Benveniste toma essa noção. Se ele seguiria uma tradição filosófica, ao falar em subjetividade, é algo a ser investigado; conhecemos a “briga” que o autor tem com algumas considerações oriundas da Filosofia da Linguagem.

Podemos nos perguntar ainda: como a noção de subjetividade se relaciona com a dita teoria da enunciação de Benveniste? Há um conceito de subjetividade circunscrito a sua teoria da enunciação? Ou se trata de um conceito que extrapola esse possível limite? E sendo o fundamento da subjetividade linguístico, seria possível estender essa noção a outros campos do conhecimento?

Lembremos ainda que, não raro, vemos autores dizendo que a dicotomia subjetivo-objetivo perde força na argumentação de Benveniste em seu último texto, “O Aparelho Formal da Enunciação”, de 1970. (cf. FLORES, 2013, p. 96-97). Como é possível fazer tal colocação? Isso seria um caso estranho, em que um último texto apagaria toda sua teoria anterior, construída ao longo de praticamente meio século. Caso fosse realmente uma contradição ou uma reformulação por parte do autor, poderia se falar em apagamento; mas, por mais vago que o termo possa ser, esse não parece ser o caso da noção de subjetividade e de tudo que a envolve.

Essas indagações se relacionam ao tema de nossa pesquisa; porém, isso não significa que temos a ambição de dar respostas a todos esses questionamentos. Queremos, sim, dar conta de nosso tema de pesquisa de tal modo que as dúvidas em torno da noção de subjetividade diminuam e que se possa, a partir de um melhor entendimento, colocar perguntas mais pertinentes em torno da questão.

Se temos uma pergunta a ser respondida, ela é única e simplesmente, da maneira mais geral e abrangente possível, a seguinte: como se apresenta a noção de subjetividade em Benveniste? Questão que nos encaminha para os objetivos de nosso trabalho, inspirados, como já dissemos, nos propósitos de Ono – no que tange à noção de enunciação em Benveniste –, que teve o intuito de:

Observar de perto como essa noção [de enunciação] se forma no decorrer do tempo e dentro das diferentes problemáticas da linguística benvenistiana, e como ela se articula com outras noções, teóricas ou não. (ONO, 2007, p. 19, tradução nossa).

Temos como objetivo, em nossa tese, portanto, apresentar uma leitura da noção de subjetividade em Émile Benveniste, tendo em vista como se dá a formulação desse conceito na obra do autor, em suas nuances de sentido, buscando os possíveis vários entendimentos a respeito da noção. E é preciso esclarecer, desde já, que nossa leitura pretende captar, sobretudo, esse momento de elaboração do conceito, uma vez que poderíamos, de antemão, estabelecer uma divisão, pelo menos do ponto de vista metodológico, entre dois momentos distintos, não necessariamente cronológicos, na

obra de Benveniste. Um momento de elaboração da noção de subjetividade (ou de constante reformulação) e um outro momento de operacionalidade desse conceito, isto é, um momento em que a noção de subjetividade – quer esteja formulada de modo explícito, apenas definida de uma maneira superficial, ou mesmo subentendida – seja tomada por Benveniste, de modo que possibilite, a ele, fazer a aplicação desse conceito em suas análises. Assim, uma vez que já podemos estabelecer a hipótese de que haja essa divisão entre duas maneiras de se apreender o conceito de subjetividade na obra do autor – uma através de sua formulação teórica e outra através das análises em que a noção se faz presente, de modo implícito ou explícito – é necessário deixar claro que nosso foco e nosso objetivo incidirão apenas sobre a formulação do conceito. Se, porventura, nos determos em suas análises, em que a noção aparece de modo aplicado, será ainda para vermos como a noção se constrói. Desnecessário lembrar que a hipótese de que exista tal divisão está longe de ser algo estanque, já que o mais comum é vermos esses dois momentos acontecendo, se não simultaneamente, pelo menos, muito próximos um do outro.

Para cumprirmos o objetivo proposto neste trabalho – e se estamos cientes de que vamos adentrar um caminho complicado e perigoso – é necessário ficarmos atentos, desde já, também, a algumas advertências feitas por aqueles que se debruçaram sobre a obra de Émile Benveniste. Em entrevista, concedida para as professoras Luiza Ely Milano e Carmem Luci da Costa Silva, ao falar do estilo do autor, Aya Ono adverte que tudo é claro em Benveniste, o que nos faz correr o risco de nos contentar com uma ou duas leituras de seus textos; o importante, segundo Ono, é lermos Benveniste “lentamente, a passo de tartaruga”.

Um dos riscos oferecidos pelo texto de Benveniste está em seu estilo de escrita. É uma escrita clara e sucinta, com quase nenhum uso de neologismos obscuros (...) trata-se de uma armadilha a evitar: é preciso, realmente, avançar passo a passo, às vezes até mesmo se deter, a cada passo, na leitura de seu texto. (...) O importante é ler Benveniste lentamente, a passo de tartaruga. (ONO, SILVA, MILANO, 2014, p. 257-258).

Parece anedótico que se fale em uma leitura “a passo de tartaruga”, porém, nada é mais verdadeiro e essencial do que isto: avançar passo a passo na leitura. Aliás, mais importante do que ler, é preciso reler seus textos, pois a cada nova leitura se descobre algo novo.

Antes de continuarmos citando a entrevista da professora japonesa Aya Ono, podemos lembrar que, em nossa dissertação (SILVA, 2015), a propósito da maneira

como Benveniste deve ser lido, também fizemos um alerta (ou, talvez, o mais correto a dizer seria que fizemos uma espécie de pedido de socorro), ao colocarmos que:

Ler Émile Benveniste é muito difícil. É como montar um imenso quebra-cabeça, tentando adivinhar onde uma peça pode encaixar em outra peça. Em virtude dessa dificuldade, a leitura da obra de Benveniste requer uma atenção redobrada; requer um cuidado para, por exemplo, não tomar uma citação fora de contexto; o que, em muitos casos, pode comprometer todo entendimento em torno do pensamento do autor. (SILVA, 2015, p. 10).

Ler Benveniste continua sendo muito difícil. E esta tese, como se percebe, nada mais é do que apenas uma nova peça desse enorme quebra-cabeça, que é o pensamento benvenistiano em torno da linguagem.

Novamente conforme Ono, outro risco que se corre, ao se estudar Benveniste – e, aqui, acreditamos que se trata de um risco em relação a toda e qualquer obra – “é o de se ler seu texto com o intuito de encontrar o que se busca”. (ONO, SILVA, MILANO, 2014, p. 258). Segundo Ono, é preciso ler o texto de Benveniste de coração aberto, sem levar em conta a exigência da linguística atual, ou seja, sem limitar a obra do autor a determinado entendimento prévio sobre aquilo que está em questão. Assim, qualquer recorte na obra de Benveniste, produzindo um corpus de estudo, já indicaria, de modo inevitável, um viés de leitura.

Esse movimento, de se livrar de determinado entendimento prévio da questão, ainda que teoricamente almejado, na prática, é impossível de ser feito. E mesmo que não fosse impossível, ainda assim, seria arriscado não levar em conta certas leituras e, principalmente, certos leitores, reconhecidamente importantes da obra do autor. Isso seria se lançar em um tipo de abandono; isso seria se transformar em um caminhante perdido, ou, simplesmente, um errante, ficando próximo justamente do erro. E, em especial, aqueles que se embrenham em uma floresta densa – como já foi apontado anteriormente, “floresta densa” é uma excelente metáfora para o objeto de nossa pesquisa – precisam seguir alguma estrela no céu; assim, pelo menos, terão a impressão de que estão no caminho certo.

Por fim, outra advertência nos é dada por Flores, que salienta, reiteradas vezes (por exemplo, em FLORES, 2013, p. 23-24), que buscar a compreensão de um determinado termo dentro da obra de Benveniste, em muitas ocasiões (se é que não se pode dizer, na totalidade das ocasiões), exige, por parte do pesquisador, a compreensão de outros tantos termos; exige, ao menos, que se coloque esses termos em relação. Para demonstrar isso, Flores nos dá, como exemplo, justamente a noção de subjetividade. No

artigo “A noção de discurso na teoria enunciativa de Émile Benveniste”, Flores & Endruweit colocam que:

Apenas a título de ilustração, observe-se outro exemplo. Segundo Benveniste, “A ‘subjatividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como sujeito” (...). A compreensão dessa afirmação exige o conhecimento do que o autor define pelos termos locutor e sujeito. Em outras palavras, subjatividade, locutor e sujeito são conceitos primitivos uns em relação aos outros porque são interdependentes. (FLORES & ENDRUWEIT, 2012, p. 200).

Explícitos, então, em relação à atitude que os leitores devem tomar diante da obra de Benveniste, Flores & Endruweit – explicando, agora, o que significa a expressão “rede de primitivos teóricos” – prosseguem dizendo que:

Pensamos que a teoria de Benveniste precisa ser lida como uma complexa rede de termos, definições e noções que estão interligados entre si através de relações hierárquicas – hiperonímicas e/ou hiponímicas –, paralelas, transversais, entre outras. Isso quer dizer que muitos dos conceitos propostos por Benveniste têm valor primitivo, na medida em que fazem parte de outros conceitos. Na verdade, há na teoria benvenistiana uma rede de relações conceituais em que cada conceito é constituído por uma rede e é parte integrante dela. Admitido este raciocínio, pode-se dizer que é difícil, nessa teoria, estudar-se um elemento isolado de outro. Logo, o viés de leitura assumido deve sempre levar em conta que tal teoria estrutura-se como uma **rede de primitivos teóricos**. Sem dúvida, essas relações variam na medida em que variam os termos que servem como ponto de partida. De qualquer maneira, cabe salientar: a teoria de Benveniste é refratária a leituras lineares. (FLORES & ENDRUWEIT, 2012, p. 201, grifo nosso).

Tendo em mente essas advertências, de que não é possível uma leitura linear da teoria de Benveniste e de que é difícil estudar um elemento isolado no âmbito dessa teoria, podemos construir, de modo mais embasado, o processo de leitura que realizaremos, no intuito de compreendermos como se apresenta a noção de subjatividade na obra benvenistiana. Sabemos, desde já, por exemplo, que o entendimento da noção precisará atentar para outros termos. Desse modo, pretendemos nos concentrar, principalmente, naqueles termos que Benveniste se serve para iluminar a noção de subjatividade. O que não quer dizer que iremos nos furtar de apresentar quais termos são iluminados por determinada noção de subjatividade. Em outras palavras, termos que não são necessários para que se entenda a noção de subjatividade, mas que, em contrapartida, podem adquirir um novo entendimento caso sejam considerados sob a perspectiva da noção de subjatividade. O próprio Benveniste diz algo nesse sentido, ao final do artigo “Da subjatividade na linguagem”, de 1958. Segundo o autor, “muitas

noções na linguística (...) aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos (...) sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística”. (PLG I, p. 293³).

Explicitada, em termos gerais, nossa metodologia de trabalho, é o momento de tentarmos explicar como se deram os recortes em nosso corpus textual de pesquisa. Já apontamos que o tema de nossa tese apresenta um agravante em relação ao de nossa dissertação: trata-se de um tema bastante amplo. Amplo não no sentido de que temos a ambição de dar conta de grande parte da teoria enunciativa benvenistiana. A princípio, se poderia pensar que nosso tema é algo bem circunscrito, visto que se refere, pura e simplesmente, ao estudo da noção de subjetividade em Benveniste; porém, essa noção se relaciona praticamente com toda a terminologia de Benveniste.

Se Ono demonstrou preocupação com aqueles que vão ler seu texto “com o intuito de encontrar o que se busca”, no que se refere ao estudo da noção de subjetividade, o problema é que, mesmo sem o intuito de encontrar a noção, ela acaba surgindo, a toda hora, a nossa frente. Lembremos que, desde nossa dissertação, já anunciávamos que nosso texto, dali em diante, já estaria “contagiado e contaminado por muitas leituras sobre Émile Benveniste”. (SILVA, 2015, p. 11). No caso, agora, parece que a subjetividade é uma noção que se espalha por boa parte da teoria benvenistiana.

Em virtude de tudo o que foi, até aqui, exposto a respeito da noção de subjetividade em Benveniste, fomos, de certa forma, impelidos a fazer uma escolha: já que não poderíamos partir de todos os textos de Benveniste – o que seria algo difícil de ser feito em tempo hábil e sob condições diversas, para dizermos o mínimo – e o que acabaria por dispersar ainda mais o que já se mostrava disperso, tomamos a decisão, e isso foi o que nos pareceu o mais correto a ser feito, de partir, primordialmente, de um texto-chave de Benveniste, a saber, o artigo de 1958, “Da subjetividade na linguagem”. Como veremos, esse texto se configura como sendo um ponto culminante, pois sintetiza o que vinha sendo estudado até então e, ao mesmo tempo, aponta para o futuro da teoria benvenistiana. Como veremos também, o texto se presta para uma análise ponto a ponto, para uma “leitura passo a passo”. É como se cada parágrafo do texto resumisse uma discussão bem mais ampla, espalhada por vários textos do autor. É um texto didático, na medida em que foi escrito para não linguistas. Benveniste, por exemplo, alerta o leitor quando vai introduzir um novo termo: “essa forma pessoal é, se se pode

³ As edições brasileiras de *Problemas de Linguística Geral* de Émile Benveniste serão, aqui, referidas conforme o seguinte sistema: sigla da obra (PLG), indicação do volume (I ou II) e indicação da página.

dizer, o indicador de subjetividade”. (PLG I, p. 291). Porém, trata-se de uma noção de “didático” diferente daquela que está presente em outros de seus textos⁴, já que, no artigo “Da subjetividade na linguagem”, o autor se posiciona, explicitando suas teses. Nesse texto de 1958, vemos Benveniste realmente teorizando, criando um entendimento em torno da noção de subjetividade. E ele pode tecer teses e criar uma teoria, pois já tinha feito as análises linguísticas necessárias para isso. O texto serve, então, para que o autor retome suas análises, teorizando os resultados. Resta saber se será possível perceber em que momento a noção de subjetividade surge, seja colocada de forma explícita, seja de maneira subentendida.

Já destacamos a diferença da noção de subjetividade diante de outros termos-chave, o que dá margem para que questionemos se Benveniste usou um conceito geral e se será possível perceber onde surge uma noção de subjetividade própria do autor. Ono, por exemplo, tenta localizar onde nasce a noção de enunciação em Benveniste:

A noção de enunciação nasceu nos confins de reflexões ao mesmo tempo linguísticas, semióticas e psicanalíticas. Se considerarmos que essa noção pode se estratificar, se complexificar, a perspectiva histórica, ou mesmo arqueológica, é exatamente uma condição necessária da pesquisa. (ONO, 2007, p. 18, tradução nossa).

A respeito da noção de subjetividade, especificamente, Ono coloca que a palavra *subjetividade* aparece, pela primeira vez na obra de Benveniste, em 1946, no artigo “Estrutura das relações da pessoa no verbo”. E a autora diz que isso é natural, pois a noção de subjetividade, que encontra seu maior desenvolvimento no artigo de 1958, se articula ao problema dos dêiticos, principalmente, à questão dos pronomes pessoais. (cf. ONO, 2007, p. 140).

Além disso, “Da subjetividade na linguagem” é um texto que extrapola o linguístico, na medida em que Benveniste escreve para psicólogos, e faz isso não com o intuito de agradá-los. Através do artigo de 1958, Benveniste pretendia provocar os psicólogos, ao, por exemplo, criticar o behaviorismo e, sobretudo, ao problematizar o conceito de *ego*.

“Da subjetividade na linguagem” pode, então, ser considerado um texto especial por todos esses motivos. É um artigo completo em que Benveniste faz praticamente tudo: problematiza, provoca, teoriza, critica, expande, sintetiza. Nossa

⁴ Há textos que poderíamos classificar de realmente didáticos (como, por exemplo, os artigos “‘Estrutura’ em linguística” e “Tendências recentes em linguística geral”), em que o “professor Benveniste” se coloca a frente do “linguista Benveniste”, em que vemos Benveniste mais ensinando do que propriamente se posicionando em relação às teorias linguísticas. Eis aí a diferença que queremos destacar.

leitura da noção benvenistiana de subjetividade partirá, portanto, desse texto de 1958, tentando dar conta do objetivo que nos propomos fazer, o de observar a formulação do conceito.

Primeiramente, no **Capítulo 1**, apresentaremos, de modo geral, algumas características que, a nosso ver, pairam em torno da noção de subjetividade. Trata-se de uma primeira abordagem, mais no sentido de apresentar como percebemos a noção e como acreditamos que a noção seja percebida pelos leitores de Benveniste. Em seguida, para encerramos o capítulo, pretendemos retomar aquilo que foi proposto anteriormente, em especial, em nossa dissertação (SILVA, 2015). Trata-se, nesse caso, de situarmos a problemática a respeito da subjetividade em um ponto inicial. Revendo, então, sobretudo, aquilo que deixamos de considerar em torno da questão da subjetividade, buscamos situar um ponto a partir do qual almejamos começar a trilhar um caminho em busca da noção de subjetividade.

No **Capítulo 2**, apresentaremos uma leitura mais contextual do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, levando em conta seu momento de publicação, tentando buscar, ou minimamente reconhecer, as discussões da época, situando o texto dentro da teoria benvenistiana, o que encaminhará nossa pesquisa para a construção do termo em Benveniste propriamente. Assim, após partirmos de uma leitura mais abrangente, em que tentamos apenas situar o texto, chegamos a um segundo tipo de abordagem do artigo “Da subjetividade na linguagem”, que será apresentado no terceiro capítulo.

No **Capítulo 3**, faremos, então, uma leitura pormenorizada, indicando não necessariamente as ocorrências da noção de subjetividade, mas, sim, justamente as características que estão relacionadas ao conceito de subjetividade. Assim, buscamos apontar para os modos como é possível ver a elaboração de uma ou mais noções de subjetividade por parte de Benveniste. Buscamos também apontar, ao fazermos uma leitura ponto a ponto, para alguns conceitos que gravitam em torno da noção. Buscamos, com isso, relacionar a noção de subjetividade com os termos que se apresentarem como importantes para que se possa compreender essa noção.

Esses diferentes tipos de leitura – ora mais geral, ora mais pontual – representam apenas a maneira como vamos organizar nosso trabalho. Elas não significam uma ordem cronológica, muito menos uma barreira, impedindo que essas leituras não se misturem a cada instante.

Por fim, na **Conclusão**, pretendemos encerrar a tese, mas não a discussão em torno da noção benvenistiana de subjetividade; pois, feito esse percurso, acreditamos que conseguiremos entregar, para os estudiosos de Benveniste (nossos leitores em potencial), uma tese, ao mesmo tempo, de “fechamento” e de abertura da noção de subjetividade. Fechamento entre aspas e até certo ponto, pois temos em mente as palavras de Ono, quando diz que:

Eu não tinha a intenção de dar uma definição fechada a essa noção [de enunciação], a fim de avançar os estudos linguísticos. O que eu tentei fazer na tese foi mostrar que a noção de enunciação, tendo várias facetas, se forma no cruzamento de diversas problemáticas; tentei também identificar as possibilidades dessa noção, que surgem, muitas vezes, de modo implícito nos pensamentos benvenistianos. (...). Para um linguista (...) que tenta desenvolver seus estudos usando termos de Benveniste, há, certamente, uma forte tensão entre a necessidade de definir claramente os termos de trabalho e a oportunidade de ler os termos de Benveniste na condição de noções em construção. (ONO, SILVA, MILANO, 2014, p. 258).

Após todas essas advertências, fica claro que também não temos a intenção de dar uma definição fechada para a noção de subjetividade. Isso leva em conta também, sem dúvida, o estado atual dos estudos de Benveniste no Brasil. Pois se houve um momento – importante, aliás – de tentativa de circunscrever o campo da Linguística da Enunciação, com a produção de introduções e de dicionários, atualmente a tendência não é mais de fechamento, ao contrário, é de abertura.

Momento de abertura, em vários sentidos: não limitada à Teoria da Enunciação; vislumbrando o antropológico da teoria benvenistiana; incorporando novos estudos, em especial, sobre a questão da escrita. Momento que pode ser situado a partir da publicação do livro *Últimas aulas*. Na “apresentação à edição brasileira”, Flores coloca que o livro, publicado em 2012 na França, “provocou uma verdadeira avalanche de reações. Muitas foram as manifestações que comemoraram a oportunidade de saber mais sobre o que pensava o maior linguista da França”. (FLORES apud BENVENISTE, 2014, p. 9). Essa avalanche de reações se dá, então, em um momento de abertura dos estudos benvenistianos, no Brasil e no mundo.

Em busca da noção de subjetividade: o que renunciar

Há dois tipos de renúncias – no que diz respeito a nossa busca pela noção de subjetividade em Émile Benveniste – que devemos fazer desde já. De um lado, as renúncias vistas a partir do exterior, ou seja, renúncias que estão fora do âmbito da teoria do autor. Por outro lado, devem ser feitas renúncias já dentro da imensa obra de Benveniste.

A primeira renúncia parece bastante óbvia, mas é preciso que façamos esta espécie de alerta: devemos renunciar uma percepção leiga, ou mesmo, um entendimento básico de subjetividade, quando o que está em jogo é a concepção benvenistiana dessa noção. Lembremos que Aya Ono, em seu livro sobre a noção de enunciação, faz uma distinção semelhante, entre “termos teóricos” e “termos não teóricos” (cf. ONO, 2007, p. 29-30), a exemplo do que já havia sido feito por Claudine Normand, em seu artigo “Os termos da enunciação em Benveniste”. (NORMAND, 1996).

Aqui, porém, não se trata de considerar a “noção não teórica” de subjetividade. Dito de modo bem claro, devemos descartar um entendimento, bastante básico, de “subjetivo” ligado simplesmente a “nossa opinião”; “subjetivo” ligado a “nosso ponto de vista”; “subjetivo” ligado a “nosso posicionamento sobre o mundo”. Benveniste, definitivamente, não se interessa pela construção de “nossa subjetividade” nesse sentido bem básico. Reconhecemos que é tentador – quando se busca (de modo autorizado, isto é, com todo direito de se fazer isto) – simplificar a noção de subjetividade, regredindo, de certa forma, para um entendimento básico do que seja o “subjetivo”.

Se usamos, nesta tese, em algum momento, a frase “é subjetivo, pois ligado a sujeito”, o que deve ficar implícito é que esse “subjetivo” está ligado à “constituição do sujeito”; e não ligado à “opinião do sujeito”. Há uma diferença abissal entre essas duas considerações. Por trás dessa “constituição do sujeito”, podemos vislumbrar toda a teoria de Benveniste; pois, como veremos, se trata de algo que ocorre na linguagem; pois é algo, mais do que subjetivo, intersubjetivo, visto que é dialético (ligado às pessoas, eu-tu). Por trás dessa “opinião do sujeito”, há todo um entendimento básico: de ser algo que pertence a um sujeito pensante e a seu íntimo; de ser algo que é característico de um indivíduo; por isso, individual, pessoal e particular. Ainda que o adjetivo “individual” esteja contido na definição de enunciação dada por Benveniste (cf.

PLG II, p. 82), o ato de “enunciar” em nenhum momento pode ser aproximado da questão de “opinar”. Não se pode, portanto, reduzir a questão da subjetividade a um “discurso singular”. Fazemos essa espécie de alerta, pois, como dissemos, é tentador trazermos um conceito bastante complexo para algo que o leitor tem mais familiaridade; em alguns casos, para um entendimento básico da noção. Essa primeira renúncia, de tentar se afastar de uma percepção leiga da noção de subjetividade – pois não há entendimento mais básico de uma noção do que a percepção leiga que se tem a seu respeito –, parece realmente bastante insólita. Entretanto, como veremos no decorrer desta tese, ela se faz necessária.

A segunda renúncia a ser feita, também vista a partir do exterior, é a de que não pretendemos, aqui, discutir questões filosóficas. Quando se aborda a questão da subjetividade – e, por conseguinte, a de sujeito – querelas filosóficas, muito antigas aliás, podem ressurgir. Devemos, desde já, colocar de modo claro que não vamos discutir se é um sujeito único que pensa, isto é, discutir a unidade do homem; ou mesmo discutir se alma e corpo formam uma pessoa. Não temos a pretensão de responder “quem pensa?”, isto é, saber “quem é aquele que pensa em mim?”. Não queremos, de modo algum, responder “qual é o sujeito do pensamento?”; “quem sou eu?”; “o que é o homem?”. Enfim, não discutiremos essas questões filosóficas. Vamos apenas situar o autor em relação ao que ele entende por subjetividade. Após essas renúncias vistas do exterior, partimos, agora, para os recortes que se fazem necessários no interior da obra benvenistiana.

Se gostaríamos de ler Benveniste “de coração aberto”, tal como sugere Ono (ONO, SILVA, MILANO, 2014, p. 258), livre de amarras teóricas e contemplando seus livros, tanto de linguística geral, quanto de gramática comparada, devemos ponderar que um recorte dentro da vasta obra de Benveniste será necessário, pois nosso corpus não poderá ser formado pela totalidade dos textos do autor disponíveis tanto em língua francesa quanto em língua portuguesa. Um recorte, por mais abrupto que seja, se faz, assim, necessário. E aqui estamos de acordo com Flores (2013, p. 25), quando diz que “é possível trabalhar com ‘momentos’ da reflexão de Benveniste (...), a teoria admite uma divisão temática”.

Nesta tese, iremos nos focar, em especial, no pensamento de Benveniste que se relaciona com uma linguística geral; o que significa dizer que nosso corpus de estudo se compõe, basicamente, de um conjunto bastante heterogêneo de artigos, escritos ao longo

de quarenta anos, publicados, sobretudo, nos livros *Problemas de Linguística Geral*, volumes I e II (as edições brasileiras datam, respectivamente, de 1995 e 1989).

Assim, vamos descartar de nosso corpus de pesquisa seus estudos dedicados a línguas particulares, tais como: *Essai de grammaire sogdienne* (1929); *The Persian Religion according to the Chief Greek Texts* (1929); *Grammaire du vieux perse d'A. Meillet* (1931); *Vrtra et Vrthragna, Étude de mythologie indo-iranienne* (1934); *Les infinitifs avestiques* (1935); *Les mages dans l'ancien Iran* (1938); *Codices sogdiani* (1940); *Textes sogdiens édités, traduits et commentés* (1940); *Vessantara Jataka: texte sogdien édité, traduit et commenté* (1946); *Études sur la langue ossète* (1959); *Hittite et indo-européen. Études comparatives* (1962); *Titres et noms propres en iranien ancien* (1966). Por seu tema específico e por seu caráter de inacabamento, deixaremos de fora também o livro *Baudelaire*, de 2011, com apresentação e transcrições de Chloé Laplantine; assim como acreditamos que devemos descartar a mais recente publicação *Langues, cultures, religions*, de 2015, uma coletânea de artigos reunidos por Chloé Laplantine e Georges-Jean Pinault, ambos livros ainda sem tradução para o português. Já o livro *Últimas aulas no Collège de France*, de 2014, comparece em nossa tese apenas como ilustração e exemplo, sendo, assim, descartado de nosso corpus de estudo.

Em relação a descartar seus estudos de gramática comparada, nossa opção será mais controversa. Precisaremos nos colocar contra um alerta feito pela professora Aya Ono, que, ao responder uma pergunta em relação justamente a seu corpus de pesquisa, adverte:

Comecei a ler, com mais atenção, o *Vocabulário* e outros estudos comparatistas de Benveniste (...). Todas essas leituras me fizeram também descobrir que a noção de enunciação em Benveniste não ocupa um campo semântico fechado, e que ela abre, ainda hoje, caminhos teóricos a serem explorados. (...). Se existe uma fronteira entre o “*corpus* conhecido” e o “*corpus* desconhecido” na pesquisa benvenistiana, fronteira que se pode substituir pela que há entre a linguística geral e a linguística comparada, é porque nós, os leitores de Benveniste, que impomos esse limite no conjunto de seus textos. Em Benveniste, essas duas linguísticas se articulam uma com a outra, de tal modo que, se uma linguística está ausente, a outra não faz sentido. (ONO, SILVA, MILANO, 2014, p. 257).

Não bastasse essa colocação taxativa em favor de se tomar também a linguística comparada de Benveniste em uma pesquisa sobre sua obra, Ono também diz:

As noções propostas por Benveniste, que se tornaram palavras-chave da linguística de hoje – tais como enunciação, instância de discurso, subjetividade da linguagem etc. – são todas oriundas de suas análises

sólidas e refinadas da linguística comparada. (ONO, SILVA, MILANO, 2014, p. 258).

Reconhecemos isto: a noção de subjetividade, sem dúvida, é oriunda de suas análises, que transitam, simultaneamente, entre uma linguística comparada e uma linguística geral: análises sobre o ativo e médio no verbo; análises sobre o sistema sub-lógico das proposições em latim; análises sobre a relação de pessoa no verbo; análises sobre a natureza dos pronomes; análises dos verbos delocutivos. E é fácil reconhecer, nessas análises, os títulos dos artigos de Benveniste dedicados a cada questão. Seus estudos no âmbito da gramática comparada comparecerão em nossa tese, quando for o caso, simplesmente como exemplos de análises. Por essa razão, descartaremos, de nosso corpus de estudo, os seguintes livros: *Origines de la formation des noms en indo-européen* (1935); *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen* (1948); *O vocabulário das instituições indo-europeias I* (1995); *O vocabulário das instituições indo-europeias II* (1995). Assim, já descartando seus livros no âmbito da linguística comparada, tomaremos, como corpus principal de pesquisa, os seguintes trabalhos de Émile Benveniste (para maior comodidade, as citações serão feitas a partir dos livros em língua portuguesa):

Quadro 3 – Corpus de pesquisa

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> a) <i>Problèmes de linguistique générale</i>, 1 (1966); b) <i>Problèmes de linguistique générale</i>, 2 (1974); c) <i>Problemas de Linguística Geral II</i> (PLG II –1989); d) <i>Problemas de Linguística Geral I</i> (PLG I –1995); |
|--|

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir do conjunto de artigos presentes nos *Problemas de Linguística Geral I* e II, queremos destacar, desde já, os seguintes textos:

Problemas de Linguística Geral I (PLG I) – “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946); “A frase nominal” (1950); “Tendências recentes em linguística geral” (1954); “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana” (1956); “A natureza dos pronomes” (1956); “Da subjetividade na linguagem” (1958); “As relações de tempo no verbo francês” (1959); “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (1963); “A Filosofia analítica e a linguagem” (1963); “Prefácio” (1966);

Problemas de Linguística Geral II (PLG II) – “A linguagem e a experiência humana” (1965); “A forma e o sentido na linguagem” (1966); “Estruturalismo e linguística” (1968); “Esta linguagem que faz a história” (1968); “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (1968); “Semiologia da língua” (1969); “O aparelho formal da

enunciação” (1970). Esses textos, portanto, formam basicamente nosso corpus de estudo. A seguir, iremos nos deter já na questão da subjetividade em Émile Benveniste.

1 – A PROBLEMÁTICA DA SUBJETIVIDADE EM ÉMILE BENVENISTE

Neste primeiro capítulo, apresentamos, de modo geral, algumas particularidades que cercam a problemática da noção de subjetividade em Émile Benveniste. Em seguida, no encerramento deste capítulo, retomamos o que foi proposto anteriormente, em nossa dissertação (SILVA, 2015), para situarmos o ponto do qual partimos agora.

1.1 A (invisível) noção de subjetividade

No mesmo ano de 1966 e na mesma coleção da Editora Gallimard em que Émile Benveniste publicava o primeiro volume de *Problemas de Linguística Geral*, o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) publicava *As palavras e as coisas*. No texto de abertura do livro, em que Foucault faz uma análise do quadro “Las Meninas” do pintor Diego Velásquez, é possível ler o seguinte trecho:

O pintor olha, o rosto ligeiramente virado e a cabeça inclinada para o ombro. Fixa um ponto invisível, mas que nós, espectadores, podemos facilmente determinar, pois que esse ponto somos nós mesmos: nosso corpo, nosso rosto, nossos olhos. O espetáculo que ele observa é, portanto, duas vezes invisível: uma vez que não é representado no espaço do quadro e uma vez que se situa precisamente nesse ponto cego, nesse esconderijo essencial onde nosso olhar se furta a nós mesmos no momento em que olhamos. E, no entanto, como poderíamos deixar de ver essa invisibilidade, que está aí sob nossos olhos, já que ela tem no próprio quadro seu sensível equivalente, sua figura selada? (FOUCAULT, 2007, p. 4).

Em um primeiro momento, isto é, em um primeiro sentido, a noção de subjetividade em Benveniste poderá se mostrar como esse “ponto invisível”, esse ponto que “somos nós mesmos: nosso corpo, nosso rosto, nossos olhos”. Isso significa que olhar para a subjetividade será, em alguma medida, perceber nossos próprios olhos, nosso próprio corpo, nosso próprio ser. Trata-se de um ponto invisível, pois ninguém enxerga o próprio olho no momento de mirar um objeto. Apesar de tudo isso, sabemos que é possível tratar daquilo que se vê sem darmos o devido valor aos olhos. Nesta tese, os olhos receberão seu merecido destaque, ou, dito de modo mais apropriado, a subjetividade inerente à linguagem será destacada.

Em um segundo momento, isto é, em um segundo sentido, a noção de subjetividade em Benveniste poderá se mostrar como sendo outro “ponto invisível”. Ao prosseguir em sua análise de “Las Meninas”, Foucault destacará a luz da tela. Destacará, assim, o fluxo da luz e efeitos que isso provoca no quadro. Aqui, porém, esse outro ponto invisível não seria propriamente a luz, uma vez que a luz seria algo bem visível. Diríamos que se trata do próprio ar. Ninguém, nem mesmo Foucault, neste caso, vai dar destaque para o ar que existe (ainda que de modo imaginado) na tela. Assim como ninguém dirá que ali, naquela cena pintada no quadro, entre aquelas pessoas, não exista ar. O ar existe em qualquer cena.

Trata-se de uma invisibilidade tão evidente que não precisa ser pintada. Não precisa ser nomeada. A subjetividade em Benveniste será, então, também, essa segunda invisibilidade. A subjetividade na linguagem resta calma, serena, impassível como o ar. Se for vento é porque já está no discurso, já se movimentou. E como nos damos conta do ar? Como percebemos o vento? No movimento das folhas de uma árvore, por exemplo. Alguns, ao desejarem mostrar a subjetividade, vão apontar para as folhas da árvore em movimento; vão descrever as folhas. Porém, a subjetividade não é a folha; também não é o vento que a faz balançar; é o ar, que já estava ali antes de a folha nascer; que já estava ali antes de se tornar vento.

Assim, para que fique claro desde já, em um primeiro momento, a noção de subjetividade em Benveniste se apresentará como sendo os olhos, nossos olhos. Em um segundo momento, a noção se mostrará como sendo o ar. Reconhecemos que parece vago e estranho dizer isso agora, mas tais metáforas se mostrarão necessárias.

Entretanto, sabemos que é possível, na prática, abordar conceitos benvenistianos sem nos determos na noção de subjetividade. Aliás, é apropriado pensar que, quando se estuda um conceito, é necessário deixar de lado tantos outros. Porém, em muitos estudos, principalmente aqueles dedicados à linguística enunciativa de Benveniste, acreditamos que não seja possível dizer que a noção benvenistiana de subjetividade não tenha ali relevância. Assim como também acreditamos que não seja possível diminuir a importância da noção, mesmo que se diga que ela não desempenhe o mesmo papel em diferentes textos do autor. A nosso ver, se existe uma noção central, basilar, incontornável em Benveniste, essa noção é a de subjetividade.

Nos textos mais antigos de Benveniste – isto é, anteriores a 1958, ano de publicação do artigo “Da subjetividade da linguagem” –, a noção de subjetividade já pode ser vislumbrada como uma espécie de conceito “em construção”, para usarmos

uma expressão, já citada, da professora Aya Ono. Assim, seria possível dizer que aquilo que surgiu antes surge justamente para cumprir a tarefa de se chegar até a noção. O que surgirá depois só surge em função dela. Não existe, de fato, um “depois”, porque ela ainda está lá; porque a noção de subjetividade sempre estará lá. Ainda que não nomeada; ainda que não receba nenhuma atenção. Ao final, esta tese, mesmo que não tenha este objetivo, tenderá a apontar para a centralidade da noção de subjetividade em Émile Benveniste. Porém, isso não será feito para que a noção adquira luz. Não será feito para que a noção brilhe sozinha ou para que brilhe mais em relação a outras noções de Benveniste. Não. Definitivamente, não. Ela continuará sendo uma invisibilidade. Continuará sendo um “ponto invisível”, pois é disso que se trata: de um invisível.

Aparentemente contraditório em relação a esse argumento, podemos acrescentar o seguinte: trata-se de uma noção invisível, pois quando surge e quando poderia ganhar corpo, já é “substituída” por outra noção mais robusta – a de enunciação –, que acabará, como sabemos, nomeando a própria teoria de Benveniste⁵.

Talvez seja uma ousadia e, principalmente, uma demasia – eis o motivo das aspas na palavra “substituída” – falar que Benveniste “substituiu” a noção de *subjetividade* pela de *enunciação*. Ousada ou não, nossa conclusão acabará apontando para essa “substituição”. Mais correto seria dizer que houve uma espécie de deslocamento. Muito do que anteriormente recobria a noção de subjetividade passa a referir a noção de enunciação.

Ao situar a subjetividade na “passagem” de locutor a sujeito e ao dizer que a linguagem reserva um “espaço” para que isso ocorra, Benveniste se vê diante de um problema: a noção de subjetividade que surge diante de seus olhos, após inúmeros estudos em que ele se dedica a “descrever (...) as formas subjetivas da enunciação

⁵ Aqui, é necessária uma explicação a respeito de se considerar uma teoria da enunciação própria a Benveniste. Flores (2013), por exemplo, faz importantes ponderações ao dizer que a dita teoria enunciativa benvenistiana não se configura como um modelo acabado. Lemos, nas palavras de Flores, que: “A expressão *teoria da enunciação* não é usada por Benveniste. (...) não há uma só ocorrência desse sintagma em seus artigos. (...) A chamada *teoria da enunciação* de Benveniste é mais uma dedução feita, *a posteriori*, pelos leitores dos artigos que estão reunidos em PLG I e PLG II do que propriamente um propósito explícito de Benveniste”. (FLORES, 2013, p. 28). Após essas ponderações, Flores conclui dizendo que “não se pode imputar a Benveniste a atitude deliberada de fazer uma *teoria*, a da *enunciação*. Benveniste não parece ter intencionado escrever (...) uma teoria acabada, tal como se vê hoje em outros autores.”. (FLORES, 2013, p. 28). Benveniste realmente não é explícito em relação a demonstrar interesse em elaborar uma teoria, em particular, a da enunciação. Esse desejo, salvo engano, de fato, não aparece em seus textos publicados. A confissão desse desejo só ocorre na intimidade de uma troca de correspondências. Ao final de uma carta, datada de 1953 e conservada na Bibliothèque nationale de France (BNF), Benveniste afirma que pretendia concentrar seus “esforços no desenvolvimento de uma teoria” que iria exigir todo seu tempo. Não sabemos exatamente a qual teoria Benveniste se refere; sabemos apenas que sua preocupação, declarada no início da mesma carta, era a de “saber como a língua ‘significa’ e como ela ‘simboliza’”.

linguística” (PLG I, p. 298) é pouco palpável. Os pronomes, por exemplo, se mostram nas línguas, mas, na linguagem, o que há é a categoria de “pessoa”, não como uma forma linguística, e, sim, como um *espaço*. Assim, não apenas pouco palpável, esse *espaço* se configura como um *nada*. Por isso, a “substituição” desse *nada* pela noção de *ato*. A enunciação, como se sabe, é um ato. *Ato* tem a mesma característica efêmera da subjetividade; e cumpre, de certa forma, o mesmo papel. Porém, *ato* é mais concreto; daí o conceito de enunciação ser mais robusto e mais palpável.

Enfim, “substituída” ou não, a noção de subjetividade, que nasce como sendo um “nada” e que sofre – acreditamos realmente que sim – um deslocamento conceitual em direção a noção de enunciação, continuará sendo uma invisibilidade. E continuará sendo buscada através de marcas, de impressões. Continuará sendo perseguida através de pistas, de rastros que ela deixa nas línguas. Se isso é bom ou ruim, obviamente, não nos cabe, aqui, dizer. Uma tese não deve emitir juízos de valor. Inescapável, no entanto, que existam, aqui, enunciados subjetivos. Para que possamos aumentar a compreensão da *subjetividade* (nosso declarado objetivo final), teremos que descrever, analisar e, ainda que não fosse permitido, ponderar sobre aquilo que Benveniste escreve a respeito – e em torno – da noção.

Mesmo reconhecendo que a noção de subjetividade em Benveniste pode ser vista, sob um aspecto, como um “invisível”, o que acreditamos que ninguém nega – ou, pelo menos, não deveriam negar – é sua presença, sempre constante; pois a subjetividade, no que tange à linguagem, está em tudo. Como diz Benveniste, seria preciso inventar outro nome para a linguagem, caso se queira *não ver* nela essa invisibilidade, que é a subjetividade. Pois, conforme suas palavras, “a linguagem (...) é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntaríamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem”. (PLG I, p. 287). Outra pergunta que, ao final, devemos nos colocar é a seguinte (conforme as já citadas palavras de Foucault): “como poderíamos deixar de ver essa invisibilidade”?

1.2 A (evidente) noção de subjetividade

Muitos estudos foram produzidos – e é possível imaginar que outros tantos estudos estão sendo produzidos neste exato momento – levando em consideração, de

alguma forma, a noção de subjetividade de Émile Benveniste. Questionamo-nos, então, se essa noção teria um entendimento tão evidente dentro da obra de Benveniste, a ponto de ser citada, não raras vezes, sem qualquer definição prévia. Quando há uma definição, é comum encontrarmos, sem maiores explicações, apenas e tão somente a definição “clássica” dada por Benveniste no início do sexto parágrafo do artigo “Da subjetividade na linguagem”: “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. (PLG I, p. 286).

A noção de subjetividade em Benveniste, quando não “ignorada”, isto é, tratada como um *invisível*, tem, portanto, outra curiosa particularidade: parece ter uma definição tão evidente que não necessitaria de maiores esclarecimentos. Assim, parece ser possível abordar o conceito benvenistiano de subjetividade sem se levar em conta o quão amplo e o quão complexo é esse conceito. E mesmo que a noção de subjetividade fosse algo evidente, poderíamos lembrar de uma colocação de Benveniste, quando nos diz, bem no início do artigo “Da subjetividade na linguagem” que, às vezes, é preciso que questionemos aquilo que é evidente; ou, em suas próprias palavras, “é útil pedir à evidência que se justifique”. (PLG I, p. 284).

Nosso trabalho, aqui, não tem qualquer pretensão de “corrigir”, muito menos de “descartar”, eventuais trabalhos, passados ou futuros, que tomem a noção de subjetividade de modo simplificado. Aliás, é mais do que legítimo em qualquer trabalho acadêmico, uma vez que é também o esperado, que se faça uma simplificação de algo que é, a princípio, complexo, visando justamente a divulgação do conhecimento científico. Nossa tese, aliás, também possui esse mesmo intuito, o de simplificar a noção de subjetividade. Lembremos apenas que há uma diferença entre simplificar a noção e tomá-la, desde o início, como algo simples.

Em nossa dissertação (SILVA, 2015, p. 21), afirmamos que iríamos adotar “uma postura teórica (e não prática)”, pois se tratava de um “estudo sobre a *teoria* de Émile Benveniste, seja ela considerada como acabada ou não”. Afirmamos, também, que se poderia adotar uma postura diferente, um “caminho oposto, estudando simplesmente o ‘pensamento prático’ de Benveniste”.

Ao nos propormos a estudar, agora, em nossa tese, a noção de subjetividade em Benveniste, devemos declarar, novamente, que nossa abordagem é ainda teórica, se vista em relação a uma possível abordagem que busque um “pensamento prático” do autor; isto é, uma abordagem que levaria em conta mais os resultados das pesquisas

desse autor do que propriamente o caminho percorrido por esse autor ao longo de suas pesquisas. E acrescentamos, agora, uma nova ponderação em relação a tudo isso.

Se, para estudarmos um conceito linguístico, devêssemos escolher entre *fazer uma teoria* ou *fazer uma epistemologia*, nossa tese, então, se configura como sendo um trabalho mais epistemológico do que propriamente teórico. Trata-se de uma “epistemologia crítica” no sentido de que nossa tese pretende aumentar a compreensão de um conceito ao indicar o lugar e a abrangência desse conceito dentro da teoria em questão.

Uma abordagem epistemológica crítica, tal como a compreendemos, visa mostrar os pontos “fracos” do conceito; a partir daí, tenta aumentar o entendimento do conceito, acrescentando uma precisão teórica e mostrando em que medida esse acréscimo pode impactar, também, o entendimento a respeito da teoria em questão. O que, aqui, precisa ficar claro é que não temos, de modo algum, a pretensão de *construir* uma noção de subjetividade em Benveniste. Isso seria *fazer uma teoria*. Estamos, sim, como já dissemos repetidas vezes, em busca da noção de subjetividade.

Em busca da noção de subjetividade: o que re-enunciar

Além da importância, já destacada, da noção de subjetividade dentro da teoria de Benveniste, podemos acrescentar ainda, talvez, a maior justificativa para a escolha dessa noção como tema de nossa tese. Ainda que inspirado em outros trabalhos a respeito de Benveniste, trata-se, querendo ou não, de um percurso pessoal.

As menções a nossa dissertação se justificam na medida em que nossa tese é uma espécie de aprofundamento de uma questão que, na época, não chegamos a abordar com o devido cuidado (pois justamente nos parecia algo “evidente”), mas que, agora, se torna, para nós, muito cara: a questão da subjetividade em Benveniste. E além de um aprofundamento, trata-se também de uma nova enunciação. Tudo o que foi dito sem a devida reflexão em torno do conceito de subjetividade precisa ser retomado para trazê-lo à tona, adquirindo novas significações.

Assim, por exemplo, em nossa dissertação, colocamos que:

Tomando como base tudo o que foi visto da teoria de Émile Benveniste até aqui, acreditamos que já seja possível assinalar algumas marcas formais que tornam a descrição do passado mais objetiva. Não apenas uma temporalidade específica que, na língua francesa, é bem visível, capaz de “objetivar o acontecimento”, mas também outros tipos de marcas que, de certo modo, “objetivam o passado” e que podem ser percebidas também em português. Não seriam *marcas de subjetivação*, que, em geral, se percebe mais facilmente, mas, ao contrário, *marcas de objetivação* do texto. (SILVA, 2015, p. 49).

Algumas dúvidas podem aparecer a partir daí: seria possível transitar livremente entre marcas de subjetividade na linguagem, nas línguas e no texto? Agora, entendemos que não é possível transitar livremente entre entidades tão distintas.

Além disso, um conceito negativo de subjetividade, ou, colocado de modo mais claro, o conceito de *não-subjetividade* pode ser construído a partir do pensamento de Benveniste? E esse conceito negativo seria a contrapartida de qual entendimento de subjetividade posto na obra do autor? Seria apropriado reivindicar um papel maior à noção de não-subjetividade dentro da teoria benvenistiana? Um papel talvez não semelhante ao da própria noção de subjetividade, que certamente terá sempre um papel mais abrangente, mas semelhante ao papel, por exemplo, da noção de “não-pessoa”. Uma diferença entre esses termos já se percebe quando nos lembramos da presença de “não-pessoa” e da ausência de “não-subjetividade” (assim como de “não-subjetivo”, ou

mesmo, de “enunciação não-subjetiva”) no *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES *et al.*, 2009). Seria, enfim, possível depreender uma noção de não-subjetividade em Benveniste e em que medida? Pretendemos, nesta seção, dirimir essas dúvidas.

O título de nossa dissertação – “Implicações do pensamento benvenistiano para a escrita da história” – já demonstrava nossa preocupação de relacionar a obra de Benveniste com outro campo do saber; uma vez que realmente acreditamos, seguindo os ensinamentos da professora Marlene Teixeira (TEIXEIRA, 2012a), que o próprio pensamento de Benveniste se desenvolveu através de um profundo diálogo com outras áreas (Antropologia, Psicanálise, Sociologia e, sobretudo, Filosofia).

Ainda que não fosse o foco de nossa dissertação, devemos admitir que muitas discussões se desenvolveram em torno da noção de subjetividade. Mais certo seria admitir que, no esforço que fizemos para relacionarmos a linguística de Benveniste com o campo da História, trabalhamos com uma noção de subjetividade, de certa maneira, compartilhada por esses dois campos (não refletindo, portanto, o conceito de subjetividade próprio a Benveniste). Ao destacarmos, de modo bastante incipiente, em nossa dissertação, a questão de como o historiador se coloca, de uma forma natural e espontânea, no plano da não-pessoa, a partir da distinção entre planos que prefigurariam “enunciações subjetivas” e “enunciações não-subjetivas”, buscamos apontar para uma característica própria da narrativa histórica (ou da narrativa que tenha, como Benveniste coloca, uma intenção histórica, o que significa dizer não apenas textos de historiadores, mas também textos ficcionais com intuito de narrar um acontecimento histórico). Característica que pode ser assimilada a certa expectativa de que um relato histórico seja o menos subjetivo possível, uma vez que se trata de contar aquilo que realmente tenha ocorrido.

Assim, ainda antes de iniciarmos o estudo da noção de subjetividade em Émile Benveniste, gostaríamos de lembrar, com mais detalhes, daquilo que fizemos em nossa dissertação, pontuando precisamente a questão que, agora, nos faz querer avançar na compreensão da teoria benvenistiana. Em Silva (2015), abordarmos, portanto, as implicações do pensamento benvenistiano para o estudo da Teoria da História, refletindo sobre algumas noções tratadas por Benveniste, em sua linguística enunciativa, que se mostraram, de alguma forma, ligadas ao campo historiográfico. Observamos, inicialmente, a maneira como Benveniste, no texto intitulado “As relações de tempo no verbo francês”, de 1959, desenvolveu a distinção – que nos pareceu primordial nessa

relação entre a História e a Linguística – entre *enunciação histórica* e *enunciação de discurso*. Observamos, em especial, como a distinção entre esses dois conceitos poderia ser útil na análise da narrativa histórica. Percebemos, de imediato, que a distinção, entre os planos da *história* e do *discurso*, para ser tratada de modo apropriado, precisaria ser situada dentro do momento teórico da distinção feita por Benveniste entre *pessoa* e *não-pessoa*, uma vez que o domínio da *não-pessoa* se mostrava como o domínio próprio da narrativa histórica, em que se busca usar enunciados não subjetivos.

Agora, gostaríamos de ponderar sobre este ponto em especial, da distinção entre *história* e *discurso*, não mais para relacioná-lo com o campo historiográfico, mas, sim, para o situarmos melhor em relação à questão de como a noção de subjetividade se apresenta em Benveniste.

Percorremos, em nossa dissertação, buscando descrever a diacronia do pensamento em formação de Benveniste, um percurso que partiu da formulação da distinção *pessoa/não-pessoa*, em 1946, ano da publicação do artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo”. Também retomamos, então, os seguintes artigos, em que o autor desenvolve e aprofunda a distinção entre *pessoa* e *não-pessoa*: “A natureza dos pronomes” (1956) e “Da subjetividade na linguagem” (1958).

Agora, retomaremos esses mesmos textos, buscando analisar como se constrói, ao longo deste período (de 1946 até 1958), a noção de subjetividade dentro da reflexão benvenistiana. O percurso será muito semelhante; porém, ao contrário do que fizemos em nossa dissertação, partiremos, agora, como já anunciado da introdução da tese, do texto de 1958, “Da subjetividade na linguagem”, entendendo que se trata do artigo norteador do que buscamos, a saber, a noção de subjetividade.

Tendo sempre o cuidado de situarmos os contextos e, principalmente, os textos em que determinada noção se apresenta; e um cuidado ainda maior para não equipararmos os artigos de Benveniste, pretendemos, sim, colocarmos em relação esses textos, seja para aproximar ou para delimitar os conceitos desenvolvidos pelo autor. Não seguiremos necessariamente uma cronologia, ainda que nosso intuito seja sempre o de deixar claro em que ano ou época determinada noção é trabalhada por Benveniste.

Em nossa dissertação, tratamos da distinção *discurso/história* como um método de análise da *construção* da não-subjetividade de um texto histórico. Ao fazermos isso, tivemos o objetivo de assinalar algumas marcas formais que tornavam a descrição do passado mais objetiva. Não eram *marcas de subjetivação*, que, em geral, se percebe mais facilmente, mas, ao contrário, *marcas de objetivação* do texto.

Agora, então, acreditamos que seja o caso de tratarmos da distinção *discurso/história* não propriamente como *construção* da não-subjetividade, mas como uma espécie de “camuflagem” da subjetividade que está presente em toda enunciação. E se é possível concluir que, em 1958, com o texto “Da subjetividade na linguagem”, “a categoria de pessoa é evocada como indicador de subjetividade” – para usarmos as palavras de Flores (2013, p. 104) –, acreditamos, agora, que não seria mais possível dizer, como fizemos anteriormente, em paralelo a essa conclusão, que a categoria da não-pessoa seria um *indicador* da não-subjetividade.

Que fique claro desde já, o conceito de “não-pessoa”, a nosso ver, não está na linguagem, isto é, não está no plano constitutivo. Acreditamos que somente seja possível dizer que ele emerge nas línguas, no que se poderia entender como um plano mostrado.

Assim, quando o locutor enuncia a terceira pessoa, situando-a como não-pessoa, seria melhor, agora, falarmos que o enunciador “camufla” a subjetividade, uma vez que o locutor se enuncia, mas não se assume como *eu*. Caso a *história* fosse um plano “natural” de enunciação, como apresentamos anteriormente em nossa dissertação, então, ao lado da definição de subjetividade dada por Benveniste, existiria também uma definição de *não-subjetividade*. Lembrando que já estamos considerando a subjetividade como um espaço na linguagem para que o locutor se aproprie da língua.

Faremos uma ilustração para que fique claro nosso argumento: caso existisse uma “não-subjetividade” na linguagem, ela seria um “não-espaço” reservado na linguagem, para que um “não-locutor” se aproprie da língua. Tais conceitos, de “não-espaço” e de “não-locutor”, obviamente, não existem. A não-pessoa, caso existisse na linguagem, seria esse “não-locutor”.⁶

Essas ponderações atuais não transformam nossas conclusões anteriores em algo totalmente descartável. Por exemplo, a partir da leitura que fizemos do artigo de 1959 (“As relações de tempo no verbo francês”), conseguimos perceber que a língua

⁶ O filósofo francês Dany-Robert Dufour, em seu livro *Os mistérios da trindade* (DUFOUR, 2000), localiza os pronomes em uma espécie de língua de acesso à língua; e, ao falar em trindade, Dufour dá um grande destaque ao “*ele*”. Conforme a professora Marlene Teixeira: “A tese que o filósofo deriva de Benveniste é que existe uma *trindade natural* imanente ao ato de falar. Qualquer pessoa que fale põe em ato uma figura *trinitária* (...). Não se está mais diante de uma díade, mas de uma nova relação, impossível de decompor em relações diádicas: a tríade *eu-tu/ele*. *Ele* designa o que não está *aqui e agora* quando *eu e tu* falamos. Sendo aquele que não está, *ele* se refere, portanto, à ausência, *uma ausência re-presentada no campo da presença*”. (TEIXEIRA, 2012b, p. 78). Não nos cabe, aqui, comentar as colocações do filósofo apresentados pela professora. A lembrança que fazemos de Dufour se deve à sua importância, já reconhecida através de outros trabalhos, para os estudos benvenistianos; porém, não pretendemos fazer um levantamento de todas as leituras feitas da obra de Benveniste nos mais diversos campos do saber.

também oferece ao locutor maneiras de se tornar menos subjetivo. É interessante lembrar que é no próprio texto de 1958 (“Da subjetividade na linguagem”) – do qual é comum apreendermos somente a ideia de que Benveniste estende a subjetividade a toda linguagem – que o autor fala na oposição entre subjetivo e não-subjetivo.

E é com base nessas conclusões que podemos dizer que a noção de não-subjetividade, ainda que não consolidada, poderia ainda ser entendida como a capacidade que o locutor tem de, ao enunciar, não se propor como “sujeito”, ou seja, não se assumir como “sujeito” – ou, simplesmente, caso se queira resumir tudo em uma única palavra, a capacidade que o locutor tem de *narrar*. Já que esse “não se assumir como sujeito” significaria um “deixar para a *história*”, isto é, se configuraria em *narrar fatos* de maneira impessoal, ou ainda, enunciar de modo não-subjetivo.

Se a forma pessoal é, claramente, um indicador de subjetividade, a tomada do plano da *história*, para nós, representou duas maneiras de se compreender a subjetividade na linguagem. Anteriormente, acreditávamos que essa tomada pudesse ser compreendida como uma forma “natural” de se apropriar da língua; o que daria, à noção de não-subjetividade, uma força semelhante à da noção de subjetividade. No entanto, acreditamos, agora, que se trata muito mais de uma escolha, de uma espécie de forma evitada; no caso, a escolha, tanto consciente quanto inconscientemente, por evitar uma forma que se mostra subjetiva. A noção de não-subjetividade perde força, mas não perde sua validade.

O que precisa ser feito, agora, na verdade, é uma espécie de ajuste, pontuando uma distinção que faremos em torno da noção de subjetividade em Benveniste. Talvez fosse o caso de considerarmos isso como uma espécie de antecipação da resposta para a pergunta norteadora de nosso trabalho (a de “como se apresenta a noção de subjetividade em Benveniste?”). Nos capítulos seguintes da tese, acreditamos que essa resposta irá se repetir de várias formas. Em todo caso, acreditamos que, desde já, devemos explicitar a maneira como, agora, entendemos a noção de subjetividade em Benveniste; e essa maneira de entender a noção será, como dissemos, retomada e explicada no decorrer de nosso estudo.

De um lado, vemos uma definição de subjetividade que está em contrapartida a de objetividade. Em Benveniste, desde muito cedo, aparece um sentido de subjetividade – talvez de mais fácil compreensão – que podemos entender como o sentido que faz contraponto ao conceito de objetivo. Em nossa dissertação, ainda que fazendo certa

confusão e sem nos darmos conta disso, trabalhamos basicamente com esse sentido de subjetividade, ao nos determos na distinção entre *história* e *discurso*.

De outro lado, um segundo sentido de subjetividade, mais complexo, é o que está ligado à presença do locutor na língua. A subjetividade, então, passa a representar um lugar na linguagem reservado ao sujeito. Nesse caso, não há contraponto com a noção de *objetivo*, uma vez que não há, como já ilustramos mais acima, uma forma “não subjetiva” de se entrar na língua. Chamaremos esse segundo sentido de subjetividade – usando uma expressão que aparece no texto de 1958 – de “**subjetividade inerente**”. (PLG I, p. 289, grifo nosso). Aliás, esse sentido de subjetividade está circunscrito, basicamente, ao artigo de 1958, “Da subjetividade na linguagem”, no qual é apresentado.

Assim, há um sentido de subjetividade que se contrapõe com o de objetividade (ou se quisermos deixar de lado a noção de objetivo, há um sentido de subjetividade que se contrapõe com o de não-subjetividade). Essas noções, passíveis de serem colocadas em contraposição, representam – para usarmos novamente as palavras de Benveniste – apenas “**efeitos** de sentido” (PLG I, p. 292), produzidos pelo trânsito (aí, sim, *natural*) entre o plano da pessoa e o plano da não-pessoa. Assim, chamaremos esse sentido de subjetividade que se contrapõe com o de objetividade de “**subjetividade enquanto efeito**”.

E, agora, devemos fazer um segundo ajuste, ou melhor, um novo esclarecimento, que decorre diretamente dessa distinção que estamos propondo entre dois sentidos de subjetividade. Uma dúvida que pode aparecer a partir daí é a seguinte: seria a “subjetividade enquanto efeito” uma *marca* da “subjetividade inerente”? Acreditamos que não. Em que lugar, então, podemos ver a marca da apropriação da linguagem por parte do locutor? A marca se dá na passagem de locutor a sujeito, ou seja, a marca reflete ainda a *subjetividade inerente* à linguagem. E essas marcas são basicamente três, conforme Benveniste: os índices de ostensão, a temporalidade (o que significa dizer, as formas verbais) e os índices de pessoa, sendo que o eixo da subjetividade poderia se resumir à primeira pessoa. (cf. PLG I, p. 275).

É por isso que, segundo nossa leitura de Benveniste, o chiste, o lapso, o erro, o trocadilho (bem como a tomada de um ponto de vista) não podem ser entendidas como “marcas de subjetividade”; porque tudo isso não representa uma “falha” na apropriação da língua. Consideramos *marcas*, portanto, algo que diz respeito à *subjetividade inerente* à linguagem. Seria o caso de concluirmos, então, que a *marca* está na

linguagem e o *efeito* é aquilo que emerge nas línguas. Flores (2013, p. 97) parece apontar para uma conclusão semelhante quando diz que: “*Da subjetividade na linguagem* é um texto especial (...); a amplitude que o título sugere, associando o tema da subjetividade (...) à natureza da linguagem e não da língua”.

E para finalizarmos, resta apenas lembrar que, no prefácio do *Problemas de Linguística Geral I*, ao falar na “marca do homem na linguagem”, Benveniste usa a palavra francesa “*empreinte*”⁷, que poderíamos dizer que é algo mais forte do que uma simples “marca”, pois, literalmente, significa uma “impressão”, isto é, uma marca deixada pela pressão de algo sobre uma superfície. Podemos citar, como exemplo, a tradução de “*empreinte digitale*” por “impressão digital”.

Disso decorre que aquilo que será definido pelas formas da subjetividade não é simplesmente a “marca” do homem na linguagem. O homem não está simplesmente “marcado” na linguagem; ele está *impresso*. E poderíamos, usando uma metáfora ainda mais forte, colocar que o homem está impresso, a ferro e fogo, na linguagem. Assim, a *subjetividade inerente* é este lugar reservado na linguagem para que o homem se constitua como sujeito; o que significa dizer, no final das contas, que o homem está na linguagem.

Enfim, para fique claro, devemos destacar o seguinte: nossa crítica, aqui, não diz respeito à adoção de termos como “marcas” ou “indicador de subjetividade”, mas, sim, a tentativa de se associar essas possíveis “falhas” (como, por exemplo, o lapso ou o chiste) ao que seria próprio da *subjetividade inerente*. Portanto, não vemos como o chiste possa ser relacionado à apropriação da língua por parte do locutor, uma vez que não há uma apropriação chistosa da língua.

⁷ Em português: “é a marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjetividade’ e as categorias da pessoa, dos pronomes e do tempo”. Em francês: “*c’est l’empreinte de l’homme dans le langage, définie par les formes linguistiques de la ‘subjectivité’ et les catégories de la personne, des pronoms et du temps*”.

2 O ARTIGO SEMINAL: “DA SUBJETIVIDADE NA LINGUAGEM” (1958)

Já fizemos, na Introdução deste trabalho, uma espécie de apresentação geral do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, destacando a importância do texto para o desenvolvimento de nossa tese. E antes mesmo de uma leitura mais detalhada do artigo, cabe, agora, localizá-lo dentro do contexto de seu surgimento, sobretudo, localizá-lo dentro do contexto em que surge a reflexão que ele apresenta, em torno da noção de subjetividade. Cabe, também, entendermos o lugar e a importância do artigo no desenvolvimento da teoria, dita enunciativa, de Benveniste.

2.1 A publicação do artigo “Da subjetividade na linguagem”

Conforme Flores (2013, p. 97), “*Da subjetividade na linguagem* é um texto especial (...). Vários motivos autorizam essa avaliação: o fato de ter sido publicado em um periódico de psicologia atesta sua vocação interdisciplinar (...)”. Devemos lembrar que a vocação interdisciplinar não se restringe ao texto de 1958. Trata-se de uma característica do próprio autor do texto, no caso, de Benveniste. E a essa observação, de que o texto foi “publicado em um periódico de psicologia”, podemos acrescentar algumas considerações. Em nossa dissertação (SILVA, 2015), já fizemos uma longa introdução para apresentar esse “texto especial”; pois nos pareceu necessário apontar algumas diferenças que pudessem nos ajudar a perceber, de modo mais claro, o lugar e a importância que ocupa “Da subjetividade na linguagem” no conjunto dos quatro artigos de Benveniste publicados no *Journal de psychologie*.

No livro *Problemas de Linguística Geral*, volume I, encontramos, além do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, outros três textos publicados no *Journal de psychologie*. São eles: “Ativo e médio no verbo”, de 1950; “A noção de ‘ritmo’ na sua expressão linguística”, de 1951; e “Tendências recentes em linguística geral”, de 1954. E, somado a esses quatro textos, temos ainda o artigo “Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana”, de 1956, publicado na primeira edição da revista *La psychanalyse*, perfazendo os cinco artigos do primeiro volume do livro publicados em periódicos de Psicologia. Vemos, então, que “Da subjetividade na linguagem” é, pela ordem cronológica, o último dos textos publicados.

Após compararmos os quatro artigos publicados especificamente no *Journal de psychologie*, levando em conta alguns detalhes dos textos e, sobretudo, o conteúdo de cada artigo, chegamos à seguinte conclusão:

Uma das principais diferenças é que, nos dois primeiros textos, de 1950 e de 1951, Benveniste tem apenas um “leve” diálogo com a Psicologia; o que vai mudar a partir de 1954, com o artigo “Tendências recentes em linguística geral”, em que o autor passa a ter o que poderíamos chamar de “forte” diálogo. (SILVA, 2015, p. 36).

Podemos, então, concluir que, sim, o artigo de 1958 foi escrito tendo, como público-alvo, os leitores – acreditamos que, em sua maioria, psicólogos – da revista *Journal de psychologie*. Sabe-se que o fato de ser um artigo publicado em uma revista de Psicologia não implica, necessariamente, que o público-alvo seja realmente formado por psicólogos. E ao colocarmos que os dois primeiros textos tinham um “leve” diálogo com a psicologia, na verdade, estamos querendo dizer que o público-alvo desses artigos nos parece ainda ser formado por linguistas.

O artigo “Tendências recentes em linguística geral”, de 1954, marca, então, uma mudança de postura de Benveniste. O texto realmente parece ter sido escrito com o intuito de contemplar os leitores do *Journal de psychologie*. Podemos apontar três razões diferentes que nos levaram a fazer tal conjectura. A primeira delas é que, em 1954, vemos que Benveniste não escreve mais sobre um tema específico, buscando apresentar, de forma didática, vários autores e várias escolas linguísticas. Afinal, ele buscava apresentar quais seriam as tendências da linguística geral daquela época.

Uma segunda razão diz respeito a um fato, até certo ponto curioso, que atesta que Benveniste realmente conhecia e era leitor da revista. Nesse artigo de 1954, Benveniste cita uma edição anterior do próprio *Journal de psychologie*. Essa citação demonstra, mais do que o simples conhecimento da revista – o que certamente ele tinha –, um possível anseio de contemplar seus leitores:

Quanto ao mais, a compilação publicada em 1933 pelo *Journal de psychologie* sob o título de *Psychologie du langage* já apresentava uma renovação espantosa das ideias teóricas e das afirmações doutrinárias. Liam-se ali as primeiras explicações de princípios que assim como os da “fonologia” penetraram depois em larga escala no ensino. (PLG I: 4).

Essa citação também nos leva a pensar – e isso não seria nada absurdo – que o artigo havia sido encomendado por um editor da revista, sugerindo que Benveniste abordasse um tema mais amplo, diferentemente do que havia acontecido com os dois

primeiros textos. Por fim, a última razão que damos para vermos, no texto de 1954, um desejo, por parte de Benveniste, de contemplar os leitores da revista reside no fato de que, agora, ele parece convocar os psicólogos para se alinharem, ao lado de sociólogos e de linguistas, nas mesmas pesquisas sobre os “complexos processos de significação”:

É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também fora da língua. E uma vez que esse funcionamento é inconsciente, como é inconsciente a estrutura dos comportamentos, psicólogos, sociólogos e linguistas associariam com vantagem os seus esforços nessa pesquisa. (PLG I, p. 13-14).

Essa mudança de postura, entre os dois primeiros textos e o artigo de 1954, “Tendências recentes em linguística geral”, nos parece muito visível. Salientamos, assim, a exemplo do que já fizemos em nossa dissertação, que o artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, deva ser lido a partir dessa perspectiva que aponta para um “forte” diálogo de Benveniste com a Psicologia. Ocorre que esse diálogo não se dará da mesma forma nos artigos de 1954 e 1958.

Se, em 1954, Benveniste tinha uma postura amistosa em relação aos psicólogos, o texto de 1958 marcará justamente uma atitude crítica em relação ao campo da Psicologia. E, ao tratarmos da maneira como se deu o diálogo de Benveniste com a Psicologia nesses artigos, gostaríamos, agora, de ponderar sobre uma observação de Flores (2013) que, em sua discussão a respeito do artigo de 1958, coloca:

o “ego” a que Benveniste se refere aqui nada mais é que o pronome *eu* a respeito do qual ele tecerá comentários adiante. Esse uso da palavra clássica não tem nenhuma relação com o termo em psicologia, por exemplo. (FLORES, 2013, p. 99).

Concordamos com Flores, quando ele diz que o “uso da palavra clássica (*ego*) não tem nenhuma relação com o termo em psicologia”, pois, realmente, Benveniste cria (se é que se pode dizer isso) um conceito próprio de *ego*, ou seja, ele não adota um conceito oriundo da Psicologia. Porém, ao mesmo tempo, discordamos dessa colocação de Flores em um ponto: o fato de Benveniste não fazer uso do conceito de *ego* oriundo da Psicologia não significa, a nosso ver, que seu conceito de *ego* (neste caso, o conceito próprio a Benveniste) não tenha *nenhuma* relação com o termo em Psicologia.

Contra nosso argumento, devemos lembrar que a palavra *ego* aparece em outros artigos de Benveniste, essencialmente linguísticos e, realmente, sem nenhuma relação com a Psicologia. São eles: “A Filosofia analítica e a linguagem”, “A linguagem

e a experiência humana” e “O aparelho formal da enunciação”. A favor de nosso argumento, devemos lembrar, também, que esses três textos são posteriores a 1958; eles datam, respectivamente, de 1963, 1965 e 1970. Além disso, são textos que fazem justamente referência ao texto de 1958. Ou seja, o uso da palavra *ego* nos textos da década de 1960 se explica pela referência clara e explícita ao texto de 1958⁸.

E se não existe relação com a Psicologia, tal como havia em 1958, isso se explica pelo simples fato de que, agora, não há a crítica de Benveniste ao conceito de *ego* oriundo da Psicologia. Assim, nesses artigos da década de 1960, vemos somente a retomada do conceito de *ego* próprio a Benveniste, forjado em 1958.

Em nossa visão, portanto, Benveniste apresenta seu conceito de *ego* em 1958 justamente para criticar o conceito oriundo da Psicologia. Sua crítica pode ser entendida da seguinte maneira: Benveniste simplesmente ignora – no sentido de não dar importância – que já exista um conceito de *ego*. Para ele, “ego é quem *diz* ego”. O destaque está no *dizer*. Não há, para Benveniste, a hipótese de se falar em *ego* sem se levar em conta a linguagem, uma vez que o conceito de *ego* só pode ser visto a partir da linguagem. Benveniste está dizendo, aos psicólogos, que, para ele, não tem importância a maneira como o *ego* é definido dentro do campo da psicologia. “Ego é quem *diz* ego”. Quem não perceber isso, cometerá um erro.

Benveniste é claro em sua crítica ao dizer que: “Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência (...)”. (PLG I, p. 287). Aqui, Benveniste está claramente indicando um erro.

⁸ As ocorrências de *ego* nesses artigos da década de 1960 são poucas e podem ser, assim, explicadas. No artigo “A Filosofia analítica e a linguagem”, de 1963, vemos o seguinte: “Um enunciado é performativo na medida em que denomina o ato performador pelo fato de **Ego** pronunciar uma fórmula que contém o verbo na primeira pessoa do presente”. (PLG I, p. 303, grifo nosso). Aqui, vemos que *ego* é quem pronuncia “eu”. O conceito de *ego*, neste caso, pode ser descrito da seguinte maneira: *ego* é o locutor que se enuncia ao dizer “eu”, ao se assumir como sujeito e ao se comprometer com seu enunciado, caracterizando este enunciado como performativo. Além da referência explícita ao artigo de 1958, feita, em nota de rodapé, neste texto de 1963 (cf. PLG I, p. 298), podemos depreender esse mesmo conceito de *ego* a partir do parágrafo 23 do artigo “Da subjetividade na linguagem”, quando Benveniste coloca que: “essa enunciação é um *cumprimento*: ‘jurar’ consiste precisamente na enunciação *eu juro*, pela qual o *Ego* está preso”. (PLG I, p. 292). Já no artigo “A linguagem e a experiência humana”, de 1965, vemos o seguinte: “Indicando os objetos, os demonstrativos organizam o espaço a partir de um **ponto central, que é Ego**, segundo categorias variáveis”. (PLG II, p. 69-70, grifo nosso). Esse argumento, que retoma *ego* como ponto central é semelhante ao que está colocado, em 1958, quando Benveniste diz: “São os indicadores da dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência”. (PLG I, p. 288). O *sujeito* entre aspas, aqui, substitui justamente esse conceito de *ego* como ponto central. E é dessa maneira, como ponto central da enunciação, que *ego* também é referido, em 1970, no artigo “O aparelho formal da enunciação”: “as formas temporais (...) se determinam em relação a EGO, centro da enunciação”. (PLG II, p. 85).

Assim, se, em 1954, com “Tendências recentes em linguística geral”, Benveniste convidava os psicólogos, estimulando-os a participar de pesquisas conjuntas, já não vemos mais esse convite e essa boa vontade em 1958; o que há é uma provocação; visto que entendemos o quinto parágrafo do artigo de 1958 como uma provocação aos psicólogos. Todo parágrafo está contido na seguinte frase: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”. (PLG I, p. 286). Resumindo ainda mais a frase, vemos que: “É na linguagem (...) que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta (...) o conceito de ‘ego’”. Essa frase deve ser entendida mais pelo que ela nega do que propriamente pelo que diz, pois, para Benveniste, não é no pensamento ou na sociedade que o homem se constitui; é na linguagem, única e exclusivamente, que isso ocorre. A partir do que está colocado, não se pode falar que exista um sujeito anterior à linguagem.

Assim, para concluirmos o raciocínio que viemos fazendo até aqui, em relação ao que cerca o surgimento do artigo de 1958, em especial, ao fato de ter sido publicado no *Journal de psychologie*, reiteramos que, sim, o texto apresenta um “forte” diálogo interdisciplinar com o campo da Psicologia. Citamos, por último, ainda como exemplo desse diálogo “provocativo”, a crítica que Benveniste faz às descrições behavioristas no início do artigo (cf. PLG I, p. 284). E uma vez que busca contemplar os leitores psicólogos da revista, como já havia ocorrido em 1954, parece também ter sido um texto encomendado por algum editor⁹. E é no sentido de que existe a crítica do conceito de *ego* que defendemos que há, no texto, uma relação com o conceito oriundo da Psicologia.

2.2 A recepção do artigo “Da subjetividade na linguagem”

Para entendermos como se dá a recepção dos artigos de Benveniste, de um modo geral, buscamos amparo nos ensinamentos da professora Marlene Teixeira. Conforme suas palavras:

⁹ Segundo Fenoglio (2013), não há, na Bibliothèque nationale de France, os manuscritos correspondentes ao artigo de 1958, “Da subjetividade na linguagem”.

A recepção da obra de Émile Benveniste segue um caminho pouco comum. Conforme relato de F. Dosse (...), até a publicação de “O aparelho formal da enunciação” na revista *Langages* em 1970, Benveniste não teve escuta entre os linguistas, embora sempre tenha encontrado espaço no âmbito mais amplo das chamadas ciências humanas. Temos comentado a circulação de seus artigos em revistas de psicologia, antropologia, psicanálise, sociologia, filosofia, linguística, atribuindo esse fato não apenas à falta de acolhimento entre os linguistas de sua época, mas, sobretudo, à natureza de seu pensamento sobre a linguagem cuja repercussão ultrapassa os limites da linguística. (TEIXEIRA, 2012b, p. 73).

Vemos que a professora Marlene Teixeira explica a falta de acolhimento de Benveniste entre os linguistas de sua época pela própria natureza de sua reflexão sobre a linguagem, cuja amplitude ultrapassaria – e ultrapassa, realmente – os limites da Linguística. Hoje, mais do que nunca será levado em consideração o aspecto antropológico da linguística de Benveniste. Aqui, a professora Marlene Teixeira já apontava para certa exterioridade da linguística benvenistiana.

Outros autores também disseram que as novidades trazidas por Benveniste, em especial as que se relacionavam à discussão em torno do sujeito, não poderiam ser aceitas pela linguística de sua época. O historiador francês François Dosse, citado pela professora, coloca algo nesse sentido, quando diz que:

Mas até então, e apesar da publicação pela Gallimard em 1966 dos *Problèmes de linguistique générale*, Benveniste foi cuidadosamente ignorado pelos outros linguistas franceses. (...) Acontece que Benveniste não é ignorado por desconhecimento: foi deliberadamente que a linguística estrutural barrou na época o caminho de acesso ao sujeito. A ruptura com o psicologismo, com a fenomenologia ou a hermenêutica, teve que ser realizada por esse preço por todos os defensores do paradigma estrutural. (DOSSE, 1994, p. 65-66).

Podemos inferir a partir disso que a questão da subjetividade da linguagem – quando atinge seu ponto culminante, ou seja, no momento da publicação do artigo de 1958, não teve o devido acolhimento e, de certa forma, não despertou interesse imediato dos linguistas de sua época, visto que aquilo que estava em vigor eram os princípios do estruturalismo linguístico, que afastavam não apenas a questão do sujeito, mas também a questão do sentido na linguagem, que, como sabemos, sempre acompanhou a trajetória de Benveniste. E, uma vez que o sujeito e o sentido eram excluídos da ordem do dia da Linguística, o próprio Benveniste acabava também por ser excluído.

A professora Claudine Normand, em seu texto “*Le sujet dans la langue*” (NORMAND, 1985), já apontava para o desconhecimento que os linguistas tinham de Benveniste antes de 1970 e para o fato de que foram os psicanalistas e os filósofos

aqueles que primeiro se interessaram pelas ideias e pela teoria, propriamente dita, de Benveniste:

Eu saliento somente que Benveniste foi pouco conhecido (mais do que desconhecido) antes de 1970 (...). Digamos que a enunciação, como um conjunto teórico que se refere a Benveniste, é desconhecida ou somente pouco conhecida dos linguistas franceses antes de 1970 e que as referências, quando encontradas, são feitas apenas a Jakobson. Outros teóricos, no entanto, se ocupam dele ou o reivindicam, psicanalistas e filósofos. Nesse caso, Benveniste parece muitas vezes mais conhecido, explicitamente desenvolvido pelos filósofos, mais obscuramente presente entre os psicanalistas. (NORMAND, 1985, p. 9, tradução nossa).

Normand (2009), no texto “Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado”, ao comparar, em um estudo, duas séries de notas de aula, tomadas na Universidade de Nanterre em 1966 e 1967, respectivamente, do linguista Jean Dubois e do filósofo Paul Ricoeur, salienta que Dubois se prende, exclusivamente, a um Benveniste “estruturalista”, não fazendo menção ao que Benveniste apresentava sobre o funcionamento dos pronomes. Já Ricoeur, por sua vez, não somente capta o essencial do que foi proposto na aula sobre dêixis e enunciação, mas também já vislumbra, em Benveniste, a promessa e o esboço de uma linguística inteiramente diferente. Isso conduz Normand a concluir que “a comunidade linguística tinha tido necessidade de ser solicitada por seu ‘exterior’, em particular a filosofia, para aceitar as novidades que ela própria trazia”. (NORMAND, 2009, p. 14). Tal conclusão é semelhante àquela apresentada pela professora Normand em 1985, quando diz que:

Essa “vista d’olhos” sobre a recepção das ideias de Benveniste na década de 1960 confirma, em nossa opinião, uma de nossas hipóteses iniciais para o conjunto desses trabalhos: a linguística, em seu conjunto, somente se preocupou em questionar a evidência do sujeito falante tardiamente e sob o efeito de solicitações “exteriores” de filósofos e de psicanalistas. (NORMAND, 1985, p. 16, tradução nossa).

Ainda conforme Normand (1985), as novidades trazidas por Benveniste permaneciam marginais em relação ao estruturalismo vigente na época.

Podemos, aqui, duvidar se Benveniste foi realmente ignorado pelos linguistas antes de 1970; pois o que nos parece mais correto é que ele tenha sido, em parte, rechaçado pela linguística estrutural; ou seja, parte de suas propostas foi rechaçada, pois é difícil imaginar que ele tenha sido rechaçado como um todo. E isso tudo, a nosso ver, talvez nem seja a consideração mais importante. O certo é que o público leitor de Benveniste jamais ficou restrito aos linguistas. Ele sempre foi, como diz a Professora

Normand na citação acima, solicitado a partir do “exterior”, principalmente, por filósofos e psicanalistas.

Em nossa dissertação, colocamos que também é fácil encontrarmos historiadores citando os textos de Benveniste. Porém, são citados aparentemente mais os estudos apresentados, por exemplo, nos volumes do *Vocabulário das Instituições Indo-Europeias* do que propriamente os textos “teóricos” dos *Problemas de Linguística Geral*. Assim, acreditamos que reconhecer que esses leitores não linguistas sempre estiveram mais interessados pela *prática* de Benveniste significa reconhecer que “a contribuição benvenistiana se deu mais nos resultados do que propriamente na incorporação de suas discussões teóricas”. (cf. SILVA, 2015, p. 21). E, como vimos, com base nas colocações da professora Normand, os linguistas não se mostravam dispostos a uma discussão teórica aprofundada sobre subjetividade e, a nosso ver, queriam a praticidade de Benveniste, isto é, se contentavam com suas “noções descritivas”.

Flores (2013b, p. 115), em nota de rodapé, se desculpa pela possível redundância que haveria no uso da expressão “noção teórica”. Porém, acreditamos que essa distinção – entre, de um lado, “noções teóricas” e, de outro lado, “noções descritivas” – seja bastante útil para pensarmos naquilo que se esperava dos estudos benvenistianos na época em que foram publicados, isto é, antes de 1970. Em nossa dissertação, colocamos também que:

a grande valorização dada a um “Benveniste teórico”, no âmbito dos estudos linguísticos, acaba de certa forma desvalorizando os outros campos de seu “pensamento prático”. E talvez essa seja uma expressão feliz, pois Benveniste, acima de tudo, apresenta um “pensamento prático”. (SILVA, 2015, p. 21).

Essa foi a conclusão que chegamos em nossa dissertação. Ainda nos parece correto afirmar que, atualmente, no contexto brasileiro, ou seja, no contexto em que foi escrita nossa dissertação e no contexto em que está sendo escrita nossa tese, o que está em jogo e o que desperta interesse é realmente a teoria de Benveniste, seja ela acabada ou não. Do mesmo modo, acreditamos que seja correto afirmar que, antes de 1970, o que estava em jogo e o que despertava interesse era o “pensamento prático” de Benveniste; eram suas análises recheadas de dados de línguas. Enfim, o interesse repousava sobre sua descrição das línguas.

Sobre isso ainda, podemos acrescentar o seguinte. Chloé Laplantine (2015) nos revela uma série de correspondências de Benveniste, em especial, uma carta em que ele

solicitava auxílio para poder empreender sua segunda viagem ao Alaska. Segundo Laplantine, Benveniste anuncia seu interesse por “problemas ao mesmo tempo muito técnicos e de alcance geral que tornam necessária uma viagem (em que serão coletados) dados que dizem respeito ao mesmo tempo à língua, à cultura e às instituições”. (LAPLANTINE, 2015, p. 6, tradução nossa). Como podemos ver, Benveniste justifica a necessidade de sua segunda viagem, ocorrida no ano de 1953, aos Territórios do Noroeste canadense e ao Alaska, através do desejo e da promessa de coletar dados de línguas.

Nosso argumento (que se valeu dessa distinção entre “noções práticas” e “noções teóricas”) pode ser resumido de uma forma bem simples: o que estamos querendo dizer é que Benveniste não viajou ao Alaska para elaborar a teoria da enunciação (nem prometeu fazer algo semelhante); mas, sim, para coletar dados de línguas¹⁰. E se ele anuncia que sua empreitada terá de abordar não apenas problemas “muito técnicos”, mas também problemas de “alcance geral”, é para situar esses problemas para fora da “linguística”, para uma exterioridade, para um fazer muito próximo da etnografia, abarcando tanto a língua quanto a cultura.

Investigar em que medida a linguística benvenistiana aborda a noção de cultura já é uma tarefa que está além dos objetivos de nosso trabalho atual. Sabemos que outros estudiosos de Benveniste, em especial, Chloé Laplantine (cf. LAPLANTINE, 2012), seguem, já há algum tempo, os rastros dessa “culturologia¹¹” benvenistiana, que transformaria a língua no interpretante da cultura, não mais limitada apenas a um vocabulário.

Se, por um lado, ainda não está totalmente consolidada a noção de “culturologia” em Benveniste, por outro lado, já é certo dizer que existe um consenso, mais do que legítimo, em torno do reconhecimento do aspecto antropológico próprio da

¹⁰ Na biobibliografia escrita por Georges Redard, presente nas *Últimas Aulas*, podemos ver uma carta escrita por Benveniste, datada de 5 de fevereiro de 1954, em que ele descreve como se deu sua coleta de dados de língua. (cf. REDARD, 2014, p. 219-223).

¹¹ É o próprio Benveniste que usa o termo “culturologia” em uma de suas respostas a Pierre Daix, na entrevista que abre o PLG II, intitulada “Estruturalismo e linguística”. A seguir, a pergunta de Pierre Daix e a resposta de Benveniste: “P.D. – *Quer dizer que agora, de algum modo, não somente a linguística se encontra colocada nesta situação central (...) de ciência piloto, mas ainda se torna indissociável do conjunto das ciências humanas.* E.B. – Ela se lhes torna indissociável, com efeito, pelo fato sobretudo de que outras ciências a ela se reúnem na pesquisa de modelos paralelos aos seus. Ela pode fornecer a ciências cuja matéria é mais difícil de objetivar, como a **culturologia**, se este termo é admitido, modelos que não deverão ser necessariamente imitados mecanicamente, mas que fornecem uma certa representação de um sistema combinatório, de maneira que estas ciências da cultura possam de sua parte se organizar, se formalizar na esteira da linguística”. (PLG II, p. 26, grifo nosso).

teoria benvenistiana. Flores (2019), por exemplo, nos diz que: “O lapso¹² de Benveniste tem, para mim, um valor heurístico na medida em que ele permite certa aproximação progressiva de um aspecto fundamental da teoria benvenistiana em seu conjunto: o aspecto antropológico da teoria”. (FLORES, 2019, p. 57).

Assim, para concluirmos nosso raciocínio, podemos dizer que aquilo que se esperava de Benveniste – e, de certa forma, aquilo que ele mesmo prometia oferecer – desde suas primeiras descrições de línguas da década de 1930 até suas análises de meados dos anos de 1960, eram realmente “noções descritivas”. A professora Claudine Normand data o ano de 1964 como sendo o divisor de duas posturas: a partir de então, Benveniste passa a ter uma atitude mais teórica do que propriamente descritiva. (cf. NORMAND, 2009, p. 164).

É por essa razão que uma “noção teórica” por natureza, tal como é a noção de subjetividade, apresentada em um texto teórico por excelência – como é o caso do artigo de 1958 – não teve, em um primeiro momento, o devido acolhimento por parte de seus pares linguistas, que, como apresentamos, estavam à espera de “noções descritivas”.

Nossa leitura, talvez ousada, não se deteve naquilo que a linguística estrutural da época rechaçava e refutava, deixando de fora o sentido e o sujeito. Ao contrário, buscamos ver aquilo que a Linguística, de modo geral, almejada e ansiava para si. E, de certa forma, nosso argumento, aqui, é corroborado pelas ideias trazidas pela professora Heloisa Monteiro Rosário (2018), quando diz não crer que Benveniste se volte para as ciências humanas por não ter lugar na Linguística. Conforme a professora:

Benveniste tem, sim, seu lugar tanto no campo da linguística quanto no campo das ciências humanas. A ideia de que o linguista procura outros campos por não ter escuta no seu não é, de meu ponto de vista, muito pertinente. Ou é, ao menos, uma ideia um tanto redutora. (ROSÁRIO, 2018, p 84).

A professora salienta ainda que, apesar de Benveniste não ter encontrado espaço em seu campo no âmbito universitário, isso não significa que ele não seja reconhecido pelos seus pares como um grande linguista; o que, de certo modo, fica manifesto a partir de suas inúmeras publicações em periódicos de Linguística, de suas participações em congressos e na direção que exerce de instituições linguísticas importantes. (cf. ROSÁRIO, 2018, p. 85). A professora, então, conclui que:

¹² O lapso de Benveniste, no caso, se refere ao seguinte, conforme Flores (2019, p. 57): “no ‘Prefácio’ de *Problemas de Linguística Geral I*, Benveniste nomeia a quinta parte do livro de ‘O homem na linguagem’; no entanto, no sumário do livro, a expressão que aparece é ‘O homem na língua’”.

Benveniste tem seu lugar na linguística e não se volta para as ciências humanas. Na verdade, sempre esteve em todos esses lugares, tanto na linguística como nas ciências humanas, o que configura as condições de enunciação de seu pensamento, marcando sua singularidade. Por isso, aliás, sua reflexão sobre a linguagem sempre despertou (e ainda desperta) o interesse de diferentes campos com os quais nunca deixou de dialogar, daí tantos testemunhos de sua influência no pensamento de estudiosos de diferentes nacionalidades e campos de conhecimento. (ROSÁRIO, 2018, p 85).

Concordamos, portanto, mais com essa ideia de que, sim, Benveniste tinha seu lugar na Linguística. E apenas acrescentamos nosso argumento de que, se ele não foi devidamente acolhido, em um primeiro momento, por seus pares linguistas, isso se deve ao fato de que estes estavam mais interessados em suas “noções descritivas” do que propriamente em suas “noções teóricas”.

2.3 O tema do artigo “Da subjetividade na linguagem”

Como surge a questão da subjetividade no texto de 1958? Já salientamos que o artigo “Da subjetividade na linguagem” é realmente um ponto culminante na elaboração da noção de subjetividade. Ainda que a definição dita “clássica” esteja presente nesse texto de 1958, certamente a questão da subjetividade não nasce aqui. Conforme Flores (2013, p. 25-26):

a teoria enunciativa benvenistiana pode ser lida em, no mínimo, três grandes momentos, e o recurso a cada um deles apresenta possibilidades distintas de fazer teoria e análise dos fatos linguísticos: 1) O momento da distinção pessoa/ não-pessoa. (...) 2) O momento da distinção semiótico/semântico. (...) 3) O momento da formulação da ideia de *aparelho formal da enunciação*.

Na abertura do capítulo que trata do “primeiro momento” da reflexão de Benveniste – ainda que seja um capítulo nomeado em relação a distinção “pessoa e não-pessoa” –, Flores coloca que:

Este capítulo apresenta o que chamo de *o primeiro momento* da reflexão de Benveniste sobre a enunciação. Está voltado para a questão da subjetividade na linguagem, cuja compreensão implica o entendimento de várias noções a ela associadas (...). A discussão em torno da subjetividade na linguagem coincide com a elaboração de uma série de termos e noções importantes para o *quadro figurativo* da enunciação. (FLORES, 2013, p. 87).

No parágrafo de Flores citado acima, ao deliberadamente retirarmos o trecho em que aparece a distinção pessoa/não-pessoa (pois, aqui, ela cumpre realmente apenas

o papel de uma entre várias noções associadas à questão da subjetividade da linguagem), fica dito, com todas as letras, que “o primeiro momento da reflexão de Benveniste está voltado para a questão da subjetividade na linguagem”. Isso nos parece um “lapso” bastante revelador, principalmente se considerarmos que o foco de nossa tese é a questão da subjetividade em Benveniste. E, se estamos chamando de “lapso”, certamente não é um erro, pois sabemos que o mais correto é perceber a distinção pessoa/não-pessoa do que propriamente a noção de subjetividade.

A questão da subjetividade na linguagem vai aparecer como uma noção realmente teórica apenas tardiamente nos escritos benvenistianos. Isso ocorre como se, antes de 1958, a subjetividade comparecesse nos textos benvenistianos somente como um *dado linguístico*. O artigo de 1958 marca, assim, o momento em que Benveniste busca observar a *função* da subjetividade na linguagem.

Normand (2009), em seu texto “Émile Benveniste: qual semântica”, já chamava atenção para essa característica da obra benvenistiana: “Não há em Benveniste revolução enunciativa; a busca dos traços da subjetividade nas formas linguísticas está presente desde o início e se teoriza pouco a pouco entre hesitações e afirmações”. (NORMAND, 2009, p. 161). A professora Claudine Normand, no mesmo texto, pouco mais adiante, abre justamente uma seção intitulada “teorizar os resultados”, quando, então, coloca que “os estudos (de Benveniste) posteriores a 1964 (...) se contentam em retomar os resultados das análises precedentes e de desenvolvê-los em uma perspectiva filosófica”. (NORMAND, 2009, p. 164).

A professora Irène Fenoglio, por sua vez, surpreende outra característica de como a teoria de Benveniste se constrói, que complementa perfeitamente as observações de Normand. Fenoglio, então, se coloca as seguintes perguntas:

Benveniste sabia exatamente para onde ia desde o começo? Ou então sua ruminância da noção de experiência permitiu-lhe o achado, ou seja, o enunciado final? O acréscimo que podemos ler na margem me faz optar pela segunda possibilidade. (...). Até o fim, o linguista reflete o que vai transmitir e o que vai se inscrever em teoria. (FENOGLIO, 2009, p. 187-188).

Este “*não saber, de início, para onde se vai*” reflete, de certa forma, a trajetória que Benveniste cumpre para chegar até a noção de subjetividade apresentada no artigo de 1958. Para tentarmos responder à pergunta de como surge o tema da subjetividade no artigo “Da subjetividade na linguagem”, podemos, então, resumidamente, reestabelecer a cronologia dos fatos da seguinte maneira: através do artigo de 1958, Benveniste nos

pede para olharmos para a categoria de pessoa para, assim, vermos a subjetividade na linguagem. Em 1946, ano de publicação do artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, percebemos que Benveniste olhou para a categoria de pessoa. Porém, só anos depois é que surge a definição do conceito de subjetividade, ou seja, em um primeiro momento, ele realmente olhou sem imaginar a dimensão daquilo que estava sendo proposto, principalmente, sem vislumbrar todas as consequências teóricas que a distinção pessoa/não-pessoa adquiriria anos mais tarde. Na sequência, vemos que, em 1956, no artigo “A natureza dos pronomes”, Benveniste, após já ter observado e analisado a categoria de pessoa, percebe que há algo de diferente. E é a partir desse momento que ele vai chamar essa diferença de “subjetividade”.

A seguir, no **Capítulo 3**, iremos nos focar, então, neste, ao mesmo tempo, grande e pontual momento da teoria benvenistiana, que é o da aparição da noção de subjetividade no texto de 1958.

Em busca da noção de subjetividade: o que anunciar

Devemos, aqui, reconhecer, que poderíamos ter escrito o terceiro capítulo da tese de outro modo. Seria possível, por exemplo, apresentar uma leitura minuciosa dos 24 parágrafos do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958. Tendo em mente as palavras de Flores (2013) – de que “muitas são as leituras que se podem fazer desse texto” (FLORES, 2013, p. 97) –, poderíamos tentar revelar, em uma análise ponto a ponto, a grande rede de conceitos que pairam em torno da noção de subjetividade, sobretudo, os conceitos que se apresentassem como importantes para a compreensão da noção. Poderíamos, então, talvez imaginando um caminho mais seguro a ser feito, ter nos fixado no texto “Da subjetividade da linguagem” e, a partir dele, ter selecionado termos ou temas em torno da noção de subjetividade. Porém, isso seria analisar o artigo de 1958 e não necessariamente a questão da subjetividade na linguagem.

Talvez, em um estudo de cunho mais terminológico, que buscasse as definições dos conceitos, tivéssemos optado por um maior rigor no trato dos termos benvenistianos. Um terminólogo certamente ficaria insatisfeito de ver, lado a lado, com o mesmo peso e com o mesmo valor, temas e termos relacionados à questão da subjetividade em Benveniste. Talvez, então, o mais correto fosse dividir o terceiro capítulo da tese, separando, em um primeiro momento, a terminologia que se relaciona com a subjetividade (e toda rede conceitual em torno da noção) e, em um segundo momento, os temas que, porventura, se relacionassem com a subjetividade. Porém, as dificuldades não seriam menores e iniciariam já na definição do que seria termo em Benveniste, pois essa fronteira entre definir aquilo que é termo e aquilo que não é termo seria bastante tênue. O que queremos dizer é que um tema poderia ser tratado como um termo benvenistiano e vice-versa. E isso se deve a uma simples constatação: entre a primeira e a última linha do texto de 1958, há uma grande quantidade de temas a serem discutidos; do mesmo modo que há uma gama imensa de termos relacionados à questão da subjetividade.

Reconhecemos que o próximo capítulo poderia ser pensando ainda de outras maneiras. Seria possível, por exemplo, oferecer, para os estudiosos de Benveniste, dois itinerários de leitura: seria possível partir do *micro*, isto é, partir de um único parágrafo do texto de 1958, para ver como a discussão do tema ali tratado se amplia e se desenvolve em outros textos benvenistianos. Ou, se fosse o caso, seria possível partir do

macro, isto é, partir da leitura de vários textos do autor para, então, localizar, em um parágrafo específico do artigo “Da subjetividade na linguagem”, a problemática em questão. Porém, uma nova dificuldade surgiria, pois acreditamos que não ficariam claros, para o leitor, os motivos que nos levaram a optar por determinado tema ou a escolher determinado termo benvenistiano a partir da leitura de um parágrafo, assim como se mostraria difícil justificar a escolha ou o descarte de um texto de Benveniste, que teria maior ou menor relação com a questão da subjetividade. Devemos, então, aqui, relatar que, de certa forma, testamos essas possibilidades. Testamos até dividir o próximo capítulo em (exagerados) 24 itens.

O que, afinal, queremos anunciar aqui? Essa seção certamente diz menos sobre a metodologia do capítulo seguinte e mais sobre os percalços que enfrentamos no decorrer da escrita da tese. Queremos apenas, desde já, anunciar que o terceiro capítulo não partirá do *micro* nem do *macro*. Ainda nos deteremos bastante no texto de 1958, “Da subjetividade na linguagem”, mas não exclusivamente. O **capítulo 3** irá refletir, pura e simplesmente, a leitura que estamos fazendo da noção de subjetividade em Benveniste.

Lembremos ainda que foi preciso, em certo momento, optar pelo descarte de estudos com caráter mais aplicado. Em outras palavras, tivemos que deixar de fora dos objetivos de nossa tese a questão de ver como se dá a aplicação da noção de subjetividade em estudos de outros autores. Possivelmente tenhamos descartado, a partir dessa decisão, estudos que certamente nos ajudariam a entender a noção. Como último anúncio, devemos dizer, portanto, que nosso estudo *deliberadamente* pretendeu tratar da subjetividade em *Benveniste por Benveniste*. Se houve citação da leitura que outros estudiosos fizeram da noção benvenistianiana de subjetividade foi meramente ilustrativa.

Enfim, vamos nos deter na questão da subjetividade em Benveniste e daremos um destaque (talvez maior do que necessário) para a distinção que estamos vislumbrando entre dois modos de se entender a noção benvenistianiana de subjetividade. A seguir, então, vamos ver, em especial no artigo de 1958, aquilo que se relaciona com a *subjetividade inerente* e aquilo que cerca a *subjetividade enquanto efeito*. Ao final do Capítulo 3, no item 3.3, veremos a prospecção da noção de subjetividade, pois se faz necessário tecer comentários a respeito das relações que se estabelecem com essa noção nos estudos posteriores a 1958.

3 A NOÇÃO DE SUBJETIVIDADE EM ÉMILE BENVENISTE

Já falamos bastante das qualidades e das particularidades do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958. Destacamos que se trata de um ponto alto dentro do pensamento de Émile Benveniste sobre a linguagem, pois o artigo, ao mesmo tempo em que retoma o que vinha sendo estudado até então, aponta para o futuro da teoria benvenistiana.

É chegado o momento, portanto, de nos embrenharmos na “floresta densa” que cerca a noção de subjetividade em Benveniste. Para isso, confeccionaremos uma espécie de mapa. Em outras palavras, traçaremos algumas características que, a nosso ver, servem para diferenciar as duas concepções de subjetividade que, ao longo do capítulo, queremos apresentar.

Acreditamos que seria bastante infrutífero listarmos, por exemplo, as inúmeras ocorrências da palavra “subjetividade” nos textos de Benveniste para, na sequência, avaliarmos qual seria o entendimento que se deveria ter da noção naquele contexto específico. Assim, achamos melhor oferecer, ao leitor, “chaves de entendimento” da noção, para que cada um possa, ao se deparar com uma ocorrência da palavra “subjetividade”, reconhecer as características que, a seguir, iremos elencar. No decorrer deste capítulo, nos itens 3.1 e 3.2, pretendemos justamente ilustrar, de modo mais detalhado, aquilo que, aqui, apresentamos de modo bastante conciso sobre as noções de *subjetividade inerente* e de *subjetividade enquanto efeito*.

Uma primeira característica da noção de *subjetividade inerente* diz respeito a sua vocação para estudos interdisciplinares. Uma vez que trata da relação do homem com a linguagem, ela se presta a estudos não apenas linguísticos, mas também de cunho filosófico, antropológico e, até mesmo, psicológico. Aliás, a *subjetividade inerente* nasce justamente em um estudo cujo público-alvo não era formado primordialmente por linguistas, como é o caso do artigo de 1958, “Da subjetividade na linguagem”. Assim, é o próprio Benveniste que se coloca em um diálogo interdisciplinar e na discussão da relação entre homem e linguagem: “Ora, essa ‘subjetividade’, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia como quisermos (...)”. (PLG I, p. 286). E é justamente isso que vai conferir um aspecto antropológico à teoria benvenistiana relacionada com a questão da subjetividade.

A noção de *subjetividade enquanto efeito*, por sua vez, já não diz tanto respeito à relação da linguagem com o homem, visto que diz mais respeito à linguagem em si. Logo, é uma noção que se presta a estudos propriamente linguísticos; ou, no máximo, a estudos que levem em consideração aquilo que outras áreas dizem sobre a linguagem, como é o caso, por exemplo, dos estudos benvenistianos relacionados com a Filosofia analítica. Assim, quando aquilo que está em consideração são os *efeitos* que a subjetividade provoca no discurso, a relação com outras áreas se dá em um âmbito basicamente linguístico.

Uma segunda característica importante em relação à *subjetividade inerente* é aquela que diz respeito ao modo como ela emerge no discurso, isto é, como essa noção específica de subjetividade se apresenta nas línguas. A *subjetividade inerente* pode ser vista a partir de um número bastante limitado de “marcas” (por isso, a preferência por falarmos em *fundamentos*), que são basicamente três: pessoa, tempo e espaço (eu-tu, aqui, agora). E esses fundamentos precisam ser entendidos como categorias da linguagem.

Os *efeitos* – diferentemente dos *fundamentos* que são limitados a um número bastante pequeno – são inúmeros e incontáveis. Segundo as palavras do próprio Benveniste (quando visa ilustrar alguns efeitos que a subjetividade pode introduzir): “não saberíamos dizer qual é, no universo das línguas reais, a extensão das particularidades que assinalamos”. (PLG I, p. 290). E esses *efeitos* precisam ser entendidos, não como categorias da linguagem, mas, sim, como fatos de línguas.

Além disso, ainda podemos citar que, em relação à *subjetividade inerente*, Benveniste vai usar expressões que dão conta de um processo global, envolvendo toda a língua; pois diz respeito ao *plano constitutivo* da linguagem; trata-se de uma condição *a priori* das línguas. Já em relação à *subjetividade enquanto efeito*, trata-se de um *a posteriori* das línguas, pois diz respeito ao *plano mostrado* da linguagem. E, aqui, já não se trata mais de um processo global. Quando for possível “dividir” a língua em duas partes, colocando, de um lado, uma parte subjetiva e, de outro lado, uma parte objetiva, então, já estamos no âmbito da *subjetividade enquanto efeito*. Quando há essa espécie de gradação, entre maior ou menor subjetividade, então, já estamos tratando dos *efeitos*. Em relação à *subjetividade inerente*, como vimos, não há uma maneira “objetiva” de se entrar na língua.

A seguir, nos deteremos mais demoradamente nessas características. Antes disso ainda, é preciso dissipar uma possível confusão, que é a de pensar que a

subjetividade enquanto efeito é a simples operacionalização da *subjetividade inerente*. Já dissemos que a *subjetividade enquanto efeito* não é a marca da *subjetividade inerente*. Acreditamos realmente que não, pois estamos entendendo a *subjetividade enquanto efeito* como uma noção que se operacionaliza em incontáveis e variados *efeitos* que se produzem nas línguas. A relação, aqui, se dá entre a língua (como entidade teórica) e as línguas. E essa língua já pode ser cindida, por exemplo, entre “enunciação histórica” e “enunciação de discurso”, tal como a distinção apresentada no artigo de 1959, “As relações de tempo no verbo francês”. Quando consideramos a *subjetividade inerente*, acreditamos que nem seja apropriado falarmos de operacionalização, pois, na verdade, essa noção *se apresenta* no discurso em um número limitado de fundamentos: pessoa, tempo e espaço. E quando falamos de *subjetividade inerente*, preferimos tratar da distinção entre linguagem e discurso.

Podemos, então, resumir nosso entendimento da seguinte maneira: a subjetividade (inerente), que existe na linguagem como uma propriedade fundamental, emerge no discurso, podendo ser vislumbrada através de um número limitado de fundamentos. A subjetividade (enquanto efeito), que existe na língua (enquanto entidade teórica), se operacionaliza nas línguas particulares de incontáveis maneiras, podendo ser localizada através de inúmeros “medidores de subjetividade”. A seguir, pretendemos ilustrar as características principais dessas duas noções de subjetividade.

3.1 A subjetividade inerente

Em nossa dissertação (SILVA, 2015), propomos uma divisão, separando o artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, em duas partes. A primeira parte, então, compreenderia basicamente três páginas (cf. PLG I, p. 284-287) em que Benveniste tenta dar uma resposta para a pergunta que abre o texto: “se a linguagem é, como se diz, instrumento de comunicação, a que deve ela essa propriedade?”. (PLG I, p. 284). Talvez seja realmente fácil de perceber que há, nesse texto de 1958, duas partes bem distintas: uma primeira parte – ou, caso não se queira falar em partes, uma introdução – mais “antropológica”, quando Benveniste elenca, então, os motivos pelos quais a linguagem não pode ser considerada meramente como um instrumento de comunicação; e outra parte dedicada às questões propriamente linguísticas, a partir da questão, colocada por Benveniste, se terá de ser linguístico o fundamento da

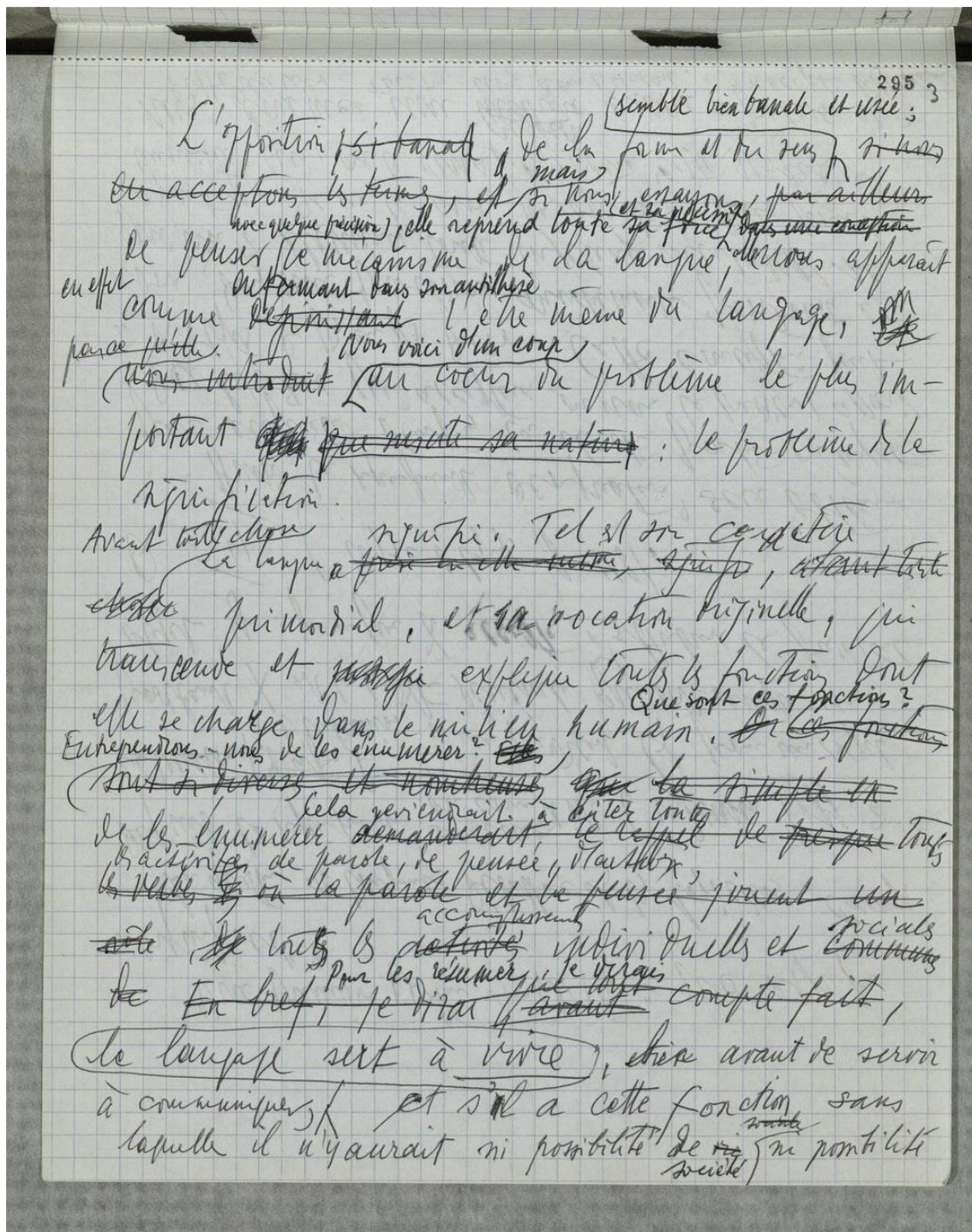
subjetividade. Pontuamos, assim, essa divisão em duas partes com as duas perguntas que Benveniste faz no artigo: uma na abertura e outra no nono parágrafo do texto.

Agora, cabe tentar responder a seguinte questão: por que haveria essa divisão no artigo, com uma segunda parte muito densa e técnica e uma primeira parte aparentemente mais simples, com frases “brilhantes” (para retomarmos o adjetivo que usamos em nossa dissertação)? Acreditamos que não basta apenas dizer que são frases brilhantes ou fazer um comentário bastante geral, apontando simplesmente que se trata de uma parte mais antropológica do que propriamente linguística. É preciso saber o que Benveniste trata nessa primeira parte. Em outras palavras, é preciso que se faça a tentativa de entender aquilo que o autor realmente quer dizer nessa “introdução” do artigo.

Continuamos com o mesmo entendimento de que é possível, para entendermos melhor o texto “Da subjetividade na linguagem”, dividi-lo em duas partes. Porém, apresentamos, agora, uma leitura nova do texto, desde seu início. E para que já fique clara a maneira como estamos entendendo a divisão do artigo, podemos dizer que, na primeira parte, Benveniste quis mostrar que *a língua está no homem*. Na segunda parte, ele argumenta que *o homem está na língua*. Porém, antes de falarmos que não é fácil perceber que o argumento de Benveniste, nessa primeira parte do artigo, vai no sentido de mostrar que *a língua está no homem*, começamos por algo mais simples. Começamos pela resposta que Benveniste dá para a pergunta que abre o texto.

Para Benveniste, como sabemos, a linguagem não é um mero instrumento de comunicação. Uma pergunta que sempre se impôs a todo linguista é a seguinte: para que serve a linguagem? E se grande parte dos linguistas – senão todos – repetia que “a linguagem serve para comunicar”, Benveniste será aquele que vai superar esse entendimento ao dizer que a linguagem não serve somente para comunicar. Como sabemos, a linguagem, segundo Benveniste, serve, acima de tudo, para viver. Estamos, aqui, claramente, lembrando da 22ª linha da página 222 dos *Problemas de Linguística Geral II*. Ao se perguntar, então, em “A forma e o sentido na linguagem”, artigo datado de 1966, quais seriam as funções que a linguagem assegura no meio humano – e percebendo que seria impossível enumerá-las –, Benveniste apenas coloca que: “Para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver”. (PLG II, p. 222). Por meio do manuscrito do artigo “A forma e o sentido na linguagem”, percebemos que essa consideração é realmente importante para Benveniste.

Ilustração 1 – Manuscrito do Acervo Benveniste da BNF



Fonte: Bibliothèque nationale de France. Departamento dos manuscritos. (gallica.bnf.fr).

Através dessa folha do manuscrito, vemos (na terceira linha de baixo para cima), pela dimensão maior das letras e, principalmente, pelo círculo em torno de “le langage sert à vivre” – “a linguagem serve para viver” – que Benveniste não apenas considerava importante dizer isso, mas também era algo que funcionava como uma

espécie de pressuposto em seu pensamento sobre a linguagem. Esse “serve para viver” aparece, por exemplo, na sequência desse importante artigo, “A forma e o sentido na linguagem”, quando, ao destacar o semântico (que se distingue do semiótico), Benveniste coloca que:

Vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a **vida** dos homens. (PLG II, p. 229, grifo nosso).

Portanto, é correto dizer que essa discussão em torno da utilidade da linguagem é muito importante para Benveniste, uma vez que aquilo que está posto no início do texto de 1958 é algo que perpassa todo seu pensamento sobre a linguagem. Agora, partimos para aquilo que acreditamos seja mais difícil de perceber nos primeiros quatro parágrafos do artigo “Da subjetividade na linguagem”.

Acreditamos que não seja fácil perceber que o argumento de Benveniste, nessa primeira parte do artigo, vai no sentido de mostrar que *a língua está no homem*, pois o próprio título do texto – “Da subjetividade na linguagem” – e o axioma benvenistiano que dá nome a quinta parte de seus PLG – *o homem na língua* – talvez conduzam para um único tipo de leitura. O que queremos dizer é que a expressão “*o homem na língua*” é tão reconhecidamente benvenistianiana (mais do que um lema, trata-se realmente de um axioma do autor) que propor que Benveniste tenha dito *também* que *a língua está no homem* não é uma tarefa simples, pois realmente não se trata de uma leitura fácil.

Flores (2019, p. 32-33), por exemplo, no item em que trata justamente da “língua no homem” diz ter feito uma “inversão consciente” do título dado por Benveniste à quinta parte de seus PLG, *o homem na língua*; e acrescenta ainda que “apesar de inverter a expressão benvenistianiana, mantenho do linguista a sua ideia de enunciação”. (FLORES, 2019, p 33). A partir desse exemplo, fica claro que Flores percebe a expressão “língua no homem” como uma inversão consciente de uma “expressão benvenistianiana”. É preciso reconhecer que, apesar de dizer que está invertendo uma “expressão benvenistianiana” (e devemos acrescentar que se trata de uma inversão pontual), em nenhum momento Flores, ao abordar o fato de que *a língua está no homem*, diz estar se contraponto ou “invertendo” o pensamento benvenistiano. Ao contrário, Flores é explícito ao dizer que segue a “linhagem Saussure-Benveniste”:

Para mim, basta partir do consenso acerca da evidência da linguagem no homem, ou melhor, do homem como um ser de linguagem. Trata-

se de uma perspectiva antropológica da linguagem, uma antropologia de base social e cultural e não física (...). E, nesse aspecto, sigo a linhagem Saussure-Benveniste, preconizada, em muitos aspectos, por Humboldt. (FLORES, 2019, p 47).

Essa “evidência da linguagem no homem” e a indissociabilidade que há entre homem e linguagem na teoria benvenistiana já foram apontadas por diversos outros estudiosos de Benveniste, cada um à sua maneira. Lembramos, a título de exemplo também, das colocações de Dessons (2006), que, em seu livro “*Émile Benveniste, l’invention du discours*”, diz que: “Entre a linguagem e o homem, há implicação recíproca. Há linguagem desde que haja homem, e homem desde que haja linguagem; a linguagem é o fundamento antropológico”. (DESSONS, 2006, p. 75, tradução nossa). Na sequência do livro, Dessons acrescenta ainda que: “não há sujeito sem linguagem, mas também não há linguagem sem o motor da subjetivação”. (DESSONS, 2006, p. 101, tradução nossa).

Relendo, então, agora, essa primeira parte do artigo “Da subjetividade na linguagem”, principalmente os dois primeiros parágrafos do texto, algo nos parece evidente: Benveniste realmente quer mostrar que a *língua está no homem*, antes mesmo de mostrar que o *homem está na língua*. E ele é extraordinariamente explícito em relação a isso ao dizer que “a linguagem está (...) (n)o homem, que não a fabricou”. (PLG I, p. 285). Ou quando diz, na última frase do segundo parágrafo, “a linguagem ensina a própria definição do homem”. (PLG I, p. 285).

Lembremos também, por exemplo, das observações quanto a gênese do artigo “Comunicação animal e a linguagem humana”, que, a princípio, não teria “humana” no título. Para Benveniste, a linguagem é própria do humano; logo, é redundante falar em “linguagem humana”. Enfim, se a expressão benvenistiana é “homem na língua”, se é difícil ou não percebermos que Benveniste também argumenta no sentido de dizer que a “língua está no homem”, tudo isso é menos importante do que o reconhecimento da indissociabilidade entre homem e linguagem no pensamento benvenistiano.

E para ilustrarmos o fato (bastante evidente, aliás) de que essa relação entre homem e linguagem se presta a estudos não apenas linguísticos, gostaríamos de lembrar das colocações do filósofo italiano Giorgio Agamben, a respeito de como o homem entra na língua. Segundo Agamben (2005), os animais não entram na língua, pois já estariam sempre nela. O homem, ao invés disso, na medida em que tem uma *infância* (noção particular trazida pelo filósofo em seu livro), na medida em que “não é já sempre falante, cinde esta língua una e apresenta-se como aquele que, para falar, deve

constituir-se como sujeito da linguagem, deve dizer *eu*”. (AGAMBEN, 2005, p. 64). De certa forma, o autor nos explica como o homem está na linguagem. Na medida em que o homem não está, desde sempre, na língua, o correto a ser dito, portanto, é que o homem está *previsto* na língua; ou, em outras palavras, há um lugar na linguagem próprio ao homem¹³.

Afinal, agora cabe a pergunta: qual a relação de tudo isso com a noção de subjetividade de Benveniste? Esse lugar do homem previsto na linguagem é exatamente o da *subjetividade inerente*. E na sequência do artigo “Da subjetividade na linguagem”, esse lugar será preenchido por um conceito próprio de Benveniste, o de *ego*, como sendo a “unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência” (PLG I, p. 286), definição que depreendemos da própria noção de subjetividade.

Já discutimos se *ego* seria ou não um conceito oriundo da Psicologia. Vimos que, nessa discussão sobre *ego* ser ou não um conceito psicológico, nosso entendimento foi que, sim, tem relação com a Psicologia, no sentido de que há uma espécie de crítica ao termo por parte de Benveniste.

É, pois, no quinto parágrafo do texto de 1958 que Benveniste introduz o conceito de *ego*. Ele continua a argumentar, em continuidade ao que vinha dizendo nos primeiros quatro parágrafos do texto, que a linguagem está no homem, antes mesmo de dizer que o homem está na linguagem. E o fundamento linguístico da subjetividade já está enunciado aqui, pois só a linguagem fundamenta na realidade do ser o conceito de *ego*.

A questão principal é a de ver que *ego*, aqui, apresenta um entendimento próprio de Benveniste, isto é, ele define o conceito à sua maneira. Como vimos, ele não trabalha com um conceito oriundo da Psicologia, nem mesmo da Filosofia. O mais importante, portanto, é assinalarmos que Benveniste passa a referir *ego* como sendo a própria categoria de pessoa. Outro entendimento de *ego* surge na sequência do artigo, mais exatamente no sétimo parágrafo, em que o autor aborda a polaridade entre *eu-tu*.

¹³ Aqui, até por se tratar de um diálogo interdisciplinar com o campo da Filosofia, as noções de “linguagem” e de “língua” são, de certa forma, cambiáveis, representando uma mesma entidade teórica. Se fosse para seguir um rigor terminológico, colocando isso em termos propriamente benvenistianos (rigor, aliás, que, por vezes, nem o próprio Benveniste possui), preferiríamos falar apenas em “linguagem”.

Lemos, no sétimo parágrafo, a seguinte frase: “‘**ego**’ tem sempre uma posição de transcendência quanto a **tu**”. (PLG I, p. 286, grifo nosso¹⁴). Por estar claramente substituindo *eu* nessa frase, *ego* pode ser entendido como sinônimo – ou, mais apropriadamente, quando falamos de termos, como uma variante denominativa – de *eu*. Mais do que sinônimo de *eu*, preferimos considerar *ego* como uma espécie de “forma vazia” de *eu*. Assim, *ego* seria a forma virtual presente na linguagem; e *eu*, por sua vez, seria a forma atualizada de *ego* no discurso. Ou seja, estamos considerando *ego* como uma categoria da linguagem. Os pronomes, em especial, aqueles que indicam a “pessoa” na terminologia própria de Benveniste (*eu* e *tu*) não estão na linguagem como virtualidade; mas, sim, estão atualizados no discurso. O que consideramos como virtuais na linguagem são as noções de *ego* e *eco*. Em um artigo posterior, de 1965, “A linguagem e a experiência humana”, vemos que essa consideração faz sentido e aparece de modo bastante claro:

fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma **forma vazia**, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe uma realidade e sua substância somente do discurso. (PLG II, p. 69, grifo nosso).

O conceito de *ego* poderia representar também uma espécie de arquilexema, abarcando tanto a forma virtual quanto a forma atualizada. Neste caso, *ego* representaria a materialização da própria categoria de pessoa. Como sabemos, a categoria de pessoa existe de forma virtual na linguagem e na forma atualizada no discurso. Para fins de compressão da teoria, preferimos ainda tratar *ego/eco* como as formas virtuais da categoria de pessoa existentes na linguagem e tratar *eu/tu* como as formas atualizadas da categoria de pessoa existentes no discurso.

Lembrando que essa aproximação entre os termos *ego* e *eco* (“*ego*” e “*écho*”, no texto original em francês) não se apresenta de forma tão clara em Benveniste. Foi a partir de nossa leitura e de nosso entendimento a respeito da polaridade entre *eu* e *tu*, que, já em nossa dissertação, aproximamos esses dois termos. (cf. SILVA, 2015, p. 40).

É necessário lembrar ainda que, apesar de Benveniste não fazer essa aproximação, é ele próprio que usa a palavra “*eco*”, quando fala da polaridade *eu-tu*. Além disso, Benveniste fala também em uma realidade dialética. Em virtude de tudo

¹⁴ Seguimos, nessa citação, o texto original, em que *ego* é grafado entre aspas e sem itálico; *tu*, por sua vez, no texto original, é grafado em itálico, sem aspas. Na tradução do texto em português, ambos aparecem em itálico e sem aspas.

isso, consideramos que, quando aproximamos as noções de *ego* e *eco*, não estamos distantes daquilo que o próprio autor coloca.

E é olhando para essa virtualidade existente na linguagem, em especial, para as noções de *ego* e *eco*, que Benveniste poderá dizer que é inconcebível uma língua sem a categoria de pessoa, pois a linguagem possui esse lugar de apropriação por parte dos locutores. A língua é destinada a ser falada.

Aqui, uma ressalva de Benveniste aparece da seguinte forma: poderá haver língua em que o pronome é omitido, mas não há língua sem “ego”; os pronomes possuem uma “existência implícita”. (cf. PLG I, p. 287). Assim, mais do que a simples forma virtual de um pronome, o certo seria realmente tratar *ego* como a “forma vazia” (para usarmos a expressão que aparece no texto de 1965) do pronome *eu*, pois o conceito de *ego* proposto por Benveniste representa, sobretudo, o espaço reservado para que o sujeito se aproprie da língua.

Enfim, a relação do conceito de *ego* com a noção de subjetividade é bem evidente. Benveniste diz que o fundamento da subjetividade se determina justamente pelo status linguístico da pessoa. Quem diz “ego” é *ego*. O homem se constitui como sujeito na e pela linguagem. Para Benveniste, existiria sujeito sem linguagem? Não. Logo, a linguagem está no homem e o transforma em sujeito.

Como sabemos, a linguagem fundamenta na realidade do sujeito, que é a do ser, o conceito de *ego*. Assim, *ego* existe no homem através da linguagem. Ao final de tudo, *ego* será o sujeito constituído na e pela linguagem.

Por tudo que foi visto até aqui, fica claro que estamos tratando da noção de subjetividade mais geral, da relação entre homem e linguagem. E isso, como foi caracterizado anteriormente, se presta a estudos de fora do âmbito da Linguística. Aqui, cabe até reiterar uma observação: a noção de *subjetividade inerente* se presta a estudos interdisciplinares porque nasce justamente, como vimos, em um artigo destinado a um público leitor de não linguistas. Logo, não são os especialistas de outros campos do saber que colocam a noção de subjetividade (inerente) em um diálogo interdisciplinar. É uma noção que nasce nesse diálogo e, mais do que isso, é uma noção que nasce em virtude desse diálogo. É o próprio Benveniste que se coloca na discussão da relação entre homem e linguagem.

Como vimos, em relação a *subjetividade inerente*, Benveniste vai usar expressões que dão conta de um processo global, envolvendo toda a língua. Aqui, ganha destaque o termo “apropriação”, presente no *Dicionário de Linguística da Enunciação*,

que é definido como “processo de uso da língua pelo sujeito por meio de sua enunciação”. (FLORES *et al*, 2009, p. 49). Ainda que a nota explicativa do termo no DLE diga que há nuances de sentido em relação ao termo “apropriação”, todos esses sentidos envolvem uma totalidade. Assim, a primeira frase da nota explicativa é exemplar em relação a isso: “Benveniste ressalta que o processo de apropriação ocorre com a tomada, por inteiro, da língua”. (FLORES *et al*, 2009, p. 49).

Esse processo total, abarcando a língua por inteiro, é justamente o que representa a noção de *apropriação* em Benveniste. E isso aparece destacado no texto de 1958: “A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da **língua toda** designando-se como eu”. (PLG I, p. 288, grifo nosso). E isso só diz respeito à noção de *subjetividade inerente*, pois é algo constitutivo e fundamental. Aliás, é possível ver semelhanças entre a definição de “apropriação” presente no DLE e a definição de subjetividade apresentada no sexto parágrafo do texto de 1958: “Capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”. (PLG I, p. 286). Essa definição dita clássica se refere, única e exclusivamente, a *subjetividade inerente*, pois diz respeito ao plano constitutivo da linguagem.

Assim, após partir da constatação de que a linguagem está na definição do homem, Benveniste passará a argumentar que a linguagem está na constituição do sujeito. Lembremos que, apesar de muitos estudiosos terem produzido teses (ou mesmo teorias) a partir da concepção de sujeito inferida no sexto parágrafo do artigo de 1958, o próprio Benveniste não vai problematizar o conceito. Lembremos apenas que, para Benveniste, não existe sujeito sem linguagem.

E, como dissemos, é o próprio Benveniste que se coloca na discussão em torno da relação entre homem e linguagem. Aqui, cabe outra consideração importante e que também deve ser lembrada: a de que homem, em Benveniste, é um conceito diferente de sujeito. A partir da definição “clássica” de subjetividade, acreditamos que isso já esteja bastante evidente. E sem problematizarmos esses dois conceitos – de homem e de sujeito –, acreditamos que o mais importante, nesse caso, seja considerar, de um lado, as noções de *homem, indivíduo, falante, locutor*¹⁵ – todas, a nosso ver, são noções que se pode reunir no conceito de *sujeito empírico* –; e, de outro lado, a noção de *sujeito*. Logo, o fundamental, aqui, não é ignorar as diferenças que existem entre os quatro primeiros termos, mas, sim, perceber que *sujeito*, para Benveniste, tem uma definição

¹⁵ O conceito de *locutor*, ainda que seja um termo linguístico, acreditamos que possa ser colocado também ao lado das noções empíricas, deixando, para o linguístico, apenas a noção de *sujeito*.

clara, sendo aquele que se constitui a partir da linguagem. E, a exemplo do que já fizeram alguns estudiosos de Benveniste, podemos tratar desse sujeito que se constitui na linguagem como sendo o *sujeito da enunciação*, como uma espécie de lembrete dessa definição que acompanha essa noção específica de sujeito, ou seja, de se constituir na e através da linguagem. De um lado, portanto, temos o *sujeito empírico* e, de outro lado, o *sujeito da enunciação*.

Essa distinção – entre um conceito que aponta para o empírico e outro que aponta para o linguístico –, ainda que não colocada nesses termos, é clara nesse ponto da argumentação de Benveniste. Acreditamos que não seja necessário dizer que a relação da noção de sujeito de Benveniste com sua noção de subjetividade é total e irrestrita. E quando se reserva um espaço para o homem na linguagem, vemos que esse lugar, na verdade, é preenchido por uma polaridade constitutiva. Flores (2019) vai chamar esses espaços na linguagem reservados ao *eu* e ao *tu*, de modo mais apropriado, de “posições na linguagem”:

Bem entendido, isso significa que Benveniste considera que as posições de locutores e alocutário, definidas pela referência à instância de discurso que os contém – portanto, definidas autorreferencialmente –, são **posições na linguagem**, uma categoria de linguagem, e independem das formas que assumem em línguas específicas. (FLORES, 2019, p. 70-71, grifo nosso).

Como dissemos, os fundamentos da *subjetividade inerente* (que são basicamente três: pessoa, tempo e espaço) precisam ser entendidos como categorias da linguagem. A partir do trecho citado de Flores acima, fica claro que essas posições são categorias de linguagem e não as formas que assumem nas línguas particulares. E a *subjetividade inerente*, nesse caso, como diz Benveniste – tanto no quarto quanto no sexto parágrafo do texto de 1958 –, precisa ser reconhecida como uma “propriedade (fundamental) da linguagem”. (cf. PLG I, p. 286).

Já dissemos, a partir de um trecho retirado do prefácio do PLG I, que “impressão” seria uma palavra mais forte e, por conseguinte, mais apropriada para tratar da *subjetividade inerente* do que simplesmente falarmos em “marcas” (que é a palavra usada, na tradução para o português, quando, no original, a palavra francesa é “*empreinte*”). Já estamos chamando a atenção também para uma palavra ainda mais forte: “fundamento”. Gostaríamos, agora, de localizarmos de onde retiramos essa noção.

Benveniste termina o sexto parágrafo de 1958 – o parágrafo em que ele define o que é “subjetividade” – com a seguinte frase: “Encontramos aí o **fundamento** da

‘subjetividade’ que se determina pelo *status* linguístico de “pessoa”. (PLG I, p. 286, grifo nosso). Vemos que “pessoa”, aqui, não é marca, nem indicador de subjetividade; é o próprio *fundamento* da subjetividade.

O primeiro fundamento da subjetividade na linguagem, portanto, está ligado à categoria de pessoa. A noção de pessoa, por sua vez, se divide em *eu* e *tu*: “é numa realidade dialética¹⁶ (...) que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade”. (PLG I, p. 287).

Uma característica básica desses *fundamentos* é que eles estão relacionados a uma condição *a priori* das línguas. Por isso, é possível dizer que “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível”. (PLG I, p. 287). Assim como é possível dizer que “seja qual for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização linguística da noção de tempo”. (PLG I, p. 289). Como dizem respeito à condição *a priori* das línguas, esses *fundamentos* não precisam ser verificados em todos os idiomas e dialetos para que se presuma a existência deles.

Logo após dizer, então, que o fundamento da “subjetividade” se determina pelo *status* linguístico de “pessoa”, Benveniste passa a tratar da polaridade *eu/tu*. A relação *eu-tu* está ligada a *subjetividade inerente* não apenas por ser apresentada como *fundamento*, mas também por fazer parte do plano constitutivo da linguagem. Já quando a polaridade *eu-tu* – que se configura como sendo as duas “pessoas” – fica em contrapartida com a noção de não-pessoa (ele), passamos ao plano mostrado da linguagem. Assim, essa polaridade também passa a ser fundamental para a consideração da *subjetividade enquanto efeito* (sobre essa relação, vamos tratar no item 3.2). Além disso, a polaridade *eu/tu* é também o que permite, a Benveniste, relacionar a questão da subjetividade com a da socialidade (sobre essa relação, vamos tratar no item 3.3). Assim, pela centralidade que exerce sobre a noção de subjetividade, é necessário que nos detenhamos mais demoradamente nessa polaridade.

É a partir do sétimo parágrafo do artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, que Benveniste vai tratar da polaridade entre *eu* e *tu*. (cf. PLG I, p. 286). Aliás, a última frase desse sétimo parágrafo – “única é a condição do homem na linguagem” (PLG I, p. 286) –, que vemos muitas vezes citada fora de contexto, faz referência a essa polaridade. É preciso ter em mente, portanto, ao se ler essa frase, mesmo que descontextualizada, que a condição do homem na linguagem só é única porque (como

¹⁶ Essa realidade dialética pode ser entendida como a relação “ego-eco”, que, por sua vez, se desdobra em várias relações: “eu-tu”, “eu-outro”, “indivíduo-sociedade”.

explica Benveniste a partir da metade do sétimo parágrafo) “a polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental” (PLG I, p. 286); e é uma condição única, sobretudo, porque é justamente essa polaridade que é “muito singular em si mesma” e que apresenta um tipo de oposição que “não se encontra o equivalente em lugar nenhum, fora da linguagem”. (cf. PLG I, p. 286).

Benveniste abre o sétimo parágrafo dizendo que “a consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste”. (PLG I, p. 286). Pouco mais à frente, coloca que “*eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*”. (PLG I: 286). Continuamos vendo, já nessa primeira frase do parágrafo, uma provocação que Benveniste faz aos psicólogos, pois não se pode falar em “ego”, sem se falar também em “eco”.

Alguns estudiosos citam o filósofo Martin Buber¹⁷ (1878-1965) como sendo a referência de Benveniste para desenvolver a discussão em torno dessa polaridade. Porém, acreditamos que aquilo que está condensado neste sétimo parágrafo é o resultado das análises dos pronomes que começam, sobretudo, em 1946, quando Benveniste propõe a distinção pessoa e não-pessoa.

Parece realmente haver semelhanças entre o que diz Benveniste e o que já havia dito o filósofo Buber¹⁸; porém, acreditamos que seja importante perceber que a relação entre *eu* e *tu* sofre variação dentro da própria obra benvenistiana. Em virtude disso, acreditamos que sua discussão em torno da noção de pessoa e dos pronomes *eu* e *tu* seja algo que vai sendo maturado dentro do pensamento benvenistiano e não algo que Benveniste tenha simplesmente trazido de fora para dentro de sua teoria.

Portanto, acreditamos que essa polaridade sofre variações de entendimento e vai sendo amadurecida ao longo do tempo. Por isso, precisamos, agora, apontar uma diferença de entendimento dos conceitos de *eu* e *tu* que já havíamos apontado em nossa dissertação. (cf. SILVA, 2015, p. 42-43). Basicamente, a diferença que apontamos é a seguinte: no texto de 1946, “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, o pronome “*tu*” era tratado como “pessoa não subjetiva”. (PLG I, p. 255). Assim, é possível dizer que, em seus textos anteriores a 1958, em especial, os de 1946 e de 1956, “*eu*” seria a

¹⁷ A obra de Martin Buber que é cogitada como ter sido referência para Benveniste se intitula *Eu e tu*; e é datada de 1923.

¹⁸ Conforme Werner (2006, p. 404): “Talvez Benveniste tenha lido Buber (...), no tempo em que caminhou pela filosofia, e pode ser que daí venha a sua proposição de pessoa, sujeito e sentido, uma vez que são notáveis as semelhanças”.

“pessoa subjetiva”; “tu”, a “pessoa não-subjetiva”; e “ele”, a “não-pessoa”, momento em que Benveniste já faz operar a distinção subjetivo/objetivo.

Por isso, entendemos que Benveniste esboçava, principalmente no texto de 1956, tratar da *subjetividade enquanto efeito*, em sua contrapartida com a objetividade. Já o que estará em jogo, em 1958, quando Benveniste evoca a categoria de pessoa, é primordialmente a questão da *subjetividade inerente*, muito mais ampla do que a discussão original.

Assim, podemos concluir que o papel do *tu*, em 1946, não estava totalmente claro para Benveniste. Aliás, é somente no texto de 1946 que Benveniste vai fazer um movimento para separar *eu* do *tu*. E por que, depois disso, ele pode aproximar ao máximo *eu* de *tu*? Porque todo mundo, mesmo sozinho, passa pela experiência de possuir um “eu locutor” e um “eu ouvinte”. (cf. PLG II, p. 87-88). E conforme as palavras de Benveniste: “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste”. (PLG I, p. 286).

Acreditamos que, em 1946, o conceito de “tu” não possui o mesmo estatuto que terá depois, por exemplo, em 1958, quando o “tu” passa (no sentido de que muda de lado) a ser considerado como fazendo parte das “enunciações subjetivas”¹⁹. Aliás, acreditamos que somente faça sentido definir o “tu” como “pessoa não subjetiva” se o que estiver sendo considerado, na verdade, não é o conceito de “tu”, mas o de “outro”.

Entendemos o “tu” como constitutivo quando não diz respeito a um “outro”. Nesse caso, esse “tu” constitutivo é uma espécie de “eu ouvinte”. E, por isso, acreditamos que não seja possível definir “eu ouvinte” como “pessoa não subjetiva”.

Se inicialmente não estava claro, para Benveniste, o papel do *tu*, para aqueles que leem o artigo de 1946 somente em português se torna um pouco mais difícil de entender a concepção de *tu* presente nesse texto porque, na tradução para o português, uma definição de “tu” desaparece. No texto original, vemos o seguinte:

Ainsi toute personne qu'on se représente est de la forme « tu », tout particulièrement – mais non nécessairement – la personne interpellée. Le « tu » (« vous ») peut donc se définir : « la personne non-je ».
Il y a donc lieu de constater une opposition de « personne je » à « personne non-je ». (PLG I, p. 232, do texto em francês).

A tradução para o português aparece da seguinte forma:

¹⁹ É possível perceber que a definição de *tu* como “pessoa não subjetiva” desaparece, sobretudo, de seus textos mais importantes, como, por exemplo, o de 1956 (“A natureza dos pronomes”), o de 1958 (“Da subjetividade na linguagem”) e o de 1968 (“Estrutura da língua e estrutura da sociedade”).

Assim, toda *personne* que se imagine é da forma “tu”, muito particularmente – mas não necessariamente – a pessoa interpelada. É oportuno comprovar uma oposição entre a “pessoa-eu” e a “pessoa não-eu”. (PLG I, p. 255).

Vemos que a frase do texto original “*Le ‘tu’ (‘vous’) peut donc se définir : ‘la personne non-je’*” (o “tu” [“você”] pode, portanto, se definir: “a pessoa não-eu”) desaparece na tradução para o português. E acreditamos que haja uma explicação para esse desaparecimento. A definição de “tu” como “pessoa não-eu”, na verdade, aparece, de certa forma, logo antes no texto: “é preciso e é suficiente que se represente uma **pessoa que não ‘eu’** para que se lhe atribua o índice ‘tu’.”. (PLG I, p. 255, grifo nosso). E o trecho destacado nessa frase aparece, no texto original, da seguinte maneira: “*personne autre que ‘je’*”. (PLG I, p. 232, do texto em francês). Acreditamos que uma boa tradução, aqui, seria “pessoa diferente de mim”, que, como se percebe, não é o mesmo que “pessoa não-eu”. E isso mostra que, aqui, Benveniste estava definindo – como “pessoa não-eu” – mais o conceito de “outro” – uma pessoa diferente de mim – do que propriamente o de “tu”.

E como a definição de “pessoa não-eu” já estava colocada no texto, isso talvez justifique a opção, por parte do tradutor, para o suprimento do trecho em questão, que, no caso, apenas repetiria o que já estava posto²⁰.

Enfim, o “tu” como constitutivo e, portanto, subjetivo é o que surge no artigo de 1958. Como vimos, *eu* e *tu* não são apenas subjetivos, mas também implicados. O importante, aqui, é ver que essa polaridade é fundamental para Benveniste. Em 1958, portanto, essa formulação chega à maturidade, pois aquilo que está dito em “Da subjetividade na linguagem” é o que será retomado em seus textos posteriores. Assim, por exemplo, em 1970, em “O aparelho formal da enunciação”, a polaridade *eu/tu* ganha outros contornos, mas o principal do argumento de Benveniste, de que existe uma implicação – o “eu” implica um “tu” –, está presente.

Mas imediatamente, desde que ele [o locutor] se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário. (PLG II, p. 84).

Por fim, resta colocarmos que a relação da polaridade *eu/tu* com a noção de

²⁰ Lembremos que “não-eu” aparece também no texto de 1968, “Estrutura de língua e estrutura da sociedade”, no seguinte trecho: “é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes”. (PLG II, p. 101).

subjetividade se dá de diferentes maneiras. Assim, quando se tratar do plano constitutivo da linguagem, estamos na concepção da *subjetividade inerente*. Na linguagem, vemos a categoria de pessoa nos conceitos de “ego/eco”, espécies de “formas vazias” de “eu/tu”, que são os pronomes pessoais atualizados no discurso.

Para tentarmos entender melhor essa relação, podemos ver como isso aparece em 1968, no artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”. Segundo Benveniste:

A língua fornece ao falante a estrutura formal de base, que permite o exercício da fala. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo **funcionamento subjetivo e referencial** do discurso: é a distinção indispensável, sempre presente em não importa qual língua, em não importa qual sociedade ou época, entre o eu e o não-eu, operada por índices especiais que são constantes na língua e que só servem a este uso, as formas chamadas em gramática de pronomes, que realizam uma dupla oposição, a oposição do “eu” ao “tu” e a oposição do sistema “eu/tu” a “ele”. (PLG II, p. 101, grifo nosso).

Benveniste coloca, aqui, portanto, que existe um duplo funcionamento do discurso – funcionamento subjetivo e referencial. Subjetivo, pois se refere a “correlação de subjetividade”, a da oposição “eu-tu”; e referencial, pois diz respeito à “correlação de pessoalidade”, a relação de “eu-tu” com “ele”, opondo, assim, as noções de pessoa e de não-pessoa.

Benveniste, então, diz que aí está o “fundamento sobre o qual repousa o duplo sistema relacional da língua”. (PLG II, p. 101). De um lado, temos a *sui-referência* (ou autorreferência); de outro lado, a referência, que “fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é a alocação”. (PLG II, p. 101). Quando diz respeito apenas à relação entre *eu* e *tu*, acreditamos que seja possível substituir “funcionamento subjetivo” por funcionamento constitutivo, relacionado à *subjetividade inerente*.

É preciso perceber que, quando já não estamos mais considerando a polaridade *eu/tu* em seu funcionamento constitutivo, já passamos para o plano mostrado da linguagem; trata-se de um *a posteriori* das línguas. E quando consideramos a *subjetividade enquanto efeito*, as pessoas (*eu-tu*) é que criam o efeito de subjetividade. A não-pessoa, por sua vez, cria o efeito de objetividade nas línguas. Lembrando que “os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem”. (PLG I: 288). É preciso sempre ter em mente, portanto, ao se falar em *efeitos*, que, em 1958, as pessoas (*eu-tu*) estão ligadas a enunciados subjetivos e a não-pessoa (*ele*) se vincula a enunciados não-subjetivos. (cf. PLG I, p. 292).

Acrescentamos que as duas correlações – de pessoalidade e de subjetividade – propostas por Benveniste em 1946, de certa forma, se recobrem em 1958, já que estamos vendo também entre as noções de pessoa e de não-pessoa uma relação de subjetividade, mais exatamente uma relação entre maior e menor subjetividade. Além disso, em 1946, o “tu” também não designa ainda, como designará, a partir de 1958, um “outro” ligado à noção de sociedade; é um “outro” no sentido apenas de ser “diferente de mim” e, por essa razão, pode ser definido como “pessoa não subjetiva”. Caso esse “outro” já fizesse referência também à noção de sociedade, teria que ser também constitutivo e, por conseguinte, subjetivo.

Enfim, se a definição de *tu* como “pessoa não subjetiva” desaparece ou não nos textos de Benveniste, isso não é o mais importante. A nosso ver, o mais importante, aqui, é considerar, a partir do texto de 1958, tanto *eu* quanto *tu* como integrantes da parte constitutiva e subjetiva das línguas.

Pontuamos a divisão do texto de 1958, “Da subjetividade na linguagem”, com as duas perguntas que Benveniste se coloca no artigo. Assim, no nono parágrafo do texto, vemos: “Onde estão os títulos da linguagem para fundar a subjetividade?” (PLG I, p. 287). E ele responde que a linguagem “é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem”. (PLG I, p. 287). Assim, dizer que o homem está *impresso*, a ferro e fogo, na linguagem equivale a dizer que a linguagem é profundamente marcada pela subjetividade, isto é, marcada pelo sujeito, ou, se quisermos retomar a definição clássica: a linguagem é profundamente marcada pela capacidade do locutor de se propor como sujeito.

É exatamente este “tão profundamente marcada” que introduz a questão das marcas. O nono parágrafo assinala, assim, o início de uma “segunda” parte do texto, mais linguística. E é mais linguística no sentido de que Benveniste retoma suas análises linguísticas. Porém, precisamos fazer uma ressalva importante: Benveniste ainda não está tratando dos *efeitos*. Já podemos adiantar que a questão dos efeitos aparece a partir do 18º parágrafo do texto de 1958.

E, ao se tratar das marcas, uma confusão pode surgir, já que somente é possível reconhecer as categorias da linguagem através das línguas. A confusão, a partir do texto em português, pode ser ainda maior, pois a frase seguinte é ambígua: “os fatos das línguas particulares (...) testemunham pela linguagem”. (PLG I, p. 287). Essa frase em português, fica ambígua, possibilitando duas leituras contraditórias. A leitura correta é a

seguinte: os fatos das línguas particulares testemunham *em nome da* linguagem. No original, em francês, não há ambiguidade já que essas duas leituras contraditórias não são possíveis. Benveniste escreve “*pour le langage*”, ou seja, testemunham “em nome” da linguagem. Caso o desejo fosse o de dizer “através da” linguagem, em francês, seria usado “*par le langage*”. Assim, uma leitura errada seria dizer que os fatos das línguas particulares testemunham através da linguagem. A frase só não é totalmente ambígua porque justamente a teoria não permite essa leitura. Tal leitura, com “através da”, não faz sentido na teoria do autor. Uma tradução mais correta, portanto, seria “em nome da linguagem” ao invés de “pela linguagem”.

E será possível ver, então, nas análises de Benveniste, dois tipos de “marcas”: na linguagem, mais do que marcas, são *fundamentos* e “pontos de apoio”. E são basicamente três: pessoa, tempo e espaço, como já dissemos. Nas línguas, são “marcas” no sentido de que são *efeitos*.

Benveniste dedica pouco espaço no texto de 1958 para tratar das “outras classes de pronomes”, além dos pronomes pessoais. É necessário apenas saber que esses pronomes compartilham o “mesmo *status*” e que “organizam as relações espaciais e temporais em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência”. (cf. PLG I, p. 288). E se Benveniste não dedica um texto para tratar com mais detalhes das “relações espaciais”, sabemos que ele dedicará um texto para abordar, quase que exclusivamente, a questão da temporalidade. Estamos nos referindo ao artigo de 1965, “A linguagem e a experiência humana”, que começa da seguinte maneira: “tentaremos aqui esclarecer duas categorias fundamentais do discurso, aliás necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo”. (PLG II, p. 68). Apresentadas, por Benveniste, como “necessariamente ligadas” e como “categorias fundamentais do discurso”, vemos, portanto, que, ao lado da noção de pessoa aparece a da temporalidade. Em 1958, já estava colocado que “a temporalidade humana, com todo o seu aparato linguístico, revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”. (PLG I, p. 289). Aqui, Benveniste é explícito ao dizer que há uma *subjetividade inerente* à linguagem; e que o aparato linguístico da temporalidade humana é uma das maneiras de se revelar essa subjetividade.

Enfim, acreditamos que não seja mais necessário insistir na consideração das categorias de pessoa, tempo e espaço como fundamentos da *subjetividade inerente* à linguagem. E podemos tentar resumir brevemente tudo o que apresentamos até aqui da seguinte maneira. Buscamos assinalar as principais características que recobrem a noção

de *subjetividade inerente*: de ser revelada através de fundamentos, que se configuram como categorias da linguagem, o que faz disso uma condição *a priori* da linguagem; de se prestar a estudos interdisciplinares, visto que diz respeito à relação do homem com a linguagem; de estar em meio a um processo total, de apropriação da linguagem por parte do locutor, integrando, assim, o plano constitutivo da linguagem. Por último, resta lembrar que, aqui, não há gradação, entre maior e menor subjetividade.

3.2 A subjetividade enquanto efeito

Apesar de aparecer depois da noção de *subjetividade inerente* no texto de 1958, já dissemos que a *subjetividade enquanto efeito* surge antes na teoria de Benveniste. Essa noção, de certa forma, acompanha a distinção que o autor faz entre pessoa e não-pessoa. E como já adiantamos, o parágrafo 18 do texto de 1958 marca a transição da *subjetividade inerente* para a *subjetividade enquanto efeito*.

Parece óbvio dizer isso, mas para entendermos o que está colocado na primeira frase do parágrafo 18 – “a instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa” (PLG I, p. 290) – precisamos voltar ao parágrafo anterior. E é preciso prestar atenção no uso da palavra *emergência*. Mais até do que em português, *emergência* em francês (*émergence*) tem um sentido bem claro de *emergir*, ou seja, de sair, um sentido de “ir para fora”. É preciso ter em mente, portanto, esse sentido de “ir para fora”. Assim, quando Benveniste coloca que “a instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria (...) **fora da linguagem** a categoria da pessoa” (PLG I, p. 290, grifo nosso), esse “fora da linguagem” deve ser entendido como “no discurso”. Interessante ainda se compararmos isso com um trecho de outro texto: “**fora do discurso efetivo**, o pronome não é senão uma forma vazia (...). Ele recebe uma realidade e sua substância somente do discurso”. (PLG II, p. 69, grifo nosso). Aqui, quando Benveniste coloca “fora do discurso efetivo” significa “na linguagem”. Portanto, quando ele coloca “fora da linguagem” significa, a nosso ver, no discurso. Trata-se de uma via de mão dupla, pois aquilo que sai, isto é, aquilo que vai para fora da linguagem acaba caindo no discurso; aquilo que ainda não está no discurso, por sua vez, está na linguagem.

Parece também óbvio que, para entendermos ainda melhor essa primeira frase do parágrafo 18, precisamos ler a frase seguinte. Benveniste não vai falar em discurso,

mas, sim, em “estrutura das línguas” (cf. PLG I, p. 290). Assim, a categoria da pessoa existe, como possibilidade, na linguagem, isto é, no plano constitutivo; e, após ter emergido da linguagem, a categoria da pessoa existe no discurso, na “estrutura das línguas”, isto é, em um plano mostrado. Aqui, essas duas maneiras de se ler a categoria de pessoa já demonstra, mais uma vez, dois entendimentos da noção de subjetividade. De um lado, a categoria de pessoa na linguagem como algo constitutivo, ligado a polaridade eu-tu. De outro lado, a categoria de pessoa no discurso, em sua contrapartida com a noção de não-pessoa, provocando efeitos muito variados na estrutura das línguas. Reconhecemos que, por Benveniste ter deixado em aberto a leitura desse “fora da linguagem”, ainda é possível ter outros entendimentos. Porém, acreditamos que seria uma leitura bastante arriscada dizer que este “fora da linguagem” indicaria o mundo, ou o extralinguístico.

Lembremos que Benveniste anuncia, no 18º parágrafo do texto de 1958, que pretendia “ilustrar alguns **efeitos** da mudança de perspectiva que a ‘subjetividade’ pode introduzir”. (PLG I, p. 290). E o autor segue dizendo que é mais importante *mostrar* do que propriamente *saber* qual seria a extensão do que ele havia acabado de assinalar em relação à subjetividade. Aqui, portanto, está colocada uma característica importante da noção de *subjetividade enquanto efeito*: esses *efeitos* são numerosos e incontáveis.

Além disso, Benveniste, nesse ponto, é claro ao dizer que não está mais levando em conta categorias da linguagem, mas, sim, os fatos de línguas: “aqui, visamos necessariamente línguas particulares”. (PLG I, p. 290). E a última frase deste 18º parágrafo é esta: “O francês dá alguns exemplos sob medida”. (PLG I, p. 290). O que significa dizer que Benveniste passará a analisar realmente uma língua em particular.

Por isso é que se pode dizer que o 18º parágrafo do texto de 1958 marca a divisão entre a apresentação dos *fundamentos* da *subjetividade (inerente)* e a análise dos *efeitos* que a *subjetividade (enquanto efeito)* provoca no discurso. Aliás, podemos citar, a favor desse nosso argumento, uma curiosidade: somente há um espaço entre parágrafos justamente aqui, entre o 17º e o 18º parágrafos. Porém, isso só aparece no texto original em francês. (cf. PLG I, p. 263, do texto em francês). No texto em português, não há espaços entre parágrafos (por acaso, o que ocorre, entre o 17º e o 18º parágrafos do texto em português é uma mudança de página). Possivelmente, esse espaço entre os parágrafos do texto original não represente absolutamente nada. Queremos colocar apenas que, caso Benveniste desejasse fazer uma divisão do texto,

aqui, seria um lugar excelente, pois é justamente onde pontuamos que, a partir desse parágrafo, Benveniste começa a tratar dos *efeitos* (palavra, aliás, que aparece não apenas uma, mas duas vezes no parágrafo em questão). (PLG I, p. 290). E lembremos que dividir seus textos em duas partes não é algo raro em Benveniste²¹.

Acreditamos que seja correto entendermos os parágrafos seguintes – a saber, 19º, 20º e 21º parágrafos (cf. PLG I, p. 290-291) como sendo exemplos desses *efeitos* de sentido produzidos pela consideração da subjetividade. Benveniste, no início do 22º parágrafo, coloca que pretende discernir melhor a “natureza dessa ‘subjetividade’” levando em consideração os “**efeitos de sentido** produzidos pela mudança das pessoas em certos verbos”. (cf. PLG I, p. 292, grifo nosso).

Agora, precisamos abandonar o artigo “Da subjetividade na linguagem” para lembrar que os *efeitos*, obviamente, não se resumem a três parágrafos de um texto de Benveniste. Esses *efeitos* são múltiplos e abundantes na obra do autor. E a descrição desses *efeitos* acompanha sua formulação em torno da distinção pessoa e não-pessoa. E lembremos, também, que esses estudos são, em sua imensa maioria, basicamente linguísticos e repletos de dados de línguas.

Isso pode ser visto, por exemplo, desde suas considerações sobre a frase nominal, expostas em 1950. No artigo em questão, vemos que a “frase nominal” se presta a relatar “verdades permanentes”, pois, conforme as palavras de Benveniste “jamais (...) a frase nominal é empregada para descrever um fato na sua particularidade”. (PLG I, p. 176). E ao dizer que “frases semelhantes apresentam-se a todo instante no historiador, porque ele é historiador” (PLG I, p. 176) fica evidente que a distinção entre “frase nominal” e “frase verbal” é uma espécie de embrião da distinção apresentada em 1959, no artigo “As relações de tempo no verbo francês”, quando Benveniste apresenta a distinção entre “enunciação histórica” e “enunciação de discurso”. Trabalhamos mais demoradamente com essa distinção em nossa dissertação (SILVA, 2015). Aqui, gostaríamos apenas de lembrar de uma questão que se coloca Michel Arrivé sobre isso. (ARRIVÉ, 1997). Ao buscar saber qual seria a amplitude da distinção entre os conceitos de *história* e de *discurso*, Arrivé se pergunta: “teria validade somente para o francês (...)? Ou teria, ao contrário, um alcance mais geral, até mesmo universal?” (ARRIVÉ, 1997, p. 3, tradução nossa). E sua conclusão é a seguinte: “ao contrário das aparências, a distinção entre *história* e *discurso*, longe de ser

²¹ Citamos, a título de exemplo, dois casos de importantes textos divididos em duas partes: “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” e “Semiologia da língua”.

válida somente para o francês, tem um alcance universal”. (ARRIVÉ, 1997, p. 7, tradução nossa). Aqui, cabe, então, uma consideração: é a distinção entre *passé composé* e *passé simple* que é própria da língua francesa, pois se trata de um *efeito* que se produz em uma língua particular, no caso, o francês. Aqui, no caso, trata-se de um *a posteriori* da linguagem. Já a distinção entre os conceitos de *história* e de *discurso*, apresentada no artigo de 1959 por Benveniste, acompanha sua distinção entre pessoa e não-pessoa. Ou seja, isso remete aos *fundamentos* da *subjetividade*. Logo, a distinção entre esses conceitos, na condição de um *a priori* das línguas, tem um alcance universal.

E, aqui, já cabe também uma ressalva: a noção de pessoa (a polaridade *eu-tu*) pode ser considerada de forma isolada, em seu aspecto constitutivo, ligada à *subjetividade inerente*. A noção de não-pessoa, em contrapartida, só adquire sentido no contraponto que faz com a noção de pessoa.

A noção de não-pessoa, portanto, não pode ser considerada de forma isolada, pois, como adverte Benveniste, ela “existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não-pessoa’. Esse é o seu *status*”. (PLG I, p. 292). Além disso, a não-pessoa adquire “seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’”. (PLG I, p. 292). Assim, se a noção de pessoa (a polaridade *eu-tu*) cumpre vários papéis, a noção de não-pessoa é, por excelência, uma noção ligada à *subjetividade enquanto efeito*, pois só tem valor e só existe a partir da oposição que ela integra, entre subjetivo e objetivo. Colocando mais luz sobre essa questão, podemos citar novamente Benveniste: “aqui a diferença entre a enunciação ‘subjetiva’ e a enunciação ‘não subjetiva’ aparece em plena luz, desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as ‘pessoas’ do verbo”. (PLG I, p. 292). Ou seja, para detectar o contraponto entre subjetivo e objetivo nas línguas (o que significa dizer, para detectar a *subjetividade enquanto efeito*) é preciso perceber a natureza da oposição entre as noções de pessoa e não-pessoa. A noção de não-pessoa, por fim, acaba se tornando uma espécie de “fundamento” da *subjetividade enquanto efeito*.

Em nossa dissertação, chamamos de “inusitado” o fato de que Benveniste coloca a possibilidade de se ver uma clara diferença entre enunciados “subjetivos” e enunciados “não subjetivos”; e colocamos isso como sendo uma espécie de “recuo” do autor, para quem, em um primeiro momento, a subjetividade estaria em todas as partes da linguagem. (cf. SILVA, 2015, p. 42-43). Agora, entendemos que esse “recuo”, na verdade, não tem nada de “inusitado”, e nem é um verdadeiro “recuo”, pois, simplesmente, reflete dois entendimentos distintos e que não afetam um ao outro. O fato

de que se possa ver uma distinção entre “subjetivo” e “não subjetivo”, de acordo com a natureza das pessoas do verbo, já não diz mais respeito à noção de *subjetividade inerente*. Essa distinção se relaciona com a *subjetividade enquanto efeito*.

Voltando à análise do texto de 1958, algo peculiar e, acreditamos, importante ainda precisa ser apontado: imediatamente antes de introduzir a noção de “indicador de subjetividade”, Benveniste usa a expressão “se se pode dizer”.

Em *je suppose, je présume*, há uma atitude indicada, não uma operação descrita. Quando incluo no meu discurso *je suppose, je présume*, implico o fato de que tomo certa atitude quanto ao enunciado que se segue. De fato já se terá observado que todos os verbos citados estão seguidos de *que* e uma proposição: esta é o verdadeiro enunciado, não a forma verbal pessoal que a governa. Em compensação, essa forma pessoal é, **se se pode dizer, o indicador de subjetividade**. (PLG I, p. 291, grifo nosso).

Vemos que Benveniste fala em “indicador de subjetividade” com certa hesitação. Acreditamos que essa hesitação recaia não apenas na palavra “indicador” – o mínimo que podemos dizer é que Benveniste não estava totalmente satisfeito com essa palavra –, mas também na própria noção de subjetividade, pois aponta, a nosso ver, para a diferença que há nas concepções da noção de subjetividade que estamos salientando ao longo de nosso texto. Ao introduzir a noção de “indicador de subjetividade” de forma reticente, Benveniste já não trata mais da *subjetividade inerente*. A nosso ver, isso já reflete um indicador de *subjetividade enquanto efeito*. E para que fique mais claro nosso argumento, acreditamos que “indicador”, aqui, possa ser entendido como “medidor”; pois essa “forma pessoal” indicaria uma *maior* subjetividade. Assim, quando a “subjetividade” pode ser medida, ou seja, quando há uma gradação (em termos de maior ou menor subjetividade), acreditamos que, claramente, já se está fazendo referência à *subjetividade enquanto efeito*.

Enfim, podemos tentar colocar, de modo conciso, tudo o que apresentamos nesta seção da seguinte maneira. Buscamos assinalar as principais características que recobrem a noção de *subjetividade enquanto efeito*: de ser operacionalizada através de incontáveis *efeitos* no discurso, que se configuram como fatos de línguas, o que faz disso uma condição *a posteriori* da linguagem; de se prestar a estudos basicamente linguísticos; de fazer parte de um processo “parcial”, considerada a tomada de decisão, por parte do locutor, de assumir ou não a língua, fazendo parte, assim, do plano mostrado da linguagem. Por último, resta lembrar que, aqui, existe gradação, entre maior e menor subjetividade, pois é somente quando se considera os *efeitos* que se pode

falar de *subjetivo* em contraposição à *objetivo*.

3.3 A prospecção da noção de subjetividade

Nesta seção, trataremos daquilo que pode ser relacionado com o que veio “depois” da noção de subjetividade na teoria de Émile Benveniste. Em um primeiro momento, não se trata de um deslocamento da noção de subjetividade, mas, sim, de uma contraposição. A noção de subjetividade não vai se deslocar, mas vai se relacionar com a de socialidade.

Começamos este item, portanto, tecendo comentários a respeito de uma relação nem tão evidente. De todos os termos (ou temáticas) que se possa colocar em relação à questão da subjetividade, um tema como o da sociedade parece, a princípio, distante da noção de subjetividade de Benveniste. O fato, talvez curioso, é que essa relação entre *subjetividade* e *socialidade* é sugerida pelo próprio Benveniste no prefácio dos *Problemas de Linguística Geral I*. Entre todas as relações, até certo ponto bastante evidentes, enumeradas no prefácio por Benveniste – entre o biológico e o cultural, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento – surge, então, essa curiosa relação entre subjetividade e socialidade. Assim, uma relação que, a princípio, parecia distante – entre a noção de subjetividade e o tema da sociedade – se mostra primordial, sendo a relação sugerida pelo próprio Benveniste nas primeiras linhas do prefácio de seu livro.

Vimos, no item 3.1, que, em termos individuais e de constituição do sujeito, o “eu” instaura um “tu”. Em termos coletivos, quando o social entre em jogo, esse “tu” existe na realidade como um “outro”. Assim, quando o “tu” se transforma em “outro”, já temos a sociedade.

No artigo de 1946, Benveniste já dizia: “quando saio de ‘mim’ para estabelecer uma relação viva com um ser, **encontro ou proponho** necessariamente um ‘tu’ que é, fora de mim, a única ‘pessoa imaginável’”. (PLG I, p. 255, grifo nosso). A partir disso, queremos considerar o seguinte: se, “quando saio de mim”, eu *encontro* um “tu”, já temos um “outro”; já temos a sociedade; portanto, temos a consideração da socialidade. Em contrapartida, se, “quando saio de mim”, eu *proponho* um “tu”, temos meu “eco”; temos a consideração de minha intersubjetividade²². Ou seja, se eu *proponho* meu “tu”,

²² Acreditamos que já esteja claro que, quando Benveniste fala em *intersubjetividade*, se está no âmbito da *subjetividade inerente*.

ele é um “eco” que me constitui como sujeito; ele é o contraste que eu experimento para me constituir como pessoa (como indivíduo e como sujeito da enunciação); e já é “um homem falando que encontramos no mundo”. (PLG I, p. 285). Em contrapartida, se eu *encontro* meu “tu”, ele já é um “outro”, diferente de mim; e já “encontramos, no mundo, um homem falando com outro homem”. (PLG I, p. 285).

Benveniste trata do tema da sociedade, no artigo de 1958, sobretudo, no oitavo parágrafo do texto, que começa da seguinte maneira: “Caem assim as velhas antinomias do ‘eu’ e do ‘outro’, do indivíduo e da sociedade”. (PLG I, p. 287). Uma primeira observação no que diz respeito a tradução do texto: em português, parece que o autor substitui apenas um dos dois termos da polaridade *eu-tu*, presente no sétimo parágrafo. Porém, em francês, vemos que se trata de uma polaridade totalmente nova apresentada no oitavo parágrafo. Se Benveniste falava da dualidade entre *eu* e *tu* no parágrafo anterior, agora ele fala da oposição entre *eu* e *outro*. No primeiro caso, *eu* e *tu* em francês, *je* e *tu*. No segundo caso, em francês, *moi* e *autre*.

Devemos alertar, desde já, que, mesmo para um leitor experiente na obra de Benveniste, ler apenas o oitavo parágrafo do artigo de 1958 não será suficiente para entender tudo o que ali está posto, pois não fica claro, ao se ler apenas esse trecho, o que Benveniste quer dizer com a dissolução da antinomia entre indivíduo e sociedade. Além disso, devemos colocar também que, nesse texto de 1958, o autor não desenvolve devidamente essa relação com a sociedade. Porém, podemos ver que, aqui, se trata de um embrião que aparecerá em outros textos, como, por exemplo, em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, de 1968. A discussão colocada em 1958 é, de fato, bastante embrionária.

Devemos, aliás, o adjetivo “embrionário” a Aresi (2020), para quem a discussão que o autor desenvolve dez anos mais tarde, em 1968, no artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, se configura como sendo uma retomada de uma “reflexão embrionária presente no texto de 1958”. Segundo as palavras de Aresi: “É quase como se Benveniste tomasse de onde havia deixado a reflexão embrionária presente no texto de 1958, redimensionando-a para um questionamento de ordem mais ampla”. (ARESI, 2020, p. 93-94).

É preciso, portanto, recorrer a outros textos, sobretudo, posteriores a 1958, para que se possa entender melhor essa relação entre subjetividade e sociedade. Na entrevista, intitulada “Estruturalismo e linguística”, de 1968, vemos o seguinte:

Não há existência comum sem língua. Consequentemente é impossível datar as origens da linguagem, não mais que as origens da sociedade. Mas nós nunca saberemos como eles falavam. Estamos certos de que não alcançaremos nada de mais elementar pela reconstrução a mais ousada. A ideia de que o estudo linguístico revelaria a linguagem enquanto produto da natureza não pode mais ser sustentada hoje. Vemos sempre a linguagem no seio da sociedade, no seio de uma cultura. (PLG II, p. 23).

E é em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” – um dos mais importantes textos de Benveniste – que vemos que a relação entre língua e sociedade se apresenta formulada de modo mais claro. A princípio, a exemplo do que ocorre no oitavo parágrafo do texto de 1958, essa associação – entre indivíduo e sociedade – é feita de forma quase que automática:

Cada locutor não pode propor-se como sujeito sem implicar o outro, o parceiro que, dotado da mesma língua, tem em comum o mesmo repertório de formas, a mesma sintaxe de enunciação e igual maneira de organizar o conteúdo. A partir da função linguística, e em virtude da polaridade *eu : tu*, indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares. (PLG I, p. 27).

Sabemos, portanto, que a sociedade só se explica pela língua. Benveniste, então, se coloca explicitamente a pergunta: “por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua?”.

A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. (...) Qual é então a fonte desse poder misterioso que reside na língua? Por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua? Porque a linguagem representa a mais alta forma de uma faculdade que é inerente à condição humana, faculdade de *simbolizar*. (PLG I, p. 27).

A resposta de Benveniste é clara: isso se deve à faculdade de simbolizar, sendo a língua a representação mais alta dessa faculdade. Vemos que é a busca pelo sentido na linguagem aquilo que move Benveniste desde sempre. Ou, para usarmos uma expressão mais apropriada, é a busca pela significância da língua. “É a significância, ponto de vista a partir do qual Benveniste sempre fez todas as suas investigações, que faz operar esses axiomas”: o “homem na linguagem”, axioma geral; e “o homem na língua”, axioma específico. (cf. FLORES, 2019, p. 58).

Segundo Flores, “o *operador* por excelência de Benveniste é a *significância*”. (FLORES, 2019, p. 59). Significância definida, por Benveniste, como sendo a propriedade de significar. E uma vez que a língua, a partir das colocações de Benveniste, deva ser, necessariamente, percebida como o interpretante da sociedade, a

representação simbólica passa ser a chave do entendimento da associação entre linguagem e sociedade.

A ascensão de Homo na série animal pode haver sido favorecida pela sua estrutura corporal ou pela sua organização nervosa; deve-se antes de tudo à sua faculdade de representação simbólica, fonte comum do pensamento, da linguagem e da sociedade. (PLG I, p. 29).

Para Benveniste, então, a noção de sociedade é algo que nasce e se explica através da linguagem e da língua. A respeito disso, no artigo “Estrutura da língua e estrutura da sociedade”, de 1968, ele coloca que:

A língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama a sociedade. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar como objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. Há uma metalinguagem, não há metassociedade. (PLG II: 99-100).

A conclusão que se tira disso é a seguinte: só a língua dá sentido à sociedade. Inúmeros autores poderiam ser citados, aqui, para corroborar essa conclusão. A título de exemplo, citamos Dessons (2006), que coloca: “se a sociedade é o *interpretado* da língua, os outros sistemas significantes (...) se encontram igualmente, em relação à língua, em uma ‘relação de interpretância’ (...). De fato, os eventos somente têm sentido – isto é, somente são propriamente eventos – quando colocados em discurso, configurados pela enunciação de um sujeito”. (DESSONS, 2006, p. 91, tradução nossa).

Passando novamente a palavra para Benveniste, vemos que, no início do texto de 1968, ele coloca:

A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro. A partir desse momento, a sociedade é dada com a linguagem. (PLG II, p. 93).

Benveniste é rápido nessa transição de um a outro. A linguagem visa o “outro”; logo, ela *exige e pressupõe* o “outro”. É nesse “outro” que está a sociedade. Portanto, a sociedade também é dada com a linguagem. Em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística”, Benveniste novamente é rápido nessa transição, ao dizer que: “Estabelecendo o homem na sua relação com a natureza ou na sua relação com o homem, pelo intermédio da linguagem, estabelecemos a sociedade”. (PLG I, p. 31). Aresi (2020), que escreve uma tese sobre a “relação língua e sociedade na reflexão

teórica de Émile Benveniste”, explica que: “é assim que ‘sociedade’ surge nesse contexto: justaposta ao fato de que a linguagem exige e pressupõe uma relação de alteridade”. (ARESI, 2020, p. 115). Aresi parece também perceber aquilo que, aqui, estamos chamando de “rápida transição” ao colocar que:

As posições linguísticas de *eu* e *tu* são, para Benveniste, as bases para se pensar a relação de alteridade que subjaz ao conceito de sociedade em sua acepção fundamental. Da dualidade “eu-tu”, o linguista passa à dualidade “eu-outro”, culminando na dualidade “indivíduo-sociedade”. (ARESI, 2020, p. 115).

Aresi não chama de rápida essa transição, mas, como se percebe pela sua colocação, essas passagens, de uma dualidade a outra, parecem realmente se dar de forma automática. Aresi, então, nos explica como se apresenta essa relação entre as polaridades:

As polaridades “eu-outro” e “indivíduo-sociedade” constituem, assim, desde uma perspectiva dialética, não objetos *em* relação, mas objetos *de* relação, pois não preexistem a ela; são realidades que nascem e dependem da relação que estabelecem entre si. O fundamento dessa relação, sabemos, é dado pela língua. A categoria de pessoa surge de uma relação dialética entre *eu* e *tu*. (ARESI, 2020, p. 117).

Enfim, como se dá, então, essa relação entre sociedade e a noção de subjetividade? Essa relação é quase que imposta por Benveniste. Lembremos que, tomando só o que está dito no oitavo parágrafo do texto de 1958, é muito difícil de compreender o motivo pelo qual cairiam as velhas antinomias entre “*moi*” e “*autre*”. Como vimos, ele vai dizer, depois, que é pela capacidade de subjetivação.

Benveniste vai colocando várias oposições ao longo do oitavo parágrafo. Abre com uma polaridade totalmente nova em relação ao sétimo parágrafo (em que tratava da polaridade “eu-tu”): “*moi*”-“*autre*”, que é logo “traduzida”, isto é, parafraseada por indivíduo e sociedade. Em seguida, vemos “*moi*”/“*prochain*” [“eu”/ “próximo”, na tradução]. Algo que também complica o entendimento desse segundo “eu” do oitavo parágrafo (no caso, trata-se do segundo “*moi*”, no texto original”) é que, na tradução, ele aparece em itálico, quando, na verdade, deveria ser grafado entre aspas, aproximando, assim, a segunda dicotomia do parágrafo: “*moi*”/“*prochain*”; que, na sequência, também é parafraseada por indivíduo e sociedade. Vemos, assim, três dicotomias no parágrafo: *moi/autre*; *moi/prochain*; sendo ambas parafraseadas por *indivíduo* e *sociedade*.

A terceira dicotomia não é destacada nem com aspas nem com itálico, mas é facilmente reconhecida, entre indivíduo e sociedade. Assim, quando Benveniste coloca

a última frase do oitavo parágrafo falando que é “numa realidade dialética englobando os dois termos” não nos parece totalmente claro qual seria essa realidade dialética. (cf. PLG I, p. 287). Por isso, para melhor entendermos, preferimos considerar essa realidade dialética como sendo a relação formada entre “ego/eco”, termos que se materializariam, portanto, em diferentes dicotomias: *indivíduo e sociedade, moi/autre, moi/prochain e eu/tu (je/tu, no original)*. Lembrando que é dialética porque os termos dessa relação opositiva nascem de sua própria relação opositiva. Importante, aqui, é considerar que indivíduo e sociedade nascem juntos. Sociedade, por fim, pode ser entendida em uma concepção bem simples de “outro”, de “próximo”. Aliás, só existe um “tu” constitutivo porque, em algum momento, existiu verdadeiramente um “outro”, aquele que nos fornece uma língua materna.

Por fazer parte da constituição do homem na linguagem, o tema de socialidade se relaciona, primordialmente, com a noção de *subjetividade inerente*. Dirá respeito a noção de *subjetividade enquanto efeito* quando o que estiver sendo analisado, por exemplo, forem as “condições sociais” de emprego da língua.

Nas **condições sociais** nas quais a língua se exerce, os atos denotados por esses verbos são olhados como constrangedores. Ora, aqui a diferença entre a enunciação “subjetiva” e a enunciação “não subjetiva” aparece em plena luz, desde que se tenha percebido a natureza da oposição entre as “pessoas” do verbo. (PLG I, p. 292, grifo nosso).

Gostaríamos, agora, para encerrarmos este item 3.3, apontar para uma espécie de deslocamento que sofre a noção de subjetividade. A exemplo do que faz Ono (2007), que fala da substituição de “frase” por “enunciação”, talvez seja o caso de dizermos que, em certa medida, a noção de subjetividade se desloca rumo à noção de enunciação.

Em 1970, enunciação é considerada como a “semantização da língua”. Benveniste não emprega mais a palavra *frase*, mas, sim, a palavra *enunciado*, e a enunciação reencontra seu sentido de “ato de produzir um enunciado”, nesse mesmo movimento que converte a língua em discurso. (ONO, 2007, p. 74, tradução nossa).

Lembremos que, em 1956, eram os *signos vazios* que forneciam os instrumentos de conversão da língua em discurso.

A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. O seu

papel consiste em fornecer o instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão da linguagem em discurso. (PLG I, p. 280).

“Signo vazio” é esse espaço na linguagem reservado para que o locutor o assuma. Em última análise, é a própria *subjetividade inerente* à linguagem, ainda não nomeada propriamente no texto de 1956. Essa é, portanto, a espécie de deslocamento que podemos verificar. Se antes apenas estava dito que eram os signos vazios que forneciam os instrumentos para a conversão da linguagem em discurso, em 1970, esse papel da conversão da linguagem em discurso é nomeado e fica a cabo da enunciação: “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso”. (PLG II, p. 83).

Podemos apontar ainda outro deslocamento. Na definição de “subjetividade”, apresentada no *Dicionário de lingüística da enunciação*, vemos o seguinte: “passagem de locutor a sujeito”. (FLORES *et al.*, 2009, p. 219). Subjetividade é mais o espaço e o lugar do que propriamente a passagem; pois a passagem de locutor a sujeito, na verdade, se dará através de um ato, que Benveniste vai chamar, então, de enunciação.

Anteriormente, colocamos que a *subjetividade inerente* estava relacionada com a noção de “apropriação”. Em 1970, essa apropriação da língua é explicitamente definida como “ato”: “ato de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala, ou seja, o ato de falar introduz o falante em sua fala”. (PLG II, p. 84). Além disso, essa “introdução do falante em sua fala” pode ser considerada também como a própria noção de subjetividade. Na sequência do artigo de 1970, Benveniste vai listar, um a um, os fundamentos da *subjetividade inerente*:

Primeiramente a emergência dos índices de **pessoa** (a relação *eu-tu*) (...). Da mesma natureza e se relacionando à mesma estrutura de enunciação são os numerosos **índices de ostensão** (tipo *este, aqui, etc.*) (...). Uma terceira série de termos (...) é constituída pelo paradigma inteiro (...) das **formas temporais**, que se determinam em relação a *EGO*, centro da enunciação. (PLG II, p. 84-85, grifo nosso).

Tudo isso, que anteriormente estava relacionado com a subjetividade, agora, se relaciona com a enunciação. Assim, a emergência dos índices de pessoa “não se produz senão na e pela enunciação”; os índices de *ostensão* se relacionam “à mesma estrutura de enunciação”; as formas temporais “dizem respeito à enunciação”. (cf. PLG II, p. 84-85). E já colocamos que Benveniste só usa o termo “ego”, aqui, em virtude do que está colocado no texto de 1958. Que isso tenha relação com a enunciação não surpreende, nem pode ser considerado como um verdadeiro “deslocamento”. O que fica mais evidente e que, por isso, pode ser salientado é o fato de Benveniste simplesmente deixar de se referir à noção de subjetividade. Daí nosso argumento de que, sim, houve uma

espécie de adaptação, para um texto mais linguístico, daquilo que, anteriormente, era tratado, sem problemas, em relação à noção de subjetividade. E é preciso reconhecer que, através da noção de enunciação, de certa forma, a subjetividade ganha robustez. O plano constitutivo que antes fornecia apenas um espaço (vazio, aliás), agora, ganha um ato, que cumpre a função de “colocar em funcionamento a língua”. (PLG II, p. 82). Não se trata de um deslocamento conceitual pois, como dissemos, consideramos que a noção de subjetividade – tanto a *subjetividade inerente* quanto a *subjetividade enquanto efeito* – ainda estão presentes, mesmo que não citadas de modo explícito. A subjetividade é uma capacidade. Quando essa capacidade se transforma em ato, estamos diante da enunciação. A enunciação será o ato de conversão de locutor em sujeito. A *instância de discurso*, por sua vez, fundamenta o ato (a enunciação) e apresenta o sujeito (a subjetividade).

Ao longo de nossa tese, com base no que está colocado no texto de 1958, colocamos que a subjetividade está na linguagem como possibilidade e, ao mesmo tempo, emerge no discurso (cf. PLG I, p. 289). É interessante comparar essa colocação com o que diz Flores:

A enunciação é, simultaneamente, existencial e emergente – uma vez que sua razão de ser é dar lugar, em cada língua, a cada falante. A enunciação está na linguagem e se mostra nas línguas, portanto, mostra nas línguas o lugar que nelas habita o homem. (FLORES, 2019, p. 75).

Aqui, acreditamos que “enunciação” está, visivelmente, substituindo a noção de subjetividade. Isso reforça nosso argumento de que uma noção, de certa forma, acaba se deslocando rumo a outra. Poderíamos acrescentar ainda que nossa única ponderação em relação ao trecho de Flores, citado acima, diz respeito ao fato de a enunciação, enquanto ato, não poder estar na linguagem, como algo virtual. Assim, entendemos a frase “a enunciação está na linguagem” como “a enunciação está prevista na linguagem”. E isso pode ser dito também em relação à noção de subjetividade. O fato de apenas a noção de enunciação se fazer presente textualmente não significa que a noção de subjetividade não esteja ali presente.

Enfim, buscamos apresentar a noção de subjetividade em relação a dois conceitos que se colocaram como importantes e fundamentais, o de socialidade e de enunciação. E, de certo modo, como vimos, cada um desses conceitos reflete maneiras diferentes de se relacionar com a noção de subjetividade.

Em busca da noção de subjetividade: o que enunciar

Antes de concluir é preciso lembrar que esta tese não pretendeu dar uma definição fechada da noção de subjetividade. Buscamos apenas apresentar uma precisão terminológica para aumentar a compreensão da noção.

Além disso, nossa tese teve um recorte preciso, se propondo simplesmente a investigar a noção de subjetividade proposta por Émile Benveniste. Resta saber em que medida esse recorte também não se configurou em algo redutor, uma vez que deixamos de lado outras relações. Deixamos de lado, por exemplo, a consideração do lugar da própria linguagem nas ciências humanas, sem a consideração da noção de subjetividade.

Nosso trabalho talvez ainda peque pelo excesso de detalhes. Assim, é preciso reconhecer também que, possivelmente, não fizemos as necessárias relações com aspectos mais gerais.

Enfim, cabe dizer, aqui, que nossas considerações finais, de certa forma, também refletem uma leitura. Nossa tese, como um todo, reflete várias leituras; pois não foi uma leitura feita em apenas um dia. Realmente foram várias leituras realizadas a “passo de tartaruga”, seguindo as recomendações da professora Aya Ono. Leituras repetidas e reiteradas dos textos de Benveniste.

A conclusão que segue nos obriga a ser mais assertivos. Uma dissertação pode terminar com um sinal de reticências. Já uma tese precisa de um ponto final. Concluir também é, de certa forma, reiterar aquilo que já dissemos. Porém, possivelmente, apresentaremos mais ponderações do que propriamente conclusões.

Além disso, uma tese deve ter um argumento inédito. Porém, ninguém escolhe ter uma ideia nova. O inédito surge; não se escolhe. Produzir algo inédito pode ter um grande mérito ou pode ser o maior erro.

Aliás, a respeito de erros, é preciso que retornemos, mais uma vez, a nossa dissertação. Gostaríamos de não precisar apontar falhas em nosso próprio estudo anterior. Seria louvável se ele apresentasse só argumentos claros e precisos teoricamente. Porém, como veremos, esse não é o caso; e será preciso apontar alguns erros no que diz respeito à questão da subjetividade.

Difícil localizar o momento e o lugar em que passamos a ter o entendimento da noção de subjetividade que apresentamos aqui. Ao escrever nossa dissertação, sabíamos muito pouco, quase nada, a respeito da noção de subjetividade em Benveniste. Assim, é

correto dizer que o “*não saber de início para onde se vai*” reflete, perfeitamente, nossa trajetória em busca da noção de subjetividade em Benveniste.

Esta tese, pelo caráter de apresentar uma leitura própria e, acreditamos, realmente inédita, representa mais um ponto de partida do que propriamente um ponto de chegada. É um esboço do que virá depois. Ou talvez seja o prólogo de uma obra destinada a não ser escrita.

O filósofo italiano Giorgio Agamben, no prefácio à edição francesa de seu livro *Infância e história*, coloca que:

Toda obra escrita pode ser considerada como prólogo de uma obra jamais redigida e destinada a jamais ser, porque as obras ulteriores, elas mesmas, são prelúdios de outras obras ausentes, só representam esboços ou máscaras mortuárias. (AGAMBEN, 2002, p. 7, tradução nossa).

Se, a partir de nossa tese, outro trabalho for produzido, ainda que refutando, um a um, todos os argumentos que, aqui, apresentamos, então, nosso estudo terá cumprido sua função no mundo: a de ser o esboço e o prólogo de uma obra posterior. E continuará sendo o prólogo de uma obra posterior mesmo que essa obra realmente nunca seja destinada a ser redigida. Seja como for, terá cumprido seu destino. Enfim, nossa tese será lembrada ou será jogada ao esquecimento pelo que foi colocado até aqui e, principalmente, pelas conclusões apresentadas a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando-me à tarde, descubro que meu sistema de estilo assenta em dois princípios (...): dizer o que se sente exatamente como se sente – claramente, se é claro; obscuramente, se é obscuro; confusamente, se é confuso –; compreender que a gramática é um instrumento, e não uma lei.

Fernando Pessoa
Livro do Desassossego

No início da tese, colocamos algumas questões: uma vez que o fundamento da subjetividade é linguístico, seria possível estender essa noção a outros campos do conhecimento? Dito de outro modo, a subjetividade que está na língua é algo apenas linguístico? Para responder essas questões, a distinção entre *subjetividade inerente* e *subjetividade enquanto efeito* se torna útil. A noção de subjetividade precisa ser tomada como um dado linguístico quando o que está em questão são os *efeitos*. Porém, trata-se um objeto de cunho mais filosófico e antropológico quando o que está sendo levado em consideração é a *subjetividade inerente* à linguagem. Logo, é possível, sim, estender esse aspecto da noção de subjetividade a outros campos do conhecimento. Em contrapartida, a subjetividade que se apresenta nas línguas particulares, na condição de *efeitos*, é algo predominantemente linguístico.

Até aqui viemos pontuando características e apontando para essa distinção entre as noções de *subjetividade inerente* e de *subjetividade enquanto efeito*. Acreditamos que, mesmo aqueles que discordam de nossos argumentos, reconhecerão nosso esforço nessa tarefa. É preciso, agora, então, lembrar que uma noção é *efeito* da outra, ou seja, elas são noções muito próximas.

Se colocamos que a definição de subjetividade apresentada por Benveniste – “capacidade do locutor para se propor como sujeito” – diz respeito, única e exclusivamente, à *subjetividade inerente*, reconhecemos que ficou faltando uma definição mais clara para o que seria a *subjetividade enquanto efeito*. Então, para não nos comprometermos demais com questões terminológicas, poderíamos dizer que ela se define da seguinte maneira: “Efeito da capacidade do locutor para se propor como sujeito”. Reconhecemos que dizer, simplesmente, que uma noção é o efeito da outra é mais uma solução encontrada para definir a noção do que propriamente uma definição.

E tendo em mente que uma noção é o efeito da outra, acreditamos que seja ainda preciso retornarmos para a questão de como se dá a relação das “marcas” com a

noção de subjetividade. Na introdução da tese, fizemos alguns apontamentos a respeito da questão das marcas de subjetividade, ao nos questionarmos se a “subjetividade enquanto efeito” seria a operacionalização da “subjetividade inerente”. Em outras palavras, se a “subjetividade enquanto efeito” seria uma *marca* da “subjetividade inerente”. Lembremos que nossa resposta foi pela negativa. Lembremos também da metáfora que apresentamos inicialmente, ao falarmos que o homem não está simplesmente “marcado” na linguagem, a de que ele estaria *impresso*, a ferro e fogo, na linguagem.

Por mais que se faça um esforço para distinguir as noções de *subjetividade inerente* e de *subjetividade enquanto efeito*, “marca de subjetividade” continuará sendo uma noção dúbia. Ou seja, continuará apontando tanto para a *subjetividade inerente* quanto para a *subjetividade enquanto efeito* (a menos, obviamente, que se aponte para qual entendimento de subjetividade está em questão).

Caso estejamos certos em nossa proposta de haver dois entendimentos sobre a noção de subjetividade em Benveniste, “marca de subjetividade” continuará sendo uma expressão dúbia porque, na condição de *fundamento* irá apontar para a *subjetividade inerente* e, na condição de *efeito*, ao apontar para os fundamentos da subjetividade, em certa medida, também apontará para a *subjetividade inerente*.

Caso estejamos errados em nossa proposta, então, “marca de subjetividade” continuará sendo uma noção não apenas dúbia, mas também bastante confusa, visto que nos levou a uma grande confusão. Porém, como temos necessidade de acharmos que estamos certos em nossos argumentos, vamos nos deter na primeira alternativa: a de que nossa proposta esteja correta. Mesmo que seja uma noção dúbia por natureza, acreditamos que ela possa, a partir de um esforço, adquirir um melhor esclarecimento.

Nosso esforço e nossa busca por maiores esclarecimentos nos permitem, agora, perceber detalhes que anteriormente não percebíamos. Assim, é possível ilustrar isso com um exemplo bem próximo. Em nossa dissertação (SILVA, 2015), buscamos discutir a problemática em torno da noção de testemunho e de autoria no campo da escrita da história. Após fazermos um imenso trajeto citando um paradoxo apresentado por Agamben (2008)²³, concluímos a discussão de modo bastante simplório:

²³ O paradoxo apresentado por Agamben (2008) é o seguinte: o “sujeito empírico”, aquele que sofre a experiência e que é a verdadeira testemunha não fala, pois, ao falar, ele já deixa sua condição de “sujeito empírico” e passa a ser um sujeito de linguagem. (cf. SILVA, 2015, p. 104).

Daí porque escrever a História deve ser considerado como um ato de autor em que está implicado um **ponto de vista**; uma **parcialidade** da qual não se pode escapar. Daí porque fazer História é um ato de autor em que a **subjetividade do sujeito** fica implicada. Daí porque, conforme Agamben, ao se terminar com a experiência (do sujeito empírico), se inicia com a História; com a narrativa do sujeito da enunciação. (SILVA, 2015, p. 105, grifo nosso).

Como se percebe, em nossa conclusão, colocamos que o historiador, por usar a língua (aliás, a exemplo de uma infinidade de sujeitos que também fazem uso da língua) tem um “ponto de vista”, sendo parcial por esse motivo. Ou seja, no fim, terminamos por aproximar toda uma discussão filosófica, proposta por Agamben, de um pensamento básico, quase leigo, sobre a questão da subjetividade na linguagem. Portanto, um entendimento bem distante daquele da noção de Benveniste.

Aqui, cabe apontar para a diferença entre a noção de subjetividade atribuída a Michel Bréal e a de Benveniste: Se, para Bréal, o elemento subjetivo “expressa o sentimento do narrador” (BRÉAL, 1992, p. 157), para Benveniste, ter um ponto de vista e um sentimento é uma consequência e um reflexo da *subjetividade inerente à linguagem*. Conforme Benveniste, a subjetividade não se define “pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo”, já que “esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo”. (cf. PLG I, p. 286).

Se o objetivo de nossa dissertação era o de dizer que “todo historiador possui seu ponto de vista”, não seria preciso escrever nenhuma linha sobre as “implicações do pensamento benvenistiano para a escrita da história”. Isso já era mais do que sabido. Nossa trajetória, buscando entender as colocações de Agamben, teve validade em si; porém, pecou – e este foi nosso maior erro – quando tentamos retornar para a teoria de Benveniste e para a questão da subjetividade na linguagem, tomada de forma tão rasa, como fizemos.

É preciso ponderar também o seguinte: que a conclusão de Agamben aponte para uma possível insuficiência inerente a passagem de *locutor* a *sujeito* (cf. AGAMBEN, 2008, p. 150)²⁴ só tem validade caso se veja isso de um ponto de vista filosófico, em que se vai discutir a adequação da realidade – ou se for o caso, da experiência – à linguagem. De um ponto de vista linguístico, não há qualquer motivo para se falar em insuficiência. Benveniste, quando fala do homem na linguagem, está propondo o homem como ser simbólico; ele está tratando da linguagem como uma

²⁴ Conforme Agamben: “O testemunho é sempre, pois, um ato de ‘autor’, implicando sempre uma dualidade essencial, em que são integradas e passam a valer uma insuficiência ou uma incapacidade”. (AGAMBEN, 2008, p. 150).

propriedade humana. E não há, portanto, de um ponto de vista linguístico, insuficiência nem qualquer outra deficiência nessa passagem de locutor a sujeito.

Benveniste, por exemplo, ao desfazer uma confusão, chega a dizer:

confusão que consiste em pensar que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo “objetivo”, tão forte é a propensão a ver na língua o decalque da realidade. As línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real, e é talvez justamente no modo pelo qual elas elaboram um sistema temporal complexo que elas são mais divergentes. (PLG II, p. 70).

Benveniste não poderia ser mais claro ao fazer esse alerta de que há uma forte propensão de se “ver na língua o decalque da realidade”; e ele não poderia ser mais didático ao dizer que “as línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real”. Isso deveria ser algo evidente em relação às línguas.

Portanto, reclamar, a partir de um ponto de vista linguístico, que a língua não dá conta da totalidade do real é um equívoco bastante grande. Chega mesmo a ser absurdo imaginar que a língua pudesse, de alguma forma, reproduzir a realidade ou que ela pudesse expressar toda experiência humana.

Devemos salientar ainda que, não só é possível, mas também legítimo, que se faça, partindo de Benveniste, análises sobre a distinção entre “sujeito empírico” e “sujeito da enunciação”, mesmo que ele próprio não tenha tecido maiores argumentos quanto a isso. Da mesma forma como é legítimo que se faça deslocamentos do pensamento de Benveniste para outras áreas do conhecimento.

Estudos, a exemplo de nossa dissertação, valem pelo percurso feito – e, por isso mesmo são legítimos, é preciso que deixamos isso claro. Porém, o que acreditamos que não seja possível de ser feito – após a realização de todo um trabalho de análise, bastante elaborado geralmente – é se chegar a uma conclusão que diga, pura e simplesmente, o seguinte: “o sujeito em questão é subjetivo pois apresenta um ponto de vista particular”.

Ao escrevermos nossa dissertação, não tínhamos feito essas reflexões. Agora, vemos com clareza que um estudo que analisa o maior ou menor grau de subjetividade de um texto histórico deve se limitar a ver os *efeitos* e não relacionar isso com a *subjetividade inerente*, dizendo que “todo historiador é parcial”. Os fundamentos da *subjetividade inerente*, de certa forma, já estão dados. Assim, qualquer estudo que busque analisar as “marcas de subjetivação” de um texto precisa se focar nos *efeitos*. O que significa dizer que é necessário se deter em dados de línguas e em exemplos reais.

Vemos, portanto, que nossa proposta tem uma dupla consequência: teórica e metodológica. De um ponto de vista teórico, acreditamos que a distinção entre *subjetividade inerente* e *subjetividade enquanto efeito* contribua para um maior entendimento sobre a noção de subjetividade em Benveniste. De um ponto de vista metodológico, mostra que estudos que almejam estudar a *subjetividade enquanto efeito* precisam se deter em exemplos de línguas reais.

Em nossa dissertação, também pecamos nesse ponto ao citarmos um número bastante limitado de exemplos daquilo que pretendíamos mostrar. Benveniste, aliás, quando se refere a dados de línguas, nunca é econômico em seus exemplos. Assim, no artigo “A frase nominal”, há inúmeros exemplos da língua grega (cf. PLG I, p. 174-179); já no texto de 1959, “As relações de tempo no verbo francês”, há grandes trechos de livros citados como exemplos. (cf. PLG I, p. 263-266).

Enfim, acreditamos que o último parágrafo do artigo “Da subjetividade na linguagem” abrange e, em alguma medida, resume a distinção que nos empenhamos em descrever em nossa tese, entre dois entendimentos da noção de subjetividade: “Muitas noções na linguística (...) aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso (...) e sob a condição de *intersubjetividade*”. (PLG I, p. 293). Segundo nossa leitura, nesse trecho, é possível perceber uma diferença: por um lado, restabelecer as noções no “quadro do discurso” significa ver os *efeitos* que a percepção da subjetividade provoca²⁵; por outro lado, ver as noções linguísticas “sob a condição de *intersubjetividade*” é perceber que algumas categorias linguísticas, em especial, as de pessoa, tempo e espaço (eu/tu-aqui-agora) podem representar, mais do que as “marcas”, os fundamentos dessa subjetividade que é inerente à linguagem.

E, como vimos, a polaridade *eu-tu* está na base da constituição do sujeito na linguagem. Logo, ela está na base da *intersubjetividade*. Homem se transforma em inter-homem; subjetividade em intersubjetividade. E, aqui, fica bastante claro que não existe a contrapartida com a noção de não-subjetivo, tal como existe quando estamos no âmbito da *subjetividade enquanto efeito*.

Assim, parafraseando o final do artigo de 1958, podemos concluir que muitas noções na Linguística – e talvez mesmo fora dela – aparecerem sob uma nova luz a

²⁵ Lembrando que esse “discurso” pode ser lido como a totalidade, ou seja, como “língua-discurso”; ou pode ser lido como a contrapartida de “história”, na distinção que o autor faz entre “enunciação histórica” e “enunciação de discurso”. Pois, “no quadro do discurso” pode significar “na língua assumida pelo homem que fala”; em contrapartida, no quadro da “enunciação histórica” pode significar ver a “língua não assumida pelo homem que fala”.

partir do momento em que buscamos os *efeitos* que a subjetividade provoca nas línguas. E a partir do momento em que percebermos que os *fundamentos* da subjetividade inerente à linguagem é o que ilumina essas noções. Portanto, mesmo que se restabeleça a proximidade das duas noções – de *subjetividade inerente* e de *subjetividade enquanto efeito* –, ainda acreditamos que seja possível dizer que devemos buscar os *efeitos* com base nos *fundamentos*.

Por fim, resta a pergunta: por que Benveniste não é claro nessa distinção entre dois modos de se perceber a noção de subjetividade? Seria mais simples de entender se ele tivesse colocado isso de modo simples.

Essa pergunta, na verdade, é meramente especulativa; e seria pretensioso dar uma resposta dizendo que Benveniste não tinha consciência da dimensão total que a percepção da subjetividade na linguagem provoca. Ele estava ciente do quão difícil é medir toda a extensão dessa percepção.

E sobre a clareza do texto de Benveniste, lembremos de uma colocação da professora Aya Ono, que apresentamos no início de nosso trabalho: “um dos riscos oferecidos pelo texto de Benveniste está em seu estilo de escrita. É uma escrita clara e sucinta, com quase nenhum uso de neologismos obscuros”. (ONO, SILVA, MILANO, 2014, p. 257-258). Agora, ao final, é preciso dizer que essa “hipótese” não se confirma. É falso pensar que o texto benvenistiano é claro por não conter uma quantidade significativa de “neologismos obscuros”. Benveniste realmente não é afeito a neologismos, sejam eles obscuros ou não. Porém, dizer que seu texto se torna mais claro em função disso não é verdadeiro. Ao se valer de palavras “comuns” para definir conceitos, por vezes, bastante complexos, Benveniste abre seu texto para uma grande possibilidade de leituras. E para ilustrarmos isso com apenas um exemplo, vejamos o que ele coloca, em 1970, no artigo “O aparelho formal da enunciação”:

As formas denominadas tradicionalmente “pronomes pessoais”, “demonstrativos”, aparecem agora como uma classe de “indivíduos linguísticos”, de formas que enviam sempre e somente a “indivíduos”, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos. (PLG II, p. 85).

Definir os pronomes como “indivíduos linguísticos” que remetem a “indivíduos” não parece esclarecer muito a respeito da natureza dos pronomes. Benveniste, porém, não nos deixa sem a devida explicação; ele diz que esses “indivíduos” são “pessoas, momentos e lugares”. Talvez, caso fossem definidos como

fundamentos, já seria, a nosso ver, uma opção mais clara e menos sujeita a múltiplas interpretações.

E para que a pergunta especulativa colocada acima – sobre os motivos que levaram Benveniste a não tratar da distinção de modo claro – não fique sem resposta, diremos o seguinte, também de modo bastante especulativo. Benveniste, talvez, tenha seguido o primeiro princípio descoberto por Bernardo Soares – o semi-heterônimo de Fernando Pessoa – sobre seu estilo de escrita, colocado em epígrafe no início de nossas considerações finais: “dizer o que se sente exatamente como se sente”. Émile Benveniste escreveu de modo bastante complexo a respeito da noção de subjetividade porque a questão da subjetividade na linguagem é bastante complexa.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, Giorgio. **Enfance et histoire** : destruction de l'expérience et origine de l'histoire. Tradução de: Yves Hersant. Paris: Payot, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Experimentum linguae* e Infância e história: ensaio sobre a destruição da experiência. In: _____. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Tradução de: Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005, p. 9-17; 19-78.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III). Tradução de: Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

ARESI, Fábio. **A relação língua e sociedade na reflexão teórica de Émile Benveniste**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

ARRIVÉ, Michel. Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. **Linx : Émile Benveniste vingt ans après**, 1997.

BARBOZA, Gabriela. **Entre designar e significar, o que há?** Em busca de uma semântica em Benveniste. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de: Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Dernières leçons**. Éditions établie par Jean-Claude Coquet et Irène Fenoglio. Paris: EHESS/Gallimard/SEUIL, 2012.

BENVENISTE, Émile. **O vocabulário das instituições indo-europeias I**. Tradução de: Denise Bottmann. São Paulo: Unicamp, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de: Eduardo Guimarães *et al.* Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France - 1968 e 1969**. Tradução de: Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. Tradução de: Aída Ferraz *et al.* São Paulo: Pontes, 1992.

COQUET, Jean-Claude & DERYCKE, Marc. **Lexique d'Émile Benveniste (I e II)**. Centro Internazionale di Semiotica, Università di Urbino, 1971 e 1972.

DAHLET, Patrick. Autour d'Émile Benveniste, **Le français à l'Université**, Montréal, ano 21, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://www.bulletin.auf.org/index.php?id=2339#>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Press, 2006.

DOSSE, François. **História do estruturalismo – Volume II: O canto do cisne**. Tradução de: Álvaro Cabral. Campinas: Unicamp, 1994.

DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Tradução de: Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.

FENOGLIO, Irène. Conceitualização e textualização no Manuscrito de “A linguagem e a experiência humana”, de Émile Benveniste. Uma contribuição à genética da escritura em ciências humanas. **Manuscrita**. Revista de crítica genética, n. 17. São Paulo: Humanitas, 2009.

FENOGLIO, Irène. 1966: Benveniste publie les Problèmes de Linguistique Générale. **Acta Fabula**, v. 14, n. 8, p. 1-11, Paris, 2013.

FENOGLIO, Irène. La langue et l'écriture : un écart théorique entre Benveniste et Saussure. **Revista do GELNE**, v. 19, n. especial, p. 211-236, Natal, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. Por que gosto de Benveniste? **Revista Letras de Hoje**, v. 39, n. 4, p. 217-230, dez. 2004.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. Sujeito da enunciação: singularidade que advém da sintaxe da enunciação. **DELTA** [online], v. 29, n.1, p. 95-120, 2013b.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019.

FLORES, Valdir do Nascimento *et al.* (orgs). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; ENDRUWEIT, Magali Lopes. A noção de discurso na teoria enunciativa de Émile Benveniste. **Revista Moara**, n. 38, p. 196-208, jul./dez., 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KNACK, Carolina. **Por uma dimensão antropológica do discurso**: as passagens do aluno nas instâncias de ensino. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

LAPLANTINE, Chloé. « La langue de Baudelaire », une culturologie. **Semen** (revista online), 33, 2012, p. 71-90. Disponível em: <http://semen.revues.org/9492>. Consultado em: 13 de junho de 2020.

LAPLANTINE, Chloé. Émile Benveniste: em direção a uma poética do discurso. Tradução de: Daniel Costa da Silva. **Calidoscópico**, Vol. 11, n. 2, p. 222-225, maio/ago., 2013.

LAPLANTINE, Chloé. Émile Benveniste, de l'Alaska à Baudelaire : d'inconnu en inconnu. BÉDOURET, Sandrine & LAPLANTINE, Chloé. **Émile Benveniste : vers une poétique générale**. PUPPA, 2015, p. 217-238. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01422691>. Consultado em: 13 de maio de 2021.

LEJEUNE, Michel; BADER, Françoise; LAZARD, Gilbert. Émile Benveniste (1902-1976). **École pratique des hautes études. 4e section, Sciences historiques et philologiques**. Annuaire 1977-1978, p. 50-77, 1978.

MESCHONNIC, Henri. Benveniste: sémantique sans sémiotique. **Linx: Émile Benveniste vingt ans après**, 1997.

MESCHONNIC, Henri. **Critique du rythme: anthropologie historique du langage**. Lagrasse: Éditions Verdier, 1982.

NORMAND, Claudine. Le sujet dans la langue. **Langages**, Paris: Larousse, n. 77, p. 7-19, 1985.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, Sergio Lopes; PARLATO, Erika Maria; RABELLO, Silvana. (orgs.). **O falar da linguagem**. São Paulo: Lovise, 1996. p. 127-152.

NORMAND, Claudine. **Bouts, Brins, Bribes: Petite Grammaire du quotidien**. Orléans: Éditions le Pli, 2002.

NORMAND, Claudine. Semiologia, Semiótica, Semântica: observações sobre o emprego desses termos por Émile Benveniste. In: _____. **Convite à linguística**. Tradução de: Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Contexto, 2009.

ONO, Aya. **La notion d'énonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ONO, Aya. SILVA, Carmem Luci da Costa. MILANO Luiza. Sobre as relações entre a linguagem e o homem: caminhos de leitura em Émile Benveniste. Tradução de: Daniel Costa da Silva. **Calidoscópico**, Vol. 12, n. 2, p. 255-260, maio/ago., 2014.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

REDARD, Georges. Émile Benveniste (1902-1976). In: BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France - 1968 e 1969**. Tradução de: Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 199-233.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. **Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SILVA, Carmem Luci da Costa; ENDRUWEIT, Magali Lopes. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. **ReVEL**, v. 9, n. 16, 2011.

SILVA, Daniel Costa da. **Implicações do pensamento benvenistiano para a escrita da história**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SILVA, Charlies Uilian de Campos. **Da reflexão sobre os pronomes à proposição semiológica da interpretância da língua**: os signos vazios como elo teórico no pensamento de Émile Benveniste. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

STUMPF, Elisa Marchioro. **No limite do diálogo**: eufemismo e enunciação em Émile Benveniste. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

TATSUKAWA, Kenji. Sous le signe de Saussure: La correspondance L. Hjelmslev - E. Benveniste (1941-1949). **Linx: Émile Benveniste vingt ans après**, 1997.

TEIXEIRA, Marlene. “A linguagem serve para viver”: contribuição de Benveniste para análises no campo aplicado. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 15, n. 444-2, p. 439-456, jul./dez, 2012a.

TEIXEIRA, Marlene. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo** - v. 8 - n. 1, p. 71-83, jan./jun., 2012b.

WERNER, Kelly Cristini Granzotto. A intersubjetividade antes da subjetividade na teoria da Enunciação de Benveniste. **Signótica**, v. 18, n. 2, p. 397-411, jul./dez, 2006.